



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Genisson Paes Chaves

**Camponeses, agrotóxicos e agroindústria de dendê no Estado do Pará: um estudo a partir de
São Vicente**

Belém
2016

Genisson Paes Chaves

**Camponeses, agrotóxicos e agroindústria de dendê no Estado do Pará: um estudo a partir de
São Vicente**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientadora: Dr^a. Sônia Barbosa Magalhães.

Co-orientadora: Dr^a. Lourdes Gonçalves Furtado.

**Belém
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Chaves, Genisson Paes, 1990-
Camponeses, agrotóxicos e agroindústria de dendê no
estado do Pará: um estudo a partir de São Vicente /
Genisson Paes Chaves. - 2016.

Orientadora: Sônia Barbosa Magalhães;

Coorientadora: Lourdes Gonçalves Furtado.

Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e
Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação
em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

1. Dendê - Cultivo - Moju (PA). 2. Produtos
químicos agrícolas. I. Título.

CDD 23. ed. 633.851098115

Genisson Paes Chaves

**Camponeses, agrotóxicos e agroindústria de dendê no Estado do Pará: um estudo a partir de
São Vicente**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Data da aprovação: Belém – PA: ___/___/___

Banca Examinadora

Dr^a. Sônia Barbosa Magalhães (Orientadora)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Dr^a. Lourdes Gonçalves Furtado (Co-Orientadora)
Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG

Dr^a. Renata Menasche (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Dr^a. Delma Pessanha Neves (Examinadora Externa)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dr. Gutemberg Armando Guerra (Suplente)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Epígrafe

Ele veio com o dendê
Não era daqui não moço
No começo, vinha num carote
Depois, num saco, numa garrafinha
Quando não era líquido, era em pó
Quando o fiscal diz: - Já tá no tempo!
A gente tem que butar
É a época do veneno!
Pega a bomba, moço e joga ele dentro
Mexe com a mão, mexe com o pau... Sacode...
E sai aplicando no projeto, nas linhas...
Aí a gente sente aquele cheiro
Cheiro de veneno, moço!
Aquela catinga, aquela fortidão
É veneno!
Ele é forte que só a catinga!
Pro dendê ele não faz mal não, moço...
Faz ela crescer bonita!
Mas pro homem faz mal
Eu tenho é medo, moço
Gente daqui já adoeceu, morreu... Culpa do veneno, moço!
O veneno é um bicho desconfiado, moço
Sai do projeto e anda por São Vicente
Dá uma olhada no mato, no açazeiro
E vai parar no igarapé São Vicente
Aí quando chove, moço
Ele sobe e desce pela vila.
Pra segurar o bicho, moço
A gente faz a cola, aquela mistura
Ela segura o veneno na planta, moço
Não deixa ele sair
O veneno...Rsrsrs... Deve é de ficar puto...fica preso, moço.

Genisson Paes, Vila São Vicente, 2016.

Aos meus vô e vó, mãe e
irmãos com muito carinho.

AGRADECIMENTOS

À força espiritual que acompanha nossas vidas, que nos fortalece e nos ajuda a enfrentar as dificuldades impostas pela vida!

À minha mãe pela vida, pela criação e por acreditar em mim. Aos meus queridos irmãos, Gil Wanderson Paes, Geovane Paes e Gillyane Paes, agradeço os momentos que passamos juntos, as conversas, as brincadeiras e tudo mais que a vida nos proporcionou. Obrigado por vocês existirem e por fazerem parte de mim.

Aos meus velhinhos, meus queridos vô Milico e vó Ana Maria, minha nariguda, minha mãe. “Um mingau de arroz com açaí pro senhor Milico, um de curueira prá dona Ana e um de milho pra você menino”, só nós entendemos isso!

Aos meus padrinhos Nilson e Deuzinha. Foi uma boa escolha tê-los como tios e padrinhos. Aos meus tios Antonio Paes e Bê Ortega, agradeço o teto e a ajuda dada desde julho de 2009 até o presente momento. Obrigado!

Aos meus queridos amigos, estudantes do mundo camponês, em especial a Noemi (Mucura), Edfranklin (Pam), Laiane, Rafa e Sandolene (Os bonitos); a Fagner (Barrabás), Keila (Pirigospel), Josi, Cezário, Walmiro (Pastor), Amália e aos outros colegas de mestrado. Com vocês aprendi muito, enfrentei dificuldades e lá sempre estavam vocês, ajudando, compartilhando dúvidas, saberes e é claro, rindo muito!

À Cris Modesto (minha PP favorita), Suzy, Erica, Dhonny, Thomas, Bruna e Edmilson, meus caros amigos que fiz nas ciências sociais.

Aos Professores do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA, em especial a Lívia, Soraia, Laura, Gutemberg, Paulo, Dalva, Noemi e Angela. Meu muito obrigado pelos ensinamentos. À Sônia Magalhães, minha orientadora acadêmica. Obrigado por estar comigo desde a especialização AGIS/UFPA, me guiando nos caminhos da ciência e compartilhando seus “cabelos brancos”. À Lourdes Furtado, agradeço por ter compartilhado seu *metier* antropológico desde a nossa casa de ciência, o Museu Paraense Emílio Goeldi. À Delma Pessanha, agradeço o período Sanduíche no Rio de Janeiro e por sempre estar disposta a me ajudar.

Aos funcionários e estagiários do NCADR/UFPA, em especial a Katia, Moacir, Patrícia, Rosi, Kim, Felipe, Jeffrey e Renan, meu muito obrigado pelos serviços prestados e por nossas conversas de corredor.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço a concessão da bolsa sem a qual não seria possível a realização de ser o primeiro mestre em Agriculturas Amazônicas da família.

E é claro, aos camponeses da comunidade Nova Paz, por onde comecei a caminhar com o tema; aos moradores da vila Soledade, em especial ao Senhor Rubens, dona Nicete, dona Nete, Délguba, Tainá, Letícia e Wasley. Aos moradores da vila São Vicente, ao senhor Chico, dona Conceição, Noemi, Manasses, Evaldo, dona Jaci, Ângela, Margarida e em especial a dona Ruth e ao seu marido, o senhor Messias, que me receberam como um filho. Obrigado! Certamente, este trabalho não ganharia “a carne, os ossos e o sangue” sem a ajuda de cada um de vocês!

E a cada um que, direta e indiretamente, contribuiu com a construção dessas páginas, meu muito obrigado!

RESUMO

Por meio desta dissertação de mestrado busco compreender *como* e através de que *constructos sociais* uma sociedade camponesa da região amazônica – “integrada” a uma agroindústria de dendê – lê os agrotóxicos utilizados no dendezeiro, bem como em outras atividades. A pesquisa teve como base teórica as contribuições de “*Risco e cultura*”, de Douglas e Wildavsky (2012) e estudos sobre uso de agrotóxicos por camponeses em outros contextos. A pesquisa é um estudo de caso realizado na vila São Vicente, localizada no nordeste paraense, precisamente no município de Moju, cujo cultivo é integrado à Agropalma. Analisei o tipo de agrotóxico utilizado na referida vila, quem e como o aplica, como é compreendido e como o mesmo entra no sistema de classificação local. Os resultados indicaram que o agrotóxico: a) é identificado como **veneno** ou química; b) que antes não era um produto utilizado por essa sociedade camponesa; c) inicialmente aplicado no dendezeiro, posteriormente foi usado em outras atividades; d) entra no sistema de classificação local como algo perigoso e danoso à saúde, pois fica no ar, “anda” na terra e no igarapé; e) e, por fim, que embora haja um discurso de valorização de normas para um suposto uso seguro do agrotóxico, estas não são nem plena nem majoritariamente seguidas.

Palavras-chave: agrotóxicos, agrocombustível, sociedades camponesas, Amazônia.

ABSTRACT

In this masters thesis, I seek to understand how, and through which social constructs, a peasant society in Amazonia – “integrated” into an agro-industrial initiative involving the *dendê* palm — reads chemical pesticides and herbicides used in the *dendê* system, as well as in other activities. Research used “*Risk and Culture*” by Douglas and Wildavsky (2012) as a theoretical base, in addition to other studies on the use of agricultural chemical inputs by peasant groups in other contexts. Research is based on a case study conducted in the village of São Vicente, located the northeastern portion of Pará state in Moju county, where farmers’ crops are integrated into Agropalm’s operations. I analyzed the types of inputs used in this community, who uses them, how they are applied, how they are understood and integrated into local systems of classification. Results indicate that pesticides and herbicides are: a) identified as **poison** or chemicals; b) that in the past, they were not used by this peasant society; c) they were first applied to *dendê* and then used in other activities; d) they enter into the local classification system as something dangerous and damaging to one’s health; for example, they remain in the air and “walk” on land and into streams; e) finally, that while a discourse giving value to rules for the supposed safe use of these substances exist, these guidelines are not universal and for the most part are not followed.

Key words: pesticides, herbicides, peasant societies, Amazonia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1. Mapa de localização da vila São Vicente.....	22
Croqui 2. Croqui da vila São Vicente.....	26
Fotografias 3 (A-C). Imagens de pessoas, animais e quadras de dendezeiro.....	27
Fotografias 4 (A-H). Infra-estrutura da vila São Vicente.....	28
Fotografias 5 (A-D). Cenas do cotidiano local.....	29
Mapa 6. Territorialização das empresas de monocultivo de dendezeiro, instaladas no estado do Pará.....	51
Fotografias 7. Quadras de dendezeiro na vila São Vicente.....	63
Fotografias 8. Locais utilizados para armazenar <i>veneno</i> , apetrechos de aplicação e outros objetos.....	82

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	16
2.1. O CONTEXTO DA PESQUISA: A VILA SÃO VICENTE	18
2.2. A INSERÇÃO NO CAMPO	29
2.3. MERGULHAR NO MUNDO CAMPONÊS.....	31
3. DA SAÚDE ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA LEITURA SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL ATUAL SOBRE AGROTÓXICOS EM CONTEXTOS DIVERSOS	35
3.1. O CAMPO DA SAÚDE E ESTUDOS CORRELATOS.....	35
3.2. O CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS	39
3.3. DUAS EXPERIÊNCIAS OBJETIVADAS NO CORPO	44
4. CAMPONESES, DENDEZEIRO E AGROTÓXICOS.....	46
4.1. AS SOCIEDADES CAMPONESAS: ALGUMAS REFLEXÕES.....	46
4.2. O CONTEXTO DA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA ORIENTAL.....	48
4.3. O USO AMPLO E IRRESTRITO DE AGROTÓXICOS.....	54
4.4. A CHEGADA DO DENDEZEIRO NA VILA SÃO VICENTE.....	56
5. O AGROTÓXICO EM SÃO VICENTE: RECONHECIMENTO E RELATIVIZAÇÃO DO RISCO	66
5.1. O VENENO OU QUÍMICA: O RECONHECIMENTO DO RISCO	66
5.2. OS APLICADORES DE VENENO	71
5.3. A RELATIVIZAÇÃO DO RISCO PELO CONHECIMENTO DAS REGRAS	72
5.3.1. A aplicação pré-capacitação.....	72
5.4. OS APETRECHOS DO VENENO.....	78
5.4.1. O uso do veneno pós-capacitação ou o mito das regras.....	80
5.5. AS CATEGORIAS ALUSIVAS AO VENENO OU AS DIVERSAS FORMAS DE RISCO	87
5.5.1. As experiências de contaminação	89
5.5.2. A utilização do veneno - hoje	94
6. CONSIDERAÇÕES	96
REFERÊNCIAS	98

1. INTRODUÇÃO

O uso de agrotóxicos é controverso e comporta pelo menos duas grandes vertentes. De um lado, esses produtos químicos são vistos como necessários para a manutenção e o desenvolvimento de um tipo de agricultura considerado moderno, por outro, o uso de tais produtos é apontado como uma forma de assassinato no campo, um tipo de violência indireta e silenciosa, que ataca diferentes grupos sociais (BOMBARDI, 2014).

De acordo com o Ministério da Agricultura (MAPA, 2014) os agrotóxicos “são produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagens (...) e outros ecossistemas, bem como de ambientes urbanos, hídricos e industriais”.

São produtos químicos¹ que se inserem no contexto da “Revolução Verde”, um movimento que se inicia nos anos 1970 com a justificativa de aumentar a produção de alimentos através da difusão de tecnologias agrícolas, os chamados pacotes tecnológicos, como sementes melhoradas, insumos químicos, agrotóxicos, maquinários, sistema de irrigação, principalmente nos países à época considerados subdesenvolvidos (SILVA *et al.*, 2005; OCTAVIANO, 2010). Atualmente, percebe-se larga extensão de seu uso, sobretudo na produção agrícola que se insere na cesta de *commodities* (como a soja, o trigo, o milho e o dendezeiro na Amazônia) no contexto de expansão de monocultivos, mas também a sua difusão para plantações camponesas. Nesta dissertação objetivo compreender *como* e através de que *constructos sociais* os camponeses de São Vicente, uma vila rural “integrada” à agroindústria de óleo de palma de dendê do Grupo Agropalma SA, localizada na região nordeste paraense, especificamente no município de Moju, *lêem* os agrotóxicos utilizados no dendezeiro, ou mesmo em suas plantações. Nesse sentido, analiso como o agrotóxico - localmente denominado **veneno** - é utilizado na referida Vila, quem o aplica, como é identificado e compreendido e como o mesmo entra no sistema de classificação local.

¹ De acordo com o glossário da Embrapa (2004) agrotóxicos e agroquímicos são tratados como sinônimos e definidos como “produtos químicos destinados ao uso em setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas, e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, com o propósito de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento”. Nesta dissertação investigo apenas questões referentes ao agrotóxico, deixando de lado outros produtos químicos que são utilizados no dendezeiro, como os adubos, por exemplo.

Desde 2009, o Brasil tem sido apontado como um dos principais consumidores de agrotóxicos do mundo, chegando a consumir 84% de todo agrotóxico consumido na América Latina. Alguns desses agrotóxicos, por exemplo, proibidos na União Europeia e nos Estados Unidos há mais de 20 anos, são usados no Brasil sem restrição². A esse crescimento tem correspondido uma série de estudos, que indicam a ocorrência de grandes transformações socioambientais, com sérios agravos que atingem a saúde da população que trabalha diretamente com estes produtos e das pessoas que vivem próximas aos locais em que esses agrotóxicos são armazenados e aplicados (RIGOTTO, 2011; BOMBARDI, 2014). Revela-se, outrossim, que a crescente utilização de agrotóxicos no Brasil vem provocando a contaminação de açudes, águas subterrâneas, rios, lagos e das águas fornecidas às comunidades pelos sistemas de abastecimento (SILVA e RAMALHO, 2014).

No campo da saúde, e especificamente na Amazônia, estudos elaborados por pesquisadores do Instituto Evandro Chagas (2014) e da organização não governamental Repórter Brasil (2013), detectaram, no estado do Pará³, a presença de contaminação por agrotóxicos na região do Baixo Tocantins, especificamente em uma área onde há a presença de grandes empresas responsáveis pelo monocultivo de dendezeiro, evidenciando casos de alergias, irritações cutâneas, contaminação de igarapés, aparecimento de doenças etc.

Nas Ciências Sociais e Humanas, embora não tão abundantes, estudos como o de Guivant (1994) entre agricultores de Florianópolis (Santa Catarina), evidenciam como o uso do agrotóxico e a percepção de seus riscos são culturalmente mediados, havendo outras representações e interpretações que lhe aportam outros sentidos e significados. Resultado similar tem sido salientado por Menasche (2003), quando discute as representações sociais de consumidores e agricultores do Rio Grande do Sul acerca de cultivos e alimentos modificados geneticamente.

No que diz respeito aos estudos sobre a expansão do monocultivo do dendezeiro na Amazônia, já há uma diversidade de pesquisas (por exemplo, Vieira (2015), Silva (2015), Martins

² Segundo Londres (2011), o Brasil se tornou, nos últimos anos, um dos principais destinos de produtos banidos no exterior, pois conforme dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), são utilizados na lavoura brasileira pelo menos dez produtos proscritos na China, na União Europeia, nos Estados Unidos e em outros países.

³ Na Amazônia paraense, “um conjunto de doze grandes empresas de capital nacional e transnacional organizam-se constituindo um mosaico de capitais em uma monótona paisagem: a Biopalma/Vale; a Petrobrás Biocombustível, em parceria com a portuguesa Galp Energia; a norte-americana Archer Daniels Midland Company (ADM); o Guafeng Group, da província de Shandong, na China; a Agropalma, empresa controlada pelo conglomerado Alfa; a Mejer Agroflorestal Ltda; a Novacon Reflorestadora; a Dentauá e a Marborges, estas últimas de capital nacional” (SILVA, 2015, p. 40).

(2016), Nahum e Santos (2013), Nahum e Vieira (2014) que versa sobre as relações entre agroindústria e campesinato e suas consequências, no contexto da região Nordeste Paraense. Neste rol, incluem-se os trabalhos do Grupo de Pesquisa denominado “Sociedades, Ambientes e Ação Pública”⁴, no qual este trabalho se insere e outros desenvolvidos neste Programa de Pós-Graduação⁵. Todas oferecem caminhos significativos para o entendimento das transformações na organização socioeconômica dos grupos sociais ali localizados, desencadeadas a partir da instalação dessas empresas e especialmente do processo de “integração”⁶. Nahum e Santos (2013, p. 78), especificamente, refere-se à problemática do agrotóxico, constatando:

Os agrotóxicos causam a contaminação dos recursos hídricos da região, já que os plantios no município de Moju estão alocados nas margens dos igarapés, lagos e rios, portanto, em Área de Proteção Permanente. Os danos à saúde também não são diminutos, há inúmeros depósitos de diversos moradores fixados nas proximidades de grandes plantios tradicionais e recentes, que precisam ser levados a sério pelas autoridades do estado.

Todavia, nenhuma das pesquisas tem como objeto a análise aqui proposta. Como informado, minha intenção é compreender o uso dos agrotóxicos a partir do ponto de vista dos agricultores da vila São Vicente, ancorado na perspectiva de que não há uma única concepção de

⁴ Grupo de pesquisa coordenado pela Professora Sônia Barbosa Magalhães, da Universidade Federal do Pará. Nesse grupo de pesquisa estão sendo realizadas monografias de especialização e dissertações de mestrado que versam sobre questões relacionadas ao monocultivo de dendezeiro na Amazônia, particularmente no Estado do Pará. Refiro-me aos trabalhos realizados por: Ana Vieira, no município de Moju, sobre as transformações no modo de viver de um campesinato “integrado” ao grupo Agropalma (VIEIRA, 2015); Elielson da Silva (SILVA, 2015) sobre a transferência das terras da reforma agrária para o plantio de dendezeiro na Amazônia; Lucinaldo Soares Gomes (2015) sobre as mudanças no sistema de produção e no uso da terra de agricultores do P.A. Terra Nova, no município de São Domingos do Capim, “integrados” à agroindústria de dendezeiro. E os que estão sendo realizados por: Kelly Gaia sobre a expansão da dendeicultura na Região do Baixo Tocantins e de Thiago Martins sobre as condutas econômicas que contribuem para que camponeses se “integrem” a agroindústria de dendezeiro.

⁵ Refiro-me às dissertações de mestrado de Edfranklin da Silva; Laiane Ribeiro e Suellen Costa; Noemi Sacramento; Jorge Lucas das Neves; orientadas pelos Professores Lívia Navegantes, Dalva Maria da Mota, Gutemberg Guerra e Heribert Schmitz, respectivamente.

⁶ De acordo com Paulilo (1990, p. 19), o sistema de “integração” tecnicamente “é definido como uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível desse modelo, com aplicação de tecnologia e capital. São produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente”. E conforme Neves (1981, p. 15) “O estudo dessas formas de subordinação está marcado por uma perspectiva específica. Procura entendê-las a partir da óptica da integração desses produtores ou do ponto de vista de um modo específico de produzir que se incrusta num sistema econômico dominante. A preocupação básica desta análise é não só apontar os mecanismos através dos quais as unidades familiares de produção se subordinam, mas também aqueles através dos quais elas rearticulam suas relações frente a esse processo. (...) A despeito da perspectiva teórica que esteja sendo adotada, a subordinação dos pequenos produtores agrícolas a um sistema econômico dominante constitui uma problemática recorrente”. Nesse sentido, os estudos de Neves (1981) sobre a subordinação de lavradores e pequenos produtores de cana ao capital, na Região Açucareira de Campos, Estado do Rio de Janeiro; de Sorj, Pompermayer e Coradini (1982), sobre camponeses integrados a avicultura brasileira; de Paulilo (1990) sobre agricultores integrados à suinocultura e fomicultura, na Região Sul do Estado de Santa Catarina, dentre outros, ilustram essa recorrência.

perigo e risco e que a percepção do risco é um processo social, cf Douglas e Wildavsky (2012). Conforme será evidenciado, no caso de São Vicente observa-se que os camponeses internalizaram as regras de uso do agrotóxico veiculadas pela empresa a partir de seu universo sociocultural e apreenderam o discurso que atribui o risco a uma ignorância nativa superável pelo conhecimento de regras que lhes orientará em novas condutas que anulam/anularão este risco do mundo moderno. Mas, em São Vicente, sobretudo, verifica-se um *gap* entre o conhecimento das regras, sua valorização e as práticas camponesas.

O texto está organizado da seguinte maneira: inicia-se com esta introdução, seguido pelo percurso metodológico utilizado e que se subdivide em dois tópicos: um em que apresento a vila São Vicente e outro a minha inserção. Em seguida, apresento o primeiro capítulo com abordagens e resultados de pesquisas sobre agrotóxicos. No segundo capítulo, apresento os autores clássicos e contemporâneos que me ajudaram a refletir sobre o campesinato, seguido do contexto na Amazônia. No último capítulo, apresento o agrotóxico em São Vicente, a construção do reconhecimento social, quem aplica, os apetrechos utilizados na aplicação, as categorias alusivas ao *veneno*, seguido das experiências de contaminação e da utilização do *veneno* no contexto atual. Por fim, uma breve conclusão sobre o texto aqui apresentado.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A opção por estudar o uso de agrotóxicos por camponeses tem sua gênese no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento (AGIS), realizado pelo Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2013. Esse curso de especialização se insere no marco das ações de pesquisa-formação do Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF) também vinculado a este Núcleo.

Anteriormente a isso, fui bolsista de Iniciação Científica na área de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Sob a supervisão da Dra. Lourdes Gonçalves Furtado, realizei estudos sobre sociedades amazônicas, realizando pesquisas sobre aspectos relacionados ao universo sociocultural de pescadores e extrativistas de açai (*Euterpe oleracea* Mart.), particularmente em uma ilha em que tenho relações de parentesco e de amizade. Essa foi, aliás,

uma experiência que contribuiu para sensibilizar meu olhar e me conduzir para o campo da Antropologia.

De março a junho de 2015, fiz um Estágio Sanduíche no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sob a orientação da Professora Dra. Delma Pessanha Neves, tive a oportunidade de participar de seu Grupo de Pesquisa e de ali, discutir o processo de “integração” de sociedades camponesas, em diferentes contextos. Além do mais, fiz duas disciplinas: uma sobre “Métodos em Antropologia” e outra sobre “Antropologia da Amazônia”, em que discuti o *fazer* antropológico através de reflexões sobre ética, trabalho de campo, fronteiras étnicas, hibridismos culturais, nacionalismo, dentre outras questões. Na prática, essa experiência contribuiu para que eu pudesse compreender o processo de “integração” dos camponeses da vila São Vicente com a agroindústria de dendezeiro do Grupo Agropalma.

Durante a especialização, desenvolvi uma monografia na comunidade Nova Paz (Nordeste paraense), em que busquei compreender quais eram as categorias sociais envolvidas no uso/aplicação do agrotóxico e os cuidados que as pessoas identificadas no estudo tinham com esse produto químico antes e depois de sua aplicação. Esta, aliás, foi uma experiência que me motivou a aprofundar o tema em outra localidade - São Vicente - na qual uma agroindústria de dendezeiro estivesse instalada há mais tempo, permitindo, assim, que a temporalidade contribuísse para a explicitação da construção social do uso e dos sentidos do agrotóxico ⁷.

A vila São Vicente a mim foi apresentada por Ana Carolina Vieira, uma pesquisadora, colega do Grupo de Pesquisa “Sociedade, Ambiente e Ação Pública” que estava realizando trabalho de campo para sua dissertação de mestrado em Soledade, uma vila bem próxima a São Vicente. Vieira objetivava compreender o processo de “integração” daquela sociedade camponesa com a agroindústria de dendezeiro do Grupo Agropalma, analisando as transformações na organização socioeconômica local. E por já estar desenvolvendo pesquisas há certo tempo, recomendou-me a vila São Vicente para realizar meu estudo. Certamente, Vieira foi de fundamental importância para a construção de minha dissertação, pois além de me introduzir em campo, os resultados de sua pesquisa versam sobre os mesmos camponeses por mim estudados.

Então, no final de uma manhã de janeiro de 2015, desci do ônibus que realiza o trajeto Moju-Soledade-Moju e fiquei alguns segundos parados, na Vicinal Parola, com a mochila e uma sacola nas mãos, sem saber ao certo o que fazer. E agora? Onde vou ficar? Por onde vou começar?

⁷ Para maiores informações sobre essa pesquisa ver Chaves e Magalhães (2014).

Estou com fome. Será que serei bem recebido? Então, com o nome de um conhecido em mente, dado por Ana Vieira (que por sinal, pronunciei errado), consegui ser introduzido em São Vicente. Logo, estava hospedado em uma casa de madeira, de um casal de agricultores, onde fui muito bem tratado e onde passei todos os dias de trabalho de campo.

2.1. O CONTEXTO DA PESQUISA: A VILA SÃO VICENTE

A pesquisa foi realizada na vila São Vicente, zona rural do município de Moju. Este município localiza-se na mesorregião nordeste paraense, precisamente na microrregião de Tomé – Açú, na Amazônia Oriental e faz limites com os municípios de Abaetetuba, Barcarena, Acará, Tailândia, Breu Branco, Baião, Mocajuba e Igarapé-Miri (LEAL, 2013)⁸. Atualmente o município tem uma população estimada em 70.018 habitantes e uma área territorial equivalente a 9.094,135 km², com densidade demográfica de 7,70 hab/km² (IBGE, 2010). Desses habitantes, “aproximadamente 64,06% estão distribuídos na área rural” (LEAL, 2013, p. 70).

Nos municípios de Moju e Tailândia, localiza-se a Agropalma, uma das empresas pioneiras⁹ no plantio de dendezeiro na região amazônica, cuja implantação teve início no ano de 1983 e hoje conta com 45.000 hectares de dendezeiro plantado, perfazendo um total de 107 mil hectares sob seu domínio, sendo que 64 mil são de reserva florestal. Desses, 43.200 hectares localizam-se em área própria e 1.800 hectares através do plantio “integrado” com agricultores e assentados do município de Moju (SILVA, 2015; MONTEIRO, 2013; ANDRADE, 2009).

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) e do apoio do governo do Estado do Pará, (VIEIRA, 2015), o Grupo Agropalma SA iniciou, no ano de 2002, um processo de produção “integrando” agricultores familiares de seis comunidades rurais: São Vicente, Apeí, Arauaí, Curuperé, São Benedito e Soledade, todas situadas no município de Moju (VIEIRA; COSTA; FERNANDES, 2010).

Conforme Vieira, as comunidades e vilas acima mencionadas:

⁸ Moju faz referência ao rio de mesmo nome e deriva de uma palavra de origem Tupi que significa “rio das cobras”. O município tem como principal manifestação religiosa a festa ao Divino Espírito Santo, o padroeiro local, realizada no segundo domingo de Pentecostes. Também merecem destaque a procissão de Corpus Christi, realizada no mês de junho e a Festa de Nossa Senhora de Nazaré, em dezembro, cujo círio é uma tradição de mais de 101 anos (PREFEITURA DE MOJU, 2014).

⁹ Conforme será exposto, esta é a região por excelência de expansão do monocultivo do dendezeiro, ocupando uma área que se aproxima dos 500 mil hectares.

(...) se formaram ao longo dos rios e igarapés, braços do rio Moju, e por isso a maioria delas recebeu o nome dos cursos d'água, como foram os casos das comunidades Arauaí, Curuperé, Apeí, Água Branca. As outras duas Soledade e São Vicente homenagearam o nome dos santos padroeiros. A Comunidade Soledade é a mais antiga e acaba sendo uma “mãe” das outras comunidades que se formaram pela ocupação dos filhos das famílias de Soledade, ou melhor, quando os filhos se casaram e formaram novos grupos domésticos, buscaram terras nas proximidades, originando as comunidades vizinhas. Em 1972 haviam duas famílias morando na Soledade que vieram de Cametá, município próximo (...). A Comunidade Arauaí foi fundada na década de 80 em um congresso religioso realizado na Soledade. Na época residiam 30 famílias, incluindo as famílias que se distribuíam ao longo dos rios, Arauaí e Apeí (braço do rio Arauaí). A igreja católica foi força para a permanência das famílias neste período de intensa exploração florestal e disputa por espaço, inclusive foi responsável pela fundação da primeira escola de ensino fundamental na Soledade, no final dos anos 80 (VIEIRA, 2015, p. 47-48).

Juntas formam um complexo de vilas e comunidades que se encontram “integradas” ao dendezeiro, dividindo entre si as transformações oriundas desse processo que, aos poucos, foi metamorfoseando o modo de viver local, criando novas relações sociais entre os sujeitos sociais ali estabelecidos e agentes externos ao grupo.

Segundo Vieira, em 2015, os camponeses das vilas e comunidades ali instaladas (2015, p. 7):

(...) estão vivenciando o décimo terceiro ano das relações sociais e produtivas originadas da “integração”. Sendo assim, já vivenciaram: 1) a experiência do plantio e os primeiros anos da palmeira; 2) os anos de safra e entressafra bem definidas de produção; 3) e na atualidade vivenciam a produção contínua de cachos frescos de dendê ao longo do ano, não apresentando grandes variações entre safra e entressafra, sendo essa fase o ápice da produção de fruto da vida da palmeira.

A história da vila São Vicente¹⁰, assim como a de Arauaí, Curuperé e Soledade, começou pelo rio/igarapé São Vicente, um braço do rio Moju. As poucas casas ali localizadas, beiradeavam, isto é, acompanhavam os contornos do igarapé. Neste igarapé, “*havia uma casa, um comércio na beira do igarapé e [que] se chamava casa São Vicente. Era uma casa grande, bonita, diz[em] que tinha um comércio, o nome do igarapé se deve a essa casa*” (A.¹¹, 78 anos, aposentada). A locomoção era feita por casco (canoa) e outras pequenas embarcações. Essa época é ilustrada na narrativa dada por uma das moradoras da vila São Vicente:

“A vida era pelo igarapé, não tinha saída [por terra], tinha algum caminhozinho, alguma veredinha, mas isso era, era um movimento mais, tanto aqui [em São Vicente] como lá (...) [na comunidade] Arauaí era pelo igarapé,

¹⁰ A vila São Vicente possui as seguintes coordenadas geográficas: 02°33'36.0” de latitude e 49°01'57.9” de longitude (LEAL, 2013, p. 76).

¹¹ Para a não identificação dos indivíduos entrevistados, neste trabalho optei por utilizar letras do alfabeto que não correspondem com as iniciais dos verdadeiros nomes.

se descesse uma pessoa já tava o casco na beira do igarapé, “butavam” dentro e levavam pra fora, era assim”. (...) Aí só iam lá no rio de casquinho, tinha barco grande também, aí daí que eles iam pro Moju e iam pra Belém era 8 dias, 15 dias que eles passavam fora pra trazer a mercadoria, a nutrição, o remédio, essas coisas tudo” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Por terra, o trânsito de pessoas ocorria por meio de bicicleta ou a pé pelos pequenos caminhos ou vias que conectavam uma vila a outra. A população que ali vivia é oriunda do município de Moju e de cidades próximas a esta. Lá, viviam da caça, da pesca, da criação de pequenos animais, como porcos e galinhas, do cultivo de hortas e de pequenas roças. Conforme a narrativa de uma das moradoras da vila São Vicente *“esse povo aqui eles viviam numa carência muito grande viviam do mato, do ‘garapé’, caça, pesca... da rocinha só!”* (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro). Ainda segundo essa moradora, a situação se transformou com a entrada dos projetos de dendezeiro, pois *“foi através dessa abertura, através dessas estradas que isso aqui movimentou, existiam a casinha do Seu Tomé, [da] mãe dele, aqui nos fundos a mãe dele tinha terra aí, o seu Tomé morava aí e trabalhava no centro [roça] da mãe dele, foi a primeira casa que foi feita aí foi a dele”* (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro). Essa informação é reiterada por Vieira (2015, p. 53):

A “integração” do dendê reconfigurou as comunidades camponesas e também a socioeconomia das famílias integradas ao monocultivo do dendê. Começando pelas moradias que deixaram de estar voltadas para os rios e passaram a se voltar à estrada de escoamento do dendê. Com essa mudança as famílias deixaram as moradias de seus sítios de produção e constituíram suas moradias na beira das estradas, distanciando a unidade de moradia da unidade de produção tradicional camponesa.

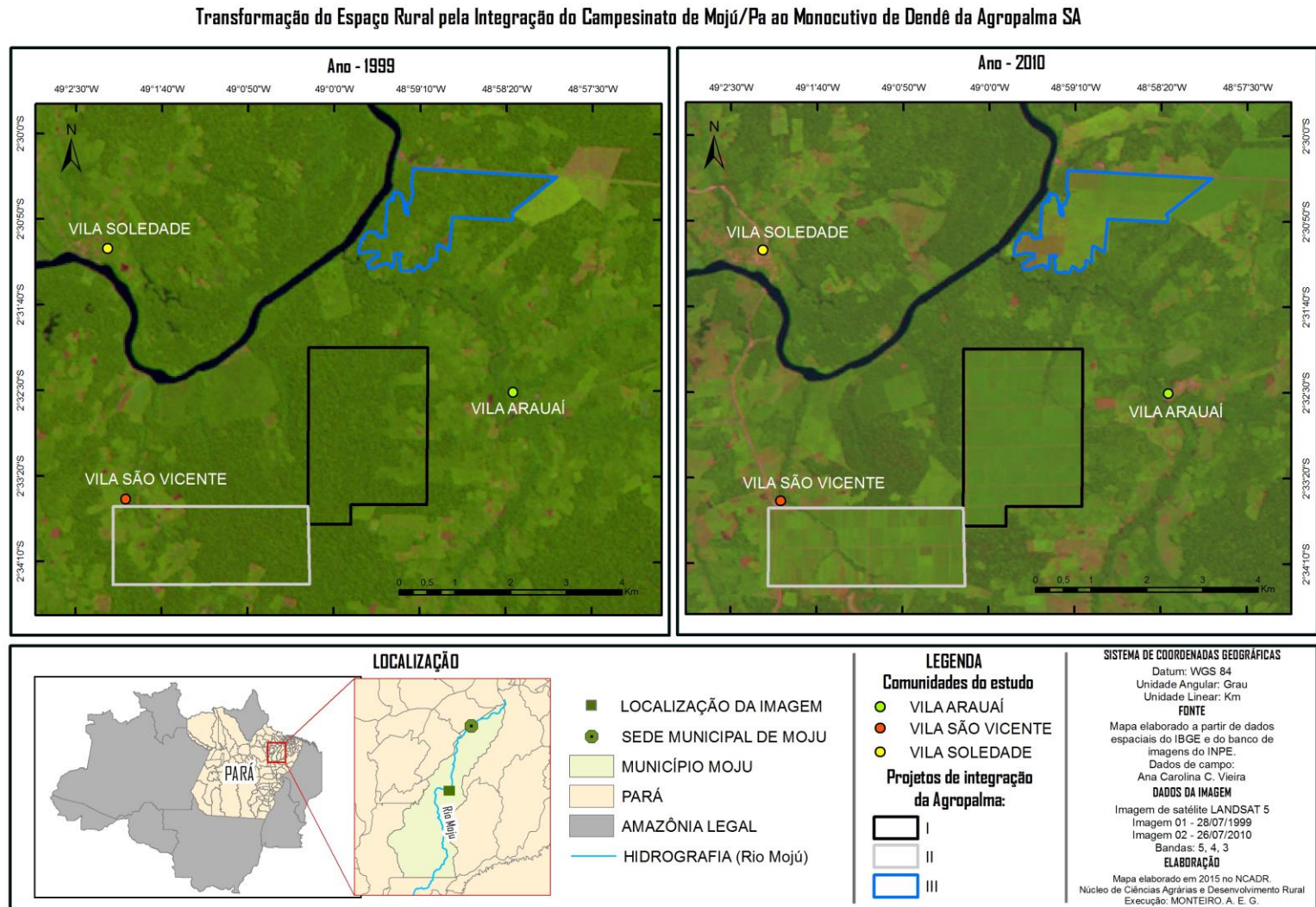
Hoje São Vicente é uma vila rural (ver croqui 2) composta por cerca de 52 famílias (LEAL, 2013), constituída por indivíduos que majoritariamente trabalham na roça, cultivando mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a fabricação de farinha e de produtores de dendezeiro, como são denominados os donos de quadra de dendezeiro. As interações sociais são tecidas por relações face a face, seja entre os membros que compõem a vila, seja entre os indivíduos de vilas e comunidades circunvizinhas a esta. Seguem, portanto, valores, marcadores culturais diferenciados e normas de sociabilidade (O’DWYER, 2013) que são específicas desse modo de viver e que os diferenciam da sociedade hegemônica, do qual estão em constante interação sociocultural. A sociedade camponesa em questão é formada por indivíduos oriundos da vila Soledade (a mais antiga do local), da comunidade Arauaí, Apeí e Curuperé, que lhes são circunvizinhas; das sedes dos

municípios de Moju, Tailândia, Acará, São Domingos do Capim; de outros municípios paraenses; bem como de outras regiões do país, como do Estado do Ceará. Os grupos domésticos são formados por três a seis indivíduos.

A vila é pequena e acompanha os contornos de um ramal denominado Parola, alusão ao prefeito do município que a construiu no ano de 1993. O plantio de dendezeiro ladeia toda a parte norte da vila, ficando de frente para as casas. Por dentro das quadras do dendezeiro passa um pequeno caminho, de cerca de três metros e que dá acesso à moradia de uma das famílias mais antigas da vila. Durante a tarde, as quadras de dendezeiros (ver fotografias 3) são utilizadas como um local de conversa e de “fuga do sol”, de encontro das pessoas da vila, pois a temperatura é bastante quente e para lá as pessoas se dirigem, a partir das 16 horas, com cadeiras e bancos, para conversar, tomar suco, café, observar a movimentação local e falar sobre “as coisas” da vila e da cidade. De dentro dessas quadras é possível ver quase todos os veículos que chegam e que saem da vila, as pessoas transitando a pé, em moto ou em bicicleta e as crianças que brincam em um dos campos de futebol.

O acesso à vila São Vicente ocorre através da PA – 150, posteriormente é preciso passar pela portaria do Grupo Agropalma de onde se vê seu complexo agroindustrial, formado por um posto de combustível, alojamentos identificados por nomes de frutas regionais, campo de futebol, carros estacionados e transitando, caminhões chegando, outros parados, com cachos de dendê; refinarias de óleo de onde é possível ver nuvens de fumaça saindo de suas chaminés e muito dendezeiro, de ambos os lados, com árvores altas, bem antigas e dividindo o espaço com outras mais novas, plantadas em suas entrelinhas. É possível ver pessoas coletando cachos, algumas outras sentadas ou deitadas no chão, com camisa de manga longa, na cor laranja, segurando ou próximas a garrafas térmicas (recipientes portáteis) de cores azul ou vermelha. Algumas pessoas são vistas dirigindo tratores. Posteriormente, chega-se a outra portaria onde há um guarda que logo deixa o ônibus passar. Aos poucos vão surgindo pequenas construções, construídas à beira da estrada e que formam comunidades e vilas, uma dessas é Curuperé. Em seguida, surge a comunidade Arauaí e dentro de poucos minutos chega-se a São Vicente. No mapa 1, de transformação do espaço rural pela “integração” de camponeses do município de Moju à dendeicultura, elaborado por Vieira e Magalhães (2015), pode-se ver a localização da vila São Vicente e das vilas circunvizinhas a esta, assim como os projetos de dendezeiro ali localizados.

Mapa 1: Localização da vila São Vicente.



Fonte: Vieira e Magalhães, 2013.

As moradias de São Vicente (ver fotografias 4) em sua maioria são de madeira, simples, com dois a três compartimentos, outras são de alvenaria e predominam as de apenas um andar. Existem em torno de 37 casas. Destas, 34 são habitadas. Todas são cobertas por telha de barro. Algumas dispõem de sanitários com fossa séptica, localizadas dentro ou fora das residências. Outras, localizadas a dez, quinze metros da casa, são fossas negras, cobertas por telha de barro e construídas com madeira. Nos quintais há bananeiras (*Musa spp.*), macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz), pés de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), mamoeiros (*Carica papaya* L.), pequenas hortas, criação de galinha e de porcos. Algumas casas possuem antena da Tv Sky, outras, antena parabólica. A economia local gira em torno do dendê e do cultivo de mandioca. Em um segundo plano aparece a criação de animais, como galinhas e porcos, plantio de pequenas hortas e a extração de açaí.

Em São Vicente há três mercadinhos de pequeno porte, uma borracharia, uma lanchonete, um açougue, um bar, um templo da igreja católica e dois de confissões evangélicas. Com exceção de um dos mercadinhos, as demais construções estão todas localizadas na beira da vicinal. Em um dos mercadinhos é vendido pão, feito na vila Soledade. A borracharia é bem movimentada. No local, as pessoas se dirigem para consertar moto e bicicleta, principalmente, funcionando também como um importante canal de encontro das *gentes* da vila, como de outras circunvizinhas a esta, pois além de consertarem seus meios de transporte ou mesmo apenas por lá “dar uma volta”, as pessoas aproveitam o tempo de espera para conversar sobre os projetos de dendezeiro, comentando sobre a produção, o repasse de dinheiro do banco, conversam também sobre os problemas sociais de Moju e Tailândia, as telenovelas, dentre outros assuntos. Há também dois campos de futebol, um localizado perto da igreja São Vicente e outro atrás da escola. Ambos são frequentados por crianças, adolescentes e adultos da vila e de outras também.

A dieta alimentar local é à base de farinha de mandioca, arroz, feijão, frango, carne e peixe quase sempre comercializado no local. O açaí apesar de ser um alimento bastante valorizado por essa sociedade camponesa, nem sempre está disponível para a compra, principalmente na entressafra (meados de dezembro a junho). Os principais meios de transporte utilizados em São Vicente são a moto e a bicicleta.

Durante a tarde as crianças brincam no joga de bola, de guerra de terra, com balador, com uma bicicleta velha e quando chove, aproveitam a água da chuva para correr e fazer outros tipos de

brincadeiras infantis. Em termos de serviços públicos há uma pequena escola, que oferta da educação infantil à quarta série do Ensino Fundamental. O sistema de ensino é multisseriado e ocorre nas duas salas da referida escola. A água encanada existe desde 2008 e a energia elétrica chegou em 2007. Por São Vicente passam duas linhas de ônibus privadas que realizam o trajeto Soledade-Moju-Soledade, duas vezes na semana, além de micro-ônibus que realizam diariamente o trajeto para a cidade de Tailândia.

Os finais de semana são dedicados aos cultos religiosos, principalmente das igrejas Assembleia de Deus e Católica. O Padroeiro local é São Vicente, comemorado no mês de setembro. O igarapé São Vicente (ver fotografia 5. A) é descrito por seus moradores como um igarapé de “cor clara”, de pequena largura, cerca de seis metros, raso, mas fundo em determinados pontos. Segundo um morador local, “*ele vem de Moju e termina em uma nascente*” (D., 59 anos, dono de quadra de dendezeiro), localizada por trás da vila São Vicente. Antigamente era dele que se retirava a água para beber e para as atividades domésticas. Hoje o mesmo é utilizado para o banho quando está muito quente e por isso, as pessoas se dirigem a ele para se refrescar e, quando falta água na vila, lavar louças e roupas.

Em São Vicente funciona a Associação de São Vicente e Soledade e que também engloba moradores da comunidade Arauaí. Essa Associação é responsável por intermediar os interesses do grupo com o Estado e a Agropalma, dentre outras instituições. Ao todo, são cerca de 50 indivíduos associados a essa Associação, de comunidades e vilas circunvizinhas a São Vicente, além de indivíduos de outros municípios que fazem parte da Associação local. Há um fiscal da Associação e pago por esta que fiscaliza os projetos de dendezeiro. Em São Vicente há um consórcio de dendezeiro em que pessoas são contratadas para o corte do cacho e outras atividades, o que significa dizer que não são apenas os membros da Unidade de Produção Familiar (UPF) que trabalham nas atividades ligadas aos projetos de dendezeiro.

Esse consórcio é bastante recente e controverso entre os agricultores de São Vicente. Introduz importantes modificações nas relações sociais locais, sobretudo entre os agricultores. Surgiu para cumprir as exigências para obtenção do “selo social” pela empresa. De uma maneira geral, consiste em uma espécie de regulamentação das relações de trabalho no dendezeiro que antes poderiam ser realizadas através das costumeiras prestações e contraprestações entre os donos de quadra de dendezeiro e outros membros da referida vila. O consórcio permite a gestão coletiva das novas regras de trabalho. De acordo com os agricultores, a troca de trabalho não pode mais ser

realizada, pois apenas os membros da Unidade de Produção Familiar (UPF) podem trabalhar nas suas respectivas quadras, não podendo contar com o auxílio de outras pessoas. E caso o agricultor não possa contar com membros da UPF, deve contratar trabalhadores para as atividades referentes à coleta de cachos, corte da palha etc., mediante carteira assinada e tendo que arcar com todas as despesas do trabalhador contratado. Muitos agricultores que chegaram a descumprir essa ordem da Agropalma foram impedidos de levar seus cachos de dendê para a empresa, o que resultou em prejuízos, pois os cocos de dendê apodreceram. Na concepção de um dos moradores “*eles (a Agropalma) dizem que isso é trabalho escravo e que vai pegar mal para a empresa*”, por isso, a imposição por parte da Empresa para que os agricultores sigam essa norma. No caso do Projeto de dendezeiro de uma das moradoras do local, trabalham o marido, o irmão e o sogro. A referida moradora relatou-me que praticamente é o dono do dendezeiro que paga esse consórcio.

Croqui 2: Vila São Vicente.



Fonte: Geisson Chaves, 2015.

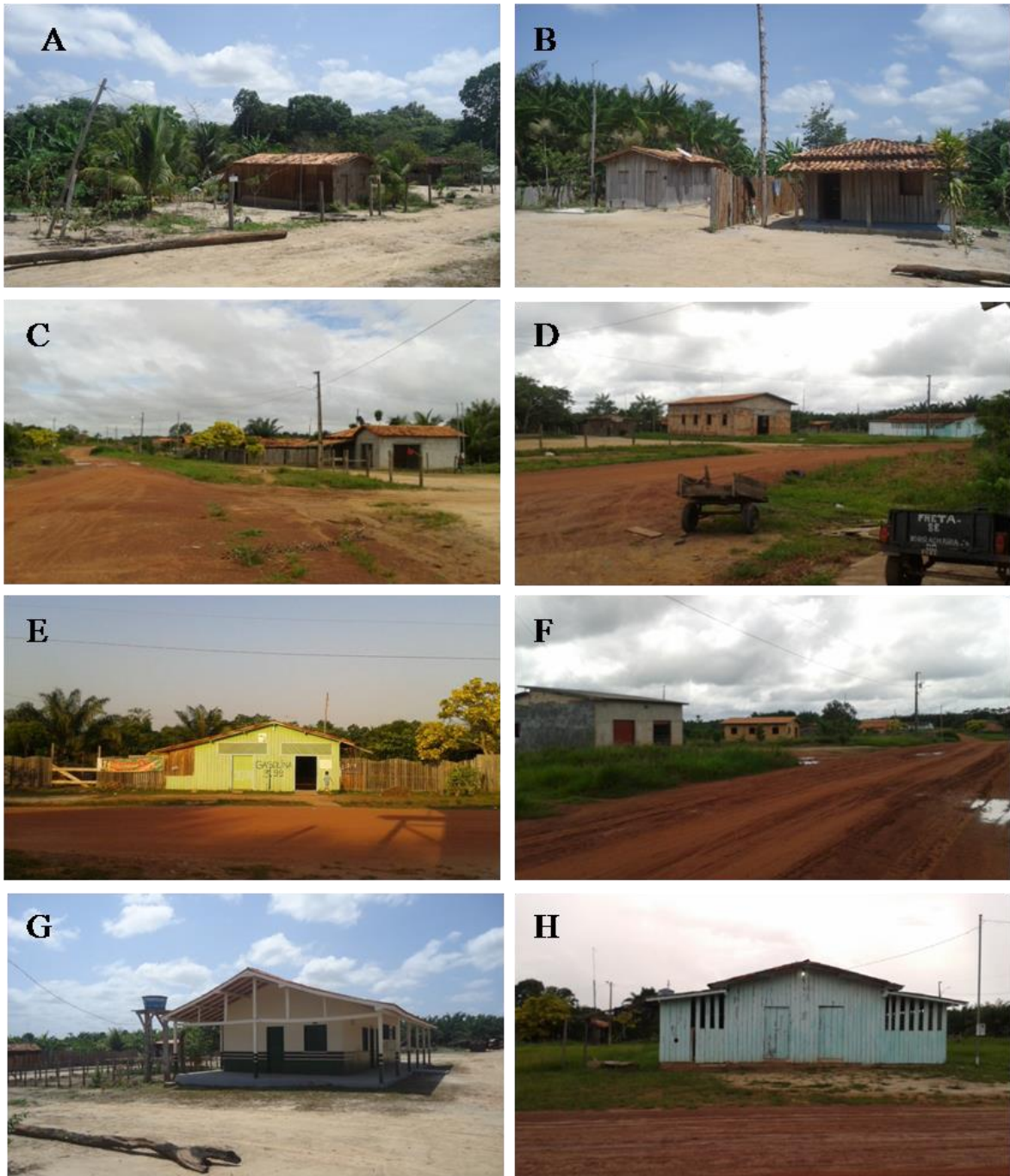
Fotografias 3: Dendezeiros, animais e pessoas.



A) animais descansando na sombra do dendezeiro; B) moradores conversando em uma das quadras de dendezeiro; C) trabalhador ajeitando cachos de dendezeiro em contêiner.

Fonte: Genisson Chaves, 2015.

Fotografias 4: Infra-estrutura da vila São Vicente.



A e B) construções típicas de São Vicente; C e D) vicinal Parola; E) bar localizado na vicinal; F) construções que acompanham a vicinal Parola; G) Escola; H) Barracão de reuniões.

Fonte: Genisson Chaves, 2015.

Fotografias 5: Cenas do cotidiano local.



A) moradores lavando roupa e tomando banho no igarapé São Vicente; B) moradores caminhando na vicinal para ir ao igarapé São Vicente; C) crianças e adultos participando de uma comemoração da escola; D) cena do cotidiano.

Fonte: Genisson Chaves, 2015.

2.2. A INSERÇÃO NO CAMPO

Para compreender a construção social do uso de agrotóxicos no modo de viver do grupo em questão sei que “é preciso olhar o mundo através dos ‘óculos’ pelos quais ele (o camponês) o lê” (WOORTMANN, 2009, p. 128), por isso, baseio minhas reflexões metodológicas nas experiências de autores clássicos e atuais das Ciências Sociais, principalmente da Antropologia – uma ciência que se dedica ao estudo das diferenças humanas e que se diferencia das demais Ciências Sociais, dentre outros aspectos, pelo fato de insistir em um duradouro contato com o “objeto” de estudo com o qual o pesquisador se debruça para assim, tentar compreender sua “lógica” e visão de mundo.

Início esse percurso metodológico trazendo as contribuições da antropologia interpretativista ou hermenêutica de Geertz (1973), na tentativa de “olhar por cima dos ombros”

dos camponeses para compreender como estes interpretam sua própria cultura, pois segundo este autor, são os grupos sociais que dão interpretações de “primeira mão” da própria cultura. Geertz, aliás, foi um autor que me ajudou bastante, pois, mesmo que eu fizesse um excelente trabalho de campo em São Vicente, seguindo todo o rigor exigido de uma pesquisa acadêmica, tinha a consciência de que minha pesquisa apenas iria se aproximar, ou seja, contribuir com uma compreensão rasa sobre a situação que estava pesquisando, pois são os indivíduos do grupo em questão que vivenciam, na prática, a relação que eu investigava. Nesse sentido, daria apenas uma interpretação, uma singela contribuição sobre o tema, nada mais do que isso!

A Vila São Vicente foi escolhida, conforme mencionado, por um lado, por fazer parte do complexo de vilas integradas ao mais antigo monocultivo de dendezeiro implantado no Estado. E por outro por já haver um acúmulo de dados no interior do grupo de pesquisa ¹², que permitiu uma compreensão prévia das relações sociais que suportam a entrada e o uso do agrotóxico.

Depois da escolha do local a ser estudado, outra preocupação ganhou espaço: a inserção em campo. “Como se ajustar e ser aceito” (FOOTE-WHITE, 1990, p. 77) no local a ser pesquisado?

Ao todo, foram realizadas quatro idas a campo: a primeira ocorreu em setembro de 2014; as demais, em janeiro, março e outubro de 2015. No total, foram feitas 26 entrevistas semiestruturadas, além de algumas poucas conversas informais, cerca de 10. As entrevistas e as conversas informais foram realizadas com pessoas que variaram dos 20 aos 78 anos de idade e englobaram donos de quadra de dendezeiros, membros da Associação local, não proprietários de quadras, aposentados, dentre outros. As pesquisas foram auxiliadas pela utilização de imagens fotográficas e de caminhadas durante a manhã e ao final da tarde, visando *sentir* São Vicente. Durante a tarde, juntava-me aos demais moradores da vila à sombra do dendezeiro para acompanhar a movimentação local e as notícias sobre assuntos diversos.

Inserir-me na vila São Vicente foi algo que me preocupou bastante, pois nunca havia estado no local antes, tampouco conhecia alguém, apenas passava pelo ramal que dá acesso ao lugar para poder ir a uma vila circunvizinha, a vila Soledade. Contava, no entanto, com as referências de Vieira que me forneceu o nome de um morador local, filho de um casal de donos de quadra de dendezeiro que ela havia conhecido em um curso de capacitação de jovens, e com a experiência de um campo que já havíamos realizado na vizinha Vila Soledade. Então, no dia primeiro de março de 2015, desci do ônibus e fiquei alguns segundos estático, sem saber ao certo o que fazer. E agora?

¹² Refiro-me especialmente ao trabalho de Vieira (2015); Vieira e Magalhães (2013).

Mas, diferentemente de Berreman (1990) que fez estudos em uma aldeia camponesa do Baixo Himalaia, não tive dificuldades significativas de entrar em campo, apenas me apresentei para algumas pessoas e logo já estava instalado em uma casa simples, mas aconchegante e onde poderia ficar o tempo que fosse preciso para a realização da pesquisa.

Ao chegar a São Vicente, logo esclareci aos primeiros moradores que tive contato que estava ali na tentativa de aprender com eles sobre seu modo de viver, especificamente sobre a relação que eles tinham com os agrotóxicos utilizados no dendezeiro. A ideia era me instalar na referida vila, o que ocorreu, mas caso não fosse possível, tentaria pedir a alguém que me deixasse de moto no local em que poderia pegar uma pequena balsa para Soledade, onde eu tinha um lugar para ficar. Como ocorrido com Berreman (1990), um dos moradores de São Vicente questionou o que eu estava fazendo na vila e porque ficava perguntando *essas coisas*. Com bastante clareza, me fez ver que eu era desconhecido e que deveria apresentar explicações claras e detalhadas. Logo, pedi desculpas e falei que era um erro de minha parte, pois havia me apresentado sem ter dado detalhes sobre o que eu iria fazer com as informações coletadas.

Em campo e durante os preparativos do mesmo, refleti bastante sobre o trabalho de campo. Tentava internalizar a afirmação de Evans-Pritchard (2005, p. 243) de que pesquisa “depende do pesquisador, da sociedade que ele estuda e das condições em que tem de fazê-lo” e ficava tentando imaginar o que pesquisador tal faria se estivesse em meu lugar. Com certeza, um trabalho melhor! Também sabia que a prática do *estar lá*, ou seja, em campo, não era algo que poderia aprender nas aulas teóricas de sala de aula, assim como também não era uma receita de bolo que eu poderia aprender, decorar e pôr em prática. Mas cada campo tem sua história, situações e sujeitos sociais específicos e a mim cabia flexibilidade para adentrar àquele universo sociocultural.

2.3 MERGULHAR NO MUNDO CAMPONÊS

Depois de conversar informalmente com os moradores da casa em que eu estava instalado, bem como a partir de minhas andanças pela vila, inicialmente acompanhado pela dona da casa em que estava hospedado e que me apresentava aos demais moradores, fiquei sabendo que São Vicente era uma pequena vila adequada ao *estudo de caso* que me propusera, uma ferramenta que, conforme Becker (1994), poderia possibilitar uma compreensão mais abrangente do grupo estudado. E segundo esse autor, sabia que não poderia descrever e analisar todos os fenômenos ali

vistos, mas focar os elementos mais essenciais ao tema proposto.

Portanto, utilizando as experiências de Malinowski (1976), contidas na introdução dos “Argonautas do Pacífico Ocidental” e com as ferramentas acima apresentadas em mãos, sabia que o meu objetivo era apresentar os indivíduos de “carne e osso”, isto é, apresentar “as gentes” da vila São Vicente e como estes se relacionam com os agrotóxicos identificados. Para isso, observei as coisas, pois a observação, conforme Beaud e Weber (2007), é “um triplo trabalho de percepção, de memorização e de anotação, diz respeito ao saber-fazer e à técnica” (p. 95). Ainda conforme as autoras, observar supõe um vai e vem constante entre as percepções. Ir e voltar nas percepções coletadas para que as mesmas não estivessem desconexas da realidade observada. No entanto, sabia que deveria preocupar-me não apenas em observar os fatos sociais, mas em *como* observá-los, pois um olhar desatento e destreinado pode não ver nada (DA MATTA, 1987) ou ver de forma equivocada ou descolada da realidade. Mas *como* esse observar na prática acontece? Bom, com meus olhos observava a vila, o que as pessoas faziam etc. Ia anotando o que era possível, depois tentava tirar algumas impressões sobre o que foi observado e sentido no momento da observação.

Nesse sentido, anotava as informações que descrevessem quem eram aqueles indivíduos, o que faziam e como se identificavam, destacando as categorias por eles utilizadas. E assim, deixava-me guiar pelos sujeitos sociais da pesquisa (EVANS-PRITCHARD, 2005), principalmente nas conversas informais, aquelas em que perguntava questões aleatórias e que estavam correlacionadas ao dia a dia local. Ao longo da pesquisa, realizei entrevistas semiestruturadas com os moradores da vila que de alguma forma, direta ou indiretamente interagem com os agrotóxicos que eram aplicados no dendezeiro e em outros cultivos. Essas entrevistas seguiam perguntas elaboradas previamente e eram auxiliadas por gravador de voz (do celular), desde que os entrevistados aceitassem a utilização do mesmo. Alguns se recusavam, pois diziam que poderiam ter problemas com isso, já que o gravador “*registrava a voz*” e isso poderia comprometer a relação que tinham com a Agropalma.

O registro fotográfico também foi um importante recurso metodológico neste trabalho, pois permitia ampliar minha visão sobre os fenômenos sociais observados, na medida em que permitia *estabilizá-los e fixá-los* (BARBOSA e CUNHA, 2006), e auxiliaria na memorização dos fatos (BEAUD e WEBER, 2007) observados. A fotografia foi, portanto, importante para indicar os locais de armazenamento dos agrotóxicos utilizados e demonstrava os indivíduos de “carne e

osso”, a estrutura da vila, dentre outras questões. Sua utilização não foi um problema, pois quando tinha que registrar os locais em que os agrotóxicos estavam guardados, pedia aos camponeses de São Vicente e eles não faziam objeção.

Com essas ferramentas e esse aporte teórico, tentava compreender o mundo camponês através de seus próprios termos, buscando “[...] uma aproximação de sua perspectiva sobre a natureza e o trabalho, ainda que consciente de que é tão-somente uma aproximação; nunca todos os seus conhecimentos, toda a plenitude de seu saber e de sua sabedoria” (WOORTMANN, 2009, p. 128) seriam por mim esgotados. Dessa forma, tentava “olhar, ouvir e escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), de forma disciplinada, tendo a consciência de não “‘ver’ de esquelha; de ‘ouvir’ mal, de ‘equivocar-se’ sobre o sentido do que” foi percebido (BEAUD e WEBER, 2007, p. 95), mas estando atento à fala corporal das pessoas (MAUSS, 1974), ou seja, às gesticulações, troca de olhares entre os interlocutores, tonalidade de voz. E depois de uma entrevista sempre me indagava se era realmente aquilo que eu tinha perguntado.

Algumas vezes, por exemplo, tinha a consciência de que havia elaborado uma pergunta de forma equivocada, pois as respostas eram muito desconexas do que foi perguntado. E de novo, tentava perguntar a questão de outra maneira. Com esse exercício, não queria que eles respondessem o que eu queria ouvir, mas ter a certeza de que a pergunta foi feita com clareza e de forma correta. Dessa forma, sempre pegava as experiências anteriores para melhorar as outras entrevistas. Também tentava evitar o que Becker (1994) chamou de “desvio de bias”, ou seja, tentar compreender os fatos sociais como eles se apresentavam e não como eu acreditava que deveriam ser. Um dos entrevistados, por exemplo, trabalhava na aplicação de agrotóxicos e fazia a mistura do **veneno** e da água com as próprias mãos, sem a utilização de máscara ou qualquer Equipamento de Proteção Individual (EPI). Cheguei a ter certeza de que ele estava contaminado e que sentia algum desconforto no corpo devido essa exposição. Por isso, cheguei a afirmar para mim mesmo que ele seria a pessoa ideal para a discussão dos efeitos dos agrotóxicos sobre o corpo, mas para minha surpresa o morador disse não sentir absolutamente nada. Como não? Pois mesmo as pessoas que se precavam relatavam efeitos que eram atribuídos aos agrotóxicos e por que com ele era diferente? Bom, ele compreendeu dessa forma e nada mais podia fazer do que refletir sobre sua interpretação.

Esclareço que foi este o percurso metodológico que tentei trilhar, mas sempre ciente de que “é a dinâmica própria da pesquisa que ditará a conduta” (BEAUD e WEBER, 2007, p. 93) do pesquisador, que deve ter “jogo de cintura” e estar aberto a mudanças, pois, muitas vezes, o campo

“é uma caixinha de surpresa” e pode conduzir a determinadas situações pelas quais não havia me programado. Então, nada de posturas rígidas em campo. É preciso flexibilidade ao se fazer pesquisa (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2001). Nesse sentido, espero que com esse caminho metodológico que escolhi, tenha conseguido me aproximar desses *óculos* pelos quais esses camponeses fazem sua leitura de mundo.

3. DA SAÚDE ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA LEITURA SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL ATUAL SOBRE AGROTÓXICOS EM CONTEXTOS DIVERSOS

Neste capítulo, apresento as principais referências teórico-empíricas que contribuíram para a construção desta dissertação. Inicialmente parto de análises voltadas para analisar o uso de agrotóxicos e suas consequências para a saúde humana e do meio ambiente. Aqui, destaco os trabalhos realizados por Rigotto (2011), Fonseca *et al.*, (2007), Gomide (2005) e Silva *et. al.* (2005). Posteriormente, apoio-me em investigações nas quais os agrotóxicos vem sendo discutidos a partir da crescente agroindustrialização, da expansão de monocultivos e da subordinação da economia camponesa ao mercado de *commodities*. Aqui, parto das reflexões elaboradas por Bombardi (2014), Gomide (2005), Menasche (2003), Guivant (1994) e Paulilo (1990). Logo depois, apoio-me nos estudos elaborados por Silva (1998) e Teixeira (2014), duas experiências que não estão ligadas à questão dos agrotóxicos, uma trata de um acidente radiativo e a outra de um incinerador, objeto de um conflito ambiental, mas que trouxeram reflexões fundamentais para este trabalho. Esclareço que está é uma divisão para facilitar a compreensão dos estudos, pois muitas das experiências aqui apresentadas, transitam nas diferentes áreas do conhecimento, não se fechando, portanto, somente em um campo disciplinar.

3.1. O CAMPO DA SAÚDE E ESTUDOS CORRELATOS

De modo geral, no campo da saúde os agrotóxicos são compreendidos a partir dos efeitos que provocam na saúde humana, das diversas formas de se expor a esses produtos, mas também dos diversos mecanismos sociais e simbólicos de proteção utilizados por aqueles que se expõem ao produto. E nesse sentido, esses profissionais dão contribuições significativas sobre o surgimento de doenças, tais como câncer, alterações neurológicas, contaminação de leite materno, casos de intoxicação aguda, dentre outros e que estão atreladas aos efeitos provocados por agrotóxicos e da incapacidade dos serviços públicos não apenas para lidar, mas para identificar, tratar e registrar os casos de contaminação.

Raquel Rigotto (2011), por exemplo, ressalta o uso descontrolado de agrotóxicos no Brasil¹³, destacando o elevado número de internações provocadas pela exposição a essas substâncias e acentua os casos de contaminação que ocorrem em áreas de expansão de monocultivos. Em estudos realizados principalmente na região do Baixo Vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará, no qual se plantam frutas, principalmente para exportação, a autora, juntamente com uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas, destaca a existência de diversas formas de produção, com formas distintas de viver, produzir e de se relacionar com os agrotóxicos. Em suas pesquisas a referida autora ressalta o fato de que as pessoas com casos de intoxicação aguda não chegam a procurar as unidades de saúde, se contaminam durante o trabalho “e muitas vezes chegam no hospital e não são compreendidos e acolhidos na sua condição de trabalhadores expostos aos agrotóxicos” (2011, p. 33), destacando o fato de que o diagnóstico não é feito, o que deixa de lado a correlação trabalho-exposição. Na perspectiva da autora, isso evidencia a dificuldade que muitos profissionais da área da saúde têm em reconhecer os casos de contaminação por agrotóxicos, pois além de não estarem preparados para tal, carecem de estrutura e material necessários para esse tipo de identificação. Rigotto também destaca alguns dos principais sintomas descritos na literatura e que são associados aos agrotóxicos. Os principais são: fraqueza, alterações neurológicas, leucemia, irritação, depressão, instabilidade, cânceres, tremores, dentre outros (RIGOTTO, 2011).

Silva *et. al.* (2005), analisam os danos que os agrotóxicos provocam à saúde de agricultores de regiões hortifrutigranjeiras, cafeeira e canavieira do Estado de Minas Gerais, a partir do processo e das relações de trabalho no contexto da agricultura brasileira. Segundo esses autores os principais locais de exposição a esses produtos são os locais em que são produzidos, na comercialização, nos setores agropecuários, dentre outros. E também destacam que além destes,

¹³A este respeito ver o documentário “O veneno está na mesa”, de Silvio Tendler (2011) no qual se alerta que ninguém está isento dos efeitos provocados pelos agrotóxicos. Do ciclo que se inici-a na fabricação, perpassando pelo seu manuseio, armazenamento e aplicação, os agrotóxicos vão parar em nossas mesas. Nesse sentido, acabamos por ingerir diferentes tipos de agrotóxicos, pois em cada alimento é utilizado determinado tipo de agrotóxico. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2015) os brasileiros chegam a consumir cinco galões de agrotóxico a cada ano. E a Reportagem “agrotóxicos no Brasil”, do Programa Caminhos da reportagem da TV Brasil (2011). Aborda o uso de agrotóxicos no Brasil e exhibe situações no Estado de Mato Grosso, maior região produtora de grãos do país e em algumas regiões do Estado do Ceará em que há um plantio de frutas, ressaltando a utilização indiscriminada desses produtos e seus efeitos na saúde humana. Também demonstra alternativas a esse modelo de agricultura praticado em nosso país, como a produção de alimentos orgânicos em propriedades rurais e o uso de um agrotóxico biológico.

“(...) as famílias dos agricultores, a população circunvizinha a uma unidade produtiva e a população em geral, que se alimenta do que é produzido no campo” (p. 5).

Em estudo realizado por Fonseca *et.al.* (2007) sobre o contexto das percepções e ações de trabalhadores que manejam os agrotóxicos na produção de flores ornamentais em Barbacena, Estado de Minas Gerais, ressaltam-se os elementos que constituem e influenciam a forma de manejar os agrotóxicos, destacando o alto uso desses produtos, bem como as diferentes formas de exposição desses trabalhadores aos seus efeitos. Como se trata de um trabalho sobre percepções, os autores enfatizam a percepção do risco do que os agricultores chamam de cheiro do agrotóxico. Na compreensão desses agricultores “o agrotóxico deixa um resíduo no ar sob a forma de cheiro que permanece durante certo tempo e contamina” (FONSECA *et. al.* 2007, 45), o que enfatiza um processo de subjetivação compartilhado coletivamente e que “marca” o trabalhador. Portanto, fica claro que não é apenas durante o processo de aplicação que o trabalhador e demais indivíduos podem contrair algum tipo de mal advindo do agrotóxico, mas também depois de realizada a aplicação, pois o agrotóxico fica no ar e ganha corpo, uma forma, através do que é reconhecido socialmente como cheiro. Esse *cheiro* é uma situação problema dentro do grupo, pois é invisível e pode marcar o trabalhador, contaminando-o, invadindo seus poros e se alojando em determinados órgãos, como o fígado, por exemplo. Conforme veremos, em São Vicente o cheiro é também um dos elementos constitutivos do mal provocado pelo agrotóxico.

Esse trabalhador *marcado*, na concepção do grupo estudado por Fonseca *et. al.* (2007), “é capaz de contaminar outros indivíduos”, o que, na prática, é motivo de estigma e preconceito, pois ninguém vai querer correr o risco de se aproximar do indivíduo marcado, sabendo que pode se contaminar. Essa marca sugere um processo de poluição simbólica, pois o indivíduo é um agente que carrega o mal, o que é considerado pelo grupo como algo prejudicial, que deve ser evitado. Fazendo uma analogia forçada, o indivíduo se assemelha a um *dalit*, que dentro do contexto indiano é um indivíduo impuro, cercado por algum tipo de coisa que incomoda os demais membros da sociedade e que necessariamente, deve ser afastado dos demais membros do grupo social.

Outra situação apontada por Fonseca *et. al.* é a crença no efeito protetor do leite e de bebidas alcoólicas que funcionam como bebidas purificadoras que podem limpar o organismo de elementos que podem contaminá-lo. No estudo, os autores também ressaltam a maior vulnerabilidade de certos sujeitos sociais, como mulheres e crianças, bem “como certos homens que não sabem lidar com os agrotóxicos” (FONSECA *et. al.* 2007, p. 46) e que estão mais

vulneráveis aos efeitos dos agrotóxicos do que outros indivíduos do grupo. Isso sugere a ideia de que os agrotóxicos agem de forma distinta entre os diferentes sujeitos sociais, indicando também um processo de hierarquização de gênero, pois mulheres e crianças são categorias compartilhadas por esse grupo como mais suscetíveis de se contaminar por agrotóxico do que a maioria dos homens. Aqui, o agrotóxico é, portanto, não apenas uma substância que pode contaminar os indivíduos, mas também um marcador social da diferença.

Outro estudo realizado no campo da saúde pública é o de Gomide (2005) que fez uma análise sobre as práticas defensivas utilizadas por agricultores de dois municípios localizados no sudeste do Estado do Piauí, contra os efeitos provocados pelos agrotóxicos. Os agricultores estudados por essa autora, de certa forma, reconhecem os perigos advindos dos agrotóxicos e compartilham o “(...) entendimento de que o perigo à saúde está no processo de aplicação do agrotóxico, não sendo perigoso depois que o agrotóxico estiver sobre o cultivo e disperso no ambiente” (GOMIDE, 2005, p. 1051). Portanto, é no processo de aplicação que mora o perigo. A autora também registra o marcador social, no caso a associação entre juventude e agrotóxico. Segundo a autora o agrotóxico exige um corpo jovem para o seu manuseio e não mais um corpo já cansado ou calejado para a realização desse tipo de atividade. Essa questão pode ser compreendida no trecho abaixo:

[...] eles (os agricultores) admitem que, em poucos anos de aplicação dos agrotóxicos, precisam contratar os mais jovens para a atividade, pois não se sentem mais em condições de o fazer. Segundo seus relatos, esses jovens são “contratados” com cerca de 17 anos e ao completarem 25 anos, ou 26 anos, já não têm mais condições de continuar no “serviço” (GOMIDE, 2005, p. 1015).

Igualmente a Fonseca *et al.* (id.), destaca Gomide a utilização de determinadas bebidas que, no imaginário social dos agricultores por ela estudados, servem como proteção contra os males que podem advir dos agrotóxicos ou mesmo apaziguadores de seus efeitos. Nesse sentido, a cachaça é utilizada como um elemento de proteção durante a aplicação do agrotóxico. Gomide também ressalta que muitos agricultores por ela estudados possuem o hábito de misturar diferentes produtos tóxicos para torná-lo mais eficiente e mais forte, pois se tornam mais eficazes no combate de espécies vegetais e de animais que podem prejudicar o desenvolvimento da planta. Isso tudo são justificativas compartilhadas e aceitas por grande parte desse grupo, pois servem para assegurar a safra.

Destaca a autora que nas regiões em que se concentram as indústrias fabricantes de agrotóxicos, esses produtos comumente são denominados como remédios e não como venenos, o

que cria outro imaginário social sobre esses produtos. Pois um remédio é entendido como algo que cura a planta, sugerindo também a ideia de que não há nenhum tipo de risco oriundo dos agrotóxicos. Também segundo esta autora:

Os agricultores, em sua maioria esmagadora, não sabem ou não denominam a leitura, resolvendo a questão através de sua própria produção cultural de conhecimento. De um modo geral não identificam marcas nem indicações, escolhendo o produto de acordo com que acreditam ser o mais forte, “reconhecimento feito” pelo cheiro ou pelo gosto (GOMIDE, 2005, p. 1051).

Os trabalhos aqui apresentados evidenciam como a problemática do agrotóxico insere-se num campo mais amplo, inclusive semântico, que mobiliza classificações e hierarquias sociais; deslocamentos de sentidos; e situações de dominação que, por sua vez, tornam mais evidentes a violência que o uso destes produtos químicos implica.

3.2 O CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Nas ciências sociais focam-se os usos e as construções sociais dos agrotóxicos, na tentativa de compreender como esses produtos são apropriados pelos trabalhadores, rurais e urbanos, que, direta e indiretamente o manuseiam e, sobretudo, as mediações que se estabelecem entre agrotóxico-risco-proteção.

Bombardi (2014) destaca que estudos realizados no Brasil, Canadá, Espanha e Estados Unidos sobre os agrotóxicos, demonstram que a exposição a esses produtos químicos causa alterações neurológicas, além de outros problemas, como a depressão e a ansiedade. Muitas dessas pesquisas, por exemplo, ressalta a autora, relatam casos de suicídio provocados pela ingestão “involuntária” do *veneno* que, segundo ela, é um caminho significativo, pois faz “o trabalhador usar para causar sua própria morte o instrumento que o subordina, que o deixa doente, que pode levar ao endividamento”. Portanto, “uma morte agonizante, os relatos mostram isso”. Bombardi também ressalta que mesmo os equipamentos de proteção indicados para a aplicação de agrotóxicos já não são mais plenamente suficientes e chama atenção para o discurso de culpabilização do trabalhador pelo acidente, pois os boletins de ocorrência que relatam acidentes de trabalho geralmente se referem à distração do trabalhador como o causador dos acidentes, quase nunca culpando a empresa. Segundo Bombardi:

[...] em todos os estados [...] há casos de intoxicação por agrotóxico. É uma quantidade assustadora: 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola. Se você pensar que há uma subnotificação – o próprio Ministério da Saúde indica que talvez os casos sejam de 50

vezes maiores que os notificados – o número fica maior ainda. E isso levando em conta que são casos de intoxicação aguda, quer dizer, de casos em que a pessoa entrou em contato com agrotóxico e passou mal. Não estamos falando de doenças crônicas, como o câncer (BOMBARDI, 2014, p. 5-6).

No ponto de vista dessa autora os agrotóxicos são retratados como “mais uma faceta da violência no campo, que afeta a todos: os pequenos produtores, os trabalhadores expostos diretamente ao *veneno*, os consumidores de alimentos” (2014, p. 1), pois os agrotóxicos acabam indo parar nas mesas da população brasileira, através dos alimentos ingeridos diariamente. Em Bombardi (2011, p.20) vejo que os camponeses, trabalhadores, familiares destes e moradores de áreas circunvizinhas aos locais de aplicação estão “sendo intoxicados cotidianamente de forma direta” por tais produtos. Segundo a autora os “sintomas agudos de tais intoxicações são apenas a ponta do *iceberg* de um problema muito mais amplo que fica escondido por trás da subnotificação destes casos e da quase ausência de informação sobre as doenças crônicas causadas por tais exposições” (p. 20) e configuram o que a autora denomina de uma forma silenciosa de violência no campo que atinge diferentes grupos sociais.

Em entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato, a autora apresentou dados de uma pesquisa que realizou entre os anos de 1999 a 2009 sobre casos de intoxicações e de mortes por agrotóxicos no Brasil, na qual constataram-se cerca de 25.350 notificações de tentativas de suicídio e 1876 mortes por meio do uso de agrotóxicos (BOMBARDI, 2014).

O estudo realizado por Guivant (1994) com produtores rurais do município de Santo Amaro da Imperatriz, no cinturão verde de Florianópolis, destaca a aplicação de agrotóxico como uma atividade exclusivamente realizada por indivíduos do sexo masculino. Essa pesquisa também evidenciou, dentre outras situações, o fato de que os agrotóxicos não são percebidos como perigosos se usados dentro de determinadas recomendações, sugerindo uma espécie de “controle” ou “domação” do risco/perigo (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012) oriundo da utilização de tais produtos. Todavia, a autora evidencia que “O que não é dito é que no geral as recomendações não são seguidas” (GUIVANT, 1994, p. 51). Não são seguidas muitas vezes não pelo fato de o usuário as desconhecer (o que certamente pode ocorrer), mas devido ao fato de os indivíduos ressignificarem tais práticas, utilizando-se de outros elementos que muitas vezes são diferentes dos elencados nos manuais técnicos de aplicação desses produtos.

Na compreensão dos agricultores por Guivant estudados:

Não são consideradas evidências suficientes casos de intoxicação ou de tontura, vômitos, dores de cabeça etc., que são vistas como não comprometedoras da saúde. Com estes

sintomas se vive; é o patamar aceito como “normal”, [pois] Se o agricultor tem manipulado, até o presente, os agrotóxicos sem que nada de negativo tenha acontecido para ele, acaba concluindo que, efetivamente, não são perigosos à saúde; se até agora nada aconteceu, tampouco irá acontecer (GUIVANT, 1994, p. 51).

Aqui há, portanto, uma evidente negação dos sintomas que podem ser atribuídos aos agrotóxicos, bem como uma clara valorização social da categoria tempo, entendida como um fator capaz de reiterar a ideia de que agrotóxico não faz mal.

No estudo elaborado por Guivant há a compreensão de que os agrotóxicos contaminam pessoas consideradas fracas, o que na prática, resulta em uma associação entre pessoas que resistem aos efeitos dos agrotóxicos e aquelas que têm força física (GUIVANT, 1994). Portanto, a aplicação de agrotóxicos valoriza aqueles que o manejam, pois aos olhos dos demais indivíduos do grupo, os aplicadores de agrotóxicos são considerados fortes, portadores de algum tipo de força biológica e/ou física que não permite a contaminação. Já outros indivíduos não possuem o mesmo biótipo ou força dos indivíduos considerados fortes aos agrotóxicos e por isso, são mais suscetíveis à contaminação. Aqui há uma clara semelhança com o estudo elaborado por Fonseca *et. al.*, (2007), no que se refere aos indivíduos que são considerados fortes ou fracos em relação aos agrotóxicos. Outra construção levantada por Guivant (1994) reside na compreensão de que a intoxicação pode ocorrer pelo “azar”. Para isso, mesmo que um produtor siga “as mínimas recomendações que consensualmente são definidas como ‘cuidados’; ele pode até mesmo ser forte, mas pode não estar protegido contra a má sorte. Para isso é fundamental manter a ‘fé’ no destino e na fortuna” (GUIVANT, 1994, p. 52). No entanto, não aplicar agrotóxicos é se expor a riscos econômicos, pois o plantio pode ser afetado por pragas que podem comprometer a plantação e assim, o retorno da produção. Por isso,

Aplica-se (...) – e pelo menos se evita, no geral, perder tudo – ou não se aplica e enfrenta-se o risco de perder tudo. É o terreno do *fatalismo químico*, que um agricultor resumiu da seguinte maneira: “Toda planta tem que ter seu remédio”, querendo mostrar que não podem deixar nenhuma lavoura sem que receba uma aplicação de pesticidas, se se pretende que produza (GUIVANT, 1994, p. 55).

Outro dado levantado por essa autora é que nessa sociedade quem usa Equipamento de Proteção Individual (EPI) é apontado como “‘afeminado’, ‘pouco homem’, ‘medroso’” (GUIVANT, 1994, p. 52), dentre outras elaborações sociais construídas para estigmatizar os indivíduos que tentam burlar as regras sociais estabelecidas pelo grupo em questão. Nesse sentido, não usar EPI ou mesmo “(...) a cena de um homem capinando a horta junto a sua casa” (MENASCHE, 2003, p. 143), não demonstra ignorância ou falta de conhecimento por parte das

peessoas que manejam os agrotóxicos, mas evidenciam outros tipos de construções e de entendimentos sobre esses produtos que são diferentes da sociedade que os produz. Denotam correlações muito fortes entre quem é ou não homem dentro dessa sociedade, dentre outras questões.

No estudo elaborado por Paulilo (1990), sobre produtores integrados ao fumo, no Estado de Santa Catarina, é ressaltado que o cheiro da planta combinado com os *venenos* aplicados nela, causa náuseas e desmaios em pessoas consideradas mais vulneráveis. A esse respeito, informam “os entrevistados que tem quem fique tão verde quanto a própria planta. Costuma-se tomar muito leite, nessa época, para amenizar os efeitos dos venenos” (PAULILO, 1990, p. 144). A autora também descreve as diferentes formas de passar o *veneno*, bem como os perigos que ambas as modalidades podem provocar no corpo de quem realiza esse tipo de trabalho. Em relação aos cuidados que poderiam proteger esses agricultores dos efeitos provocados pelos agrotóxicos, a autora argumenta que inicialmente acreditava que essa falta de cuidados poderia estar relacionada a possíveis desconhecimentos desses produtos ou mesmo a falta de dinheiro para a compra de EPI, bem como a crença de que o corpo resiste a esses efeitos nocivos. Mas o que foi comprovado é que, também como observado em Nova Paz (op.cit.),

O motivo principal é que o trabalho com o fumo é feito no período mais quente do ano e é muito intenso, não permitindo que se pare nem nas horas de sol a pino. Já era um grande esforço suportar a alta temperatura com roupas leves. Era quase impossível suportá-la com roupas que cobrissem todo o corpo e máscara no rosto (PAULILO, 1990, p. 147).

É latente nestes estudos como o uso de agrotóxico entre agricultores é controverso, tal como constatado por Menasche (2003). Do ponto de vista de agricultores por ela estudados, a “utilização de agrotóxicos na produção agrícola é afirmada (...) não apenas como necessária, mas como condição mesmo de viabilidade da atividade” (MENASCHE, 2003, p. 143), um ponto de vista também compartilhado entre os agricultores estudados por Gomide (2005). Essa questão é ilustrada a partir da fala de um dos seus informantes que diz que “*se não é pra passar veneno, não adianta nem plantar*” (MENASCHE, 2003, p. 143), sugerindo, portanto, a dependência entre plantio e *veneno*. Nesse sentido, há um evidente elo construído entre a planta e o veneno, mediado pelo homem. É como a tríade Deus-homem-terra, estudada por Woortmann (2009), o que, nesse caso, “Configura-se uma relação de reciprocidade entre os três pólos daquele triângulo” (p. 119). Há, portanto, uma dádiva positiva, pois o homem cuida da terra e em troca, a terra o agracia com uma boa colheita e Deus, por sua vez, faz a chuva cair, dando força a terra. No outro caso, há uma

relação inversa, de adoecimento do homem, pois o uso do veneno contamina-o. Mas no caso dessa relação, Planta-veneno-homem, o que prevalece é o resultado da produção, já que o uso do veneno é garantia certa para que esta possa acontecer, como ressaltado acima por Guivant (1994). Os refratários ao uso do veneno acreditam que “*O pessoal pensa pelo mais fácil*” (MENASCHE, 2003, p. 144), por isso insiste na utilização de agrotóxicos. Já quem aplica, vê a utilização de agrotóxico como um poupador de trabalho e isso pode ser percebido a partir da seguinte fala: “*Vocês são loucos! Passem veneno e deem na sombra*” (MENASCHE, 2003, p. 144).

Os estudos revelam, de todo modo, os altos índices de químicos utilizados por agricultores, as diferentes formas de exposição e os riscos que correm devido aos agrotóxicos utilizados.

Para efeitos de meu trabalho, é importante reter que as construções sociais dos agricultores usuários e/ou aplicadores de agrotóxicos comportam seja explicações que lhes permitem introduzi-los nos seus sistemas de produção, seja ruptura entre as relações de causa e efeito propugnadas pelos profissionais da saúde, seja construções que relevam a dominação e a violência subjacente ao modelo de agricultura com o qual interagem ou estão “integrados”. No caso de São Vicente, conforme poderá ser visto a seguir, observam-se situações, lógicas e semânticas similares, o que parece sugerir um padrão social mais amplo no interior do campesinato.

Neste sentido, Vital da Costa (2012), foca o que denomina de “injustiça socioambiental”, conferida aos trabalhadores do campo que manuseiam os agroquímicos, entendidos por ela como um *veneno* que “compromete significativamente o meio ambiente e (que) gera consequências nefastas sobre a saúde dos trabalhadores rurais” (VITAL DA COSTA, 2012, p. 1). A autora destaca que os agroquímicos levam décadas para se degradar e que são cumulativos, pois quando ingeridos, não são eliminados do organismo humano, podendo, inclusive, ser transmitido ao feto, no caso de grávidas ou mesmo através da amamentação. São os agrotóxicos importantes fatores de risco porque causam contaminação de alimentos, intoxicação humana e de outros animais, contaminação de águas subterrâneas e de lençóis freáticos, surgimento de pragas que resistem a esses agroquímicos e o empobrecimento do solo. Alguns tipos de agrotóxicos, por exemplo, são absorvidos pelas vias oral, respiratória e dérmica, podendo inclusive, atingir o sistema nervoso central e periférico e provocar câncer.

Ainda segundo esta autora, normalmente as contaminações são indesejadas e devem ser evitadas, mas no caso dos agrotóxicos é o contrário que ocorre, pois a contaminação é intencional, é o propósito e a finalidade da atividade. A autora também chama atenção para a complexidade das

informações descritas nos rótulos dos agrotóxicos e o seu descompasso com a lógica e a racionalidade camponesas (2012, p. 8-9). Da perspectiva de Vital da Costa, os camponeses “são quase que obrigados pelo próprio sistema produtivo a utilizarem agrotóxicos, se quiserem subsistir por meio da produção agrícola” (p. 8). No caso do dendê, vejo que a utilização de agroquímicos é uma situação imposta pela empresa, que obriga os agricultores familiares a realizar a aplicação, do contrário, estes podem ser advertidos e sofrer penalidades por parte da empresa integradora.

3.3 DUAS EXPERIÊNCIAS OBJETIVADAS NO CORPO

Aqui apresento, de forma breve, duas experiências que estão ligadas a casos de exposição química, sofridas em contextos distintos, ou seja, experiências nas quais supostamente a correlação de causa e efeito entre contaminação e doença seria mais evidente: uma sobre desastre radiológico e outra sobre um incinerador de lixo hospitalar. Ambas guardam similitudes entre si e me ajudaram a refletir sobre a percepção dos agrotóxicos na vila São Vicente.

A primeira diz respeito à contenção de desastre radiológico com a cápsula de césio-137, ocorrido em Goiânia, em setembro de 1987. Nesse contexto, Silva (1998) faz uma análise sobre percepção de corpos em perigo e examina “como diferentes atores sociais representam a vivência do ‘corpo em risco’” (SILVA, 1998, p. 2) e como constroem justificativas para tal, chamando atenção para o fato de que “(...) a noção e percepção de risco são construções sócio-culturais, imbricadas em decisões de ordem política, envolvendo relações de poder” (SILVA, 1998, p. 2) que incidem diretamente na “(...) compreensão das representações e experiências relativas aos processos de saúde e doença” (SILVA, 1998, p. 2) dos sujeitos afetados por esse desastre. No caso dos agrotóxicos utilizados no dendezeiro, esse estudo é inspirador, pois chama atenção para essas construções socioculturais que formam a maneira pela qual os segmentos sociais pensam a noção de risco, para o corpo e para a saúde. A autora também acrescenta a categoria de corpo treinado para atuar em situações de desastre. Esse estudo ajuda a pensar em como o corpo de quem maneja os agrotóxicos no dendezeiro é preparado e gerenciado para esse tipo de atividade.

A segunda diz respeito à análise feita por Teixeira (2014) sobre os efeitos provados a partir da operação de um incinerador de lixo hospitalar e industrial no Bairro Camargos, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Nesse caso, a autora evidencia uma situação de sofrimento

social provocado no corpo dos moradores desse bairro devido ao incinerador ali instalado e chama atenção para o “*silenciamento* daqueles que buscavam tornar visíveis os danos e o sofrimento que os levavam aos espaços institucionais de denúncia e defesa de seus direitos” (TEIXEIRA, 2014, p. 20), pois “o corpo sente e sabe, mas não pode *provar*” (TEIXEIRA, 2014, p. 23) os efeitos provocados pelas substâncias liberadas pelo incinerador. Evidenciar o adoecimento e prová-lo é a questão cerne de sua discussão e muito ajuda a refletir sobre as construções que evidenciam a correspondência entre substâncias químicas e seus efeitos no organismo humano, já que o relato da experiência vivida, não é suficiente para provar a correspondência entre o produto e os efeitos que provoca na saúde.

4. CAMPONESES, DENDEZEIRO E AGROTÓXICOS.

Neste capítulo, inicialmente apresento os autores que contribuíram para minhas reflexões sobre as sociedades camponesas e o uso de agrotóxicos; posteriormente, apresento de forma breve o contexto que contribuiu para a implementação dos projetos de dendezeiro na Amazônia; em seguida trago algumas reflexões sobre o uso amplo e irrestrito de agrotóxicos. E por último, apresento a entrada do dendezeiro na vila São Vicente.

4.1 AS SOCIEDADES CAMPONESAS: ALGUMAS REFLEXÕES.

Para entender a sociedade camponesa da vila São Vicente, baseio-me tanto em Wolf (1970) e Shanin (2005), dois autores clássicos da teoria do campesinato quanto em autores contemporâneos como Woortmann (2009), Moreira e Hébette (2009). Os dois últimos, autores que, em suas pesquisas, focaram as especificidades do campesinato amazônico. Todos enfatizando a especificidade e o caráter dinâmico da sociedade camponesa e sua interação com a sociedade envolvente.

Um dos principais teóricos que contribuíram para a compreensão das sociedades camponesas foi Wolf (1970). Seus aportes conceituais, de notória relevância, permitem analisar as sociedades camponesas como não amorfas ou paradas no tempo, mas constituídas de particularismos que refletem um tipo de organização e ordenação diferenciada e que varia de um grupo social a outro. Também contribuem para desmistificar a visão homogeneizadora das sociedades camponesas historicamente compreendidas como idênticas umas às outras e sem traços particulares. Wolf destaca que os camponeses são agentes econômicos e os responsáveis pela manutenção e reprodução de uma família. Portanto, sua propriedade é uma unidade econômica, como também um lar. Nesse sentido, sua unidade camponesa não é somente uma organização produtiva, mas também uma unidade de consumo, onde a família precisa ser alimentada. Em correspondência, a terra e a casa não são meros fatores de produção, mas carregam consigo valores simbólicos que são de extrema relevância para o *modus vivendi* camponês. O autor chama atenção para o equilíbrio que o camponês deve manter entre as exigências internas - suas próprias necessidades - e as oriundas do mundo externo, com o qual interagem, especialmente por meio do mercado.

Na mesma perspectiva, Shanin (2005) observa que os camponeses não podem ser descritos ou compreendidos sem sua estrutura societária mais geral, pois é com esta que estes mantêm uma relação de mercado intensa. Segundo o autor, os camponeses são grupos sociais que persistem ao sistema mais amplo e do qual fazem parte, ao mesmo tempo em que se transformam (ou se metamorfoseiam, como preferem Moreira e Hébette (2009)) e se vinculam à economia capitalista para garantir a sua própria reproduzibilidade. Também não configuram uma homogeneidade social como geralmente o campesinato é tratado. Portanto, destaca Shanin, para que eu possa compreender o que “são” os denominados camponeses, devo indagar a respeito do “que” e de “como” penso sobre esses sujeitos sociais, pois o reconhecimento de sua especificidade é o primeiro passo para a sua compreensão - ainda que à sua época tivesse relevância a discussão sobre classe, modo de produção e formação econômico-social.

Na perspectiva de Wolf e Shanin ganham relevância um modo de viver ou uma forma de organização social alicerçada sobre relações familiares e de vizinhança.

Este reconhecimento permite que se avance na desconstrução de mitos, como a resistência às mudanças. Woortmann (2009), por exemplo, observa que, ao contrário da resistência, os camponeses são cautelosos observadores, pois não podem colocar em risco a reprodução social de sua família somente porque certo indivíduo em algum gabinete qualquer resolveu impor uma inovação tecnológica aos ditos grupos de “baixa renda”. A autora ressalta os cuidados que os camponeses têm ao serem cautelosos, pois possíveis riscos podem trazer consequências drásticas e prejudicar o equilíbrio que a todo tempo tentam manter entre a Unidade de Produção e a Unidade de Consumo. Os resultados de um experimento ou da inserção de uma novidade, por exemplo, são necessariamente cuidadosamente avaliados e tratados com muita desconfiança, pois o que está em jogo é a segurança do próprio grupo familiar e não apenas adotar ou não um novo tipo de “tecnologia”.

Igualmente, Moreira e Hébette (2009), apoiados nesta literatura clássica, observam que os grupos sociais denominados camponeses, geralmente estão inseridos em uma determinada sociedade abrangente, mas não deixam de interagir com ela, assim como também não deixam de reagir aos seus impactos, sejam eles positivos ou negativos que essa sociedade mais abrangente pode trazer ao seu modo de vida camponês.

Em todos os autores, observa-se a constatação de que os camponeses não se encontram numa situação estática, mas em permanente dinâmica, tentando combinar, na medida do possível,

atitudes e atividades que permitam com que sua família e seu grupo social possam se reproduzir em meio a uma ordem social que constantemente o ameaça de extinção. À especificidade social e econômica mencionadas correspondem cosmovisões próprias, fundadas ademais na relação que estabelecem com a terra e o ambiente. Historicamente, também enfrentam problemas parecidos: a ameaça aos seus territórios, aos seus conhecimentos e conseqüentemente, aos seus modos de viver que, a todo o momento, são postos em xeque pela sociedade capitalista, a qual tenta homogeneizar, desvalorizar, subordinar e destruir.

Assim, ao utilizar o termo camponês ao invés de agricultor familiar - genericamente utilizado no contexto que os integra ao monocultivo e os expõe ao agrotóxico - quero enfatizar os diferentes aspectos que compõem os particularismos do modo de viver de famílias rurais, entendidos a partir de sua cosmovisão e de uma relação diferenciada com o ambiente, sobretudo para remarcar que o uso do agrotóxico está subsumido às regras próprias de uma sociedade que é diversa daquela que o produz e que o difunde. Conforme pode-se observar neste trabalho, são lógicas diversas que operam diferentes categorias que repercutem diferentemente sobre suas práticas. Por outro lado, como observa Neves (2007) agricultor familiar é uma categoria política, especialmente advinda de políticas públicas que, antes de ser explicativa, é homogeneizadora. É, pois, com o rótulo e até mesmo com a fugaz identidade de agricultor familiar que os moradores de São Vicente, plantadores do dendezeiro e usuários de agrotóxicos, são comumente mencionados no contexto da dendeicultura.

4.2 O CONTEXTO DA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA ORIENTAL.

Na década de 70 do século passado houve forte intervenção estatal na região amazônica (VIEIRA e MAGALHÃES, 2013). Nesse sentido, intensas transformações estruturais ocorridas na região foram forjadas no marco dos projetos nacionais de desenvolvimento para acelerar a modernização da sociedade e do território nacionais, durante os anos 1960 e 1985, quando então, a Amazônia passou a ser o centro de políticas de rápida ocupação de seu território, o que alterou profundamente a paisagem da região (BECKER, 2005).

As ações desses projetos que se dizem desenvolvimentistas, quase sempre são caracterizadas por concentração da terra, produção agropecuária e florestal em larga escala e de monocultivo, baseada em um modelo produtivista insano que induz ao largo uso de produtos

químicos, hormônios e sementes transgênicas, híbridas e mutagênicas. E como reflexo dessas ações, grupos de camponeses são desterritorializados e tem seus modos de vida desprezados (CARVALHO, 2013).

Desde o início do século XXI, transformações sobre o uso do solo e da paisagem, com a entrada de incentivos do governo à produção de dendê estimularam a entrada de grandes empresas de capital nacional e internacional, de origem financeira e industrial. Posteriormente, constroem-se estratégias de ocupação das terras e de utilização da força de trabalho camponesas, mediante programas denominados de “integração” familiar ao desenvolvimento e à agricultura moderna (VIEIRA e MAGALHÃES, 2013). Atualmente a produção de dendê é o principal programa de subordinação (“integração”) da agricultura camponesa ao desenvolvimento capitalista no estado do Pará, especialmente na região Nordeste Paraense, onde se situam, conforme visto, os municípios de Tailândia e Moju - e a Vila São Vicente.

O dendezeiro (*Elaeis guineensis*, Jacq.) é uma palmeira oriunda da floresta tropical da região central e oeste da África, introduzida no Brasil pela população escravizada do continente africano durante a época da colonização. Na Amazônia, pesquisadores do antigo Instituto Agrônomo do Norte (IAN) plantaram no estado do Pará, no ano de 1951, algumas linhagens da espécie provenientes do continente africano, objetivando verificar a adaptabilidade e produção desta palmeira na região (MÜLLER *et al.*, 1989). Segundo esses autores:

O plantio do dendê, em escala industrial, no Estado do Pará, deve-se à iniciativa da então Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que, em 1967, firmou convênio com o Institut de Recherches pour lês Huiles et Oleagineux (IRHO) para implantar e desenvolver o bloco-piloto de 1.500 ha do Projeto de Dendê daquela instituição, o qual foi transferido, posteriormente, para a iniciativa privada, através de licitação pública, surgindo então a empresa Dendê do Pará S.A. (DENPASA). Em 1973, a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará criou o "Projeto Dendê", visando implantar 1.500 ha desta cultura, distribuídos em lotes de pequenos produtores (MÜLLER *et al.*, 1989, p. 5).

As sementes desta espécie vegetal produzem de 3 a 8 vezes mais óleo por área plantada do que qualquer outra espécie de clima tropical ou temperado já testada. Devido sua versatilidade de usos, pois é utilizado nas indústrias de alimentos (na fabricação de margarinas, biscoitos etc.); de higiene e limpeza; na fabricação de cosméticos; na química (composição de lubrificantes e óleo) (VIEIRA; MAGALHÃES, 2013), o dendê vem sendo alvo de políticas públicas voltadas para a expansão da plantação e do beneficiamento.

O investimento público brasileiro na composição de lubrificantes e combustíveis é recente.

Depois de experiências de pouco resultado econômico nos anos 1970/1980, foi criado em 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), visando a "produção integrada" de oleaginosas como a soja no estado do Mato Grosso e o dendê na Amazônia.

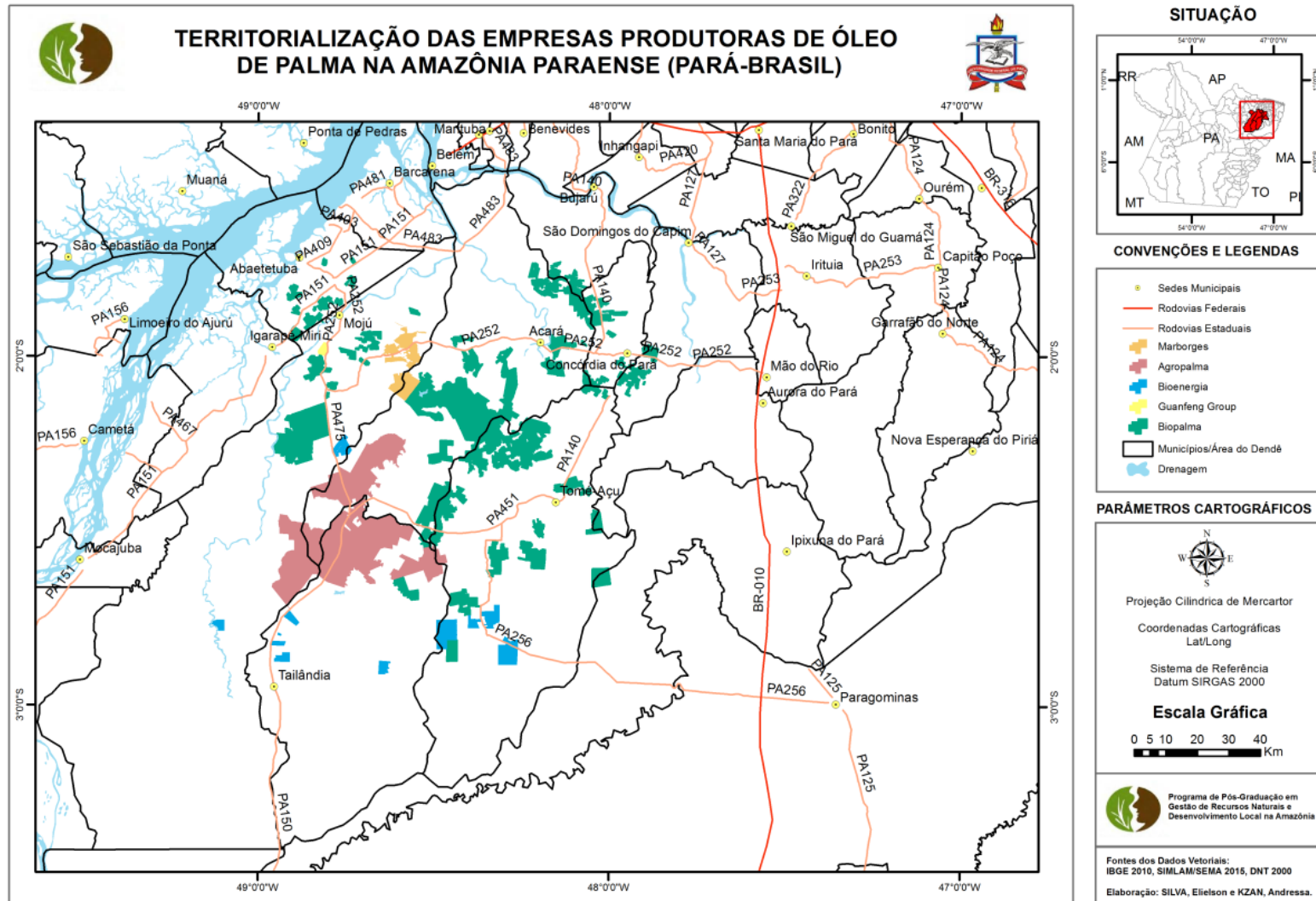
A partir de 2005 tem início a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que atualmente se metamorfoseia em uma das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar na região do Baixo Tocantins. Esta política possibilita a “integração” da agricultura familiar às empresas produtoras de óleo, mediante um financiamento específico do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), denominado Pronaf Eco, o qual, por sua vez, disponibiliza um crédito de até R\$ 80 mil a agricultores familiares “integrados” a grandes empresas instaladas na região (REPÓRTER BRASIL, 2013).

Esta política segue-se à divulgação do chamado Zoneamento Agroecológico e Econômico do Dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal, realizado pela EMBRAPA em 2010, que de acordo com Vieira (2015) coloca a Amazônia como cenário ideal à produção da oleaginosa por suas condições edafoclimáticas e disponibiliza 30 milhões de hectares como potenciais ao cultivo.

Essas condições edafoclimáticas referem-se aos “níveis de pluviosidade, insolação, temperatura, umidade relativa, topografia, estrutura física do solo e disponibilidade de áreas para o cultivo [...], melhoramento da produção e ampliação de áreas destinadas ao plantio da palma de dendê, incentivos fiscais e financiamento de programas” (NAHUM e VIEIRA, 2014, p. 19). São os fatores, segundo Vieira (2015), que irão contribuir e estimular o crescimento do dendê no Território do Baixo Tocantins, envolvendo as sociedades camponesas ali presentes, como estratégia do processo produtivo da oleaginosa, transformando a paisagem amazônica. Segundo Nahum e Vieira (2014, p. 19):

O Pará é um dos principais estados a apoiar este projeto, sendo pioneiro na implantação desta atividade em escala industrial. Em Moju, esta atividade ganha destaque no cenário nacional por desempenhar funções na produção desta oleaginosa dado seu balanço energético. Essa vantagem justifica a ampliação da produção e, por conseguinte de intervenção no meio rural em relação ao dendê, sobretudo, no que tange o espaço socialmente construído pelos camponeses.

Mapa 6: Territorialização das empresas de monocultivo de dendezeiro, instaladas no estado do Pará.



Fonte: Silva, 2015.

De acordo com Silva (2015) (ver mapa 6), além da Agropalma, com uma área de ocupação de 107 mil hectares, a Petrobrás Biocombustível possui dois empreendimentos, localizados nos municípios de Tailândia e Tomé-Açú, além de outros ainda não definidos, e tem uma estimativa de que em um futuro próximo, atingirá 196 mil hectares de plantio de dendzeiro; a Biopalma localizada nos municípios de Acará, Condórdia do Pará, Moju e Tomé Açú, pretende abranger uma área de 80 mil hectares, sendo que desse total, 60 mil hectares são próprios e 20 mil hectares por meio da “integração” de sociedades camponesas. A ADM tem uma área de 12 mil hectares, sendo que 6 em áreas arrendadas e os demais por meio da “integração” de sociedades camponesas. O Guanfeng Group Company, instalou-se em Moju no ano de 2010 e possui um plantio de mais de 600 hectares. A Marborges, localizada nos municípios de Acará, Moju e Garrafão do Norte, possui uma área, localizada no município de Moju, de 17.782,59 hectares.

Conforme mencionado, a instalação da Agropalma (agroindústria e monocultivo) é precedente à implantação do PNPB, pois segundo Vieira (2015), o referido Grupo vem trabalhando com o monocultivo de dendê para a produção de óleo para a indústria alimentícia e cosmética desde o ano 2000.

Atualmente o Grupo Agropalma “é formado por duas empresas: Agropalma S.A. e a Companhia Refinadora da Amazônia; com receitas de R\$ 728 milhões em 2012, é líder no mercado de produção de óleo de dendê e destina 77% de sua produção ao mercado de produtos alimentícios” (VIEIRA, 2015, p. 6). A empresa é “[...] responsável por 85% da produção nacional, a maior produtora de dendê da América Latina, domina todo o ciclo de produção, da muda da palmeira ao óleo refinado, gorduras vegetais e margarina” (BRITO, 2006, *apud* VIEIRA, 2015, p. 6). É uma empresa de grande infraestrutura. Possui:

três indústrias de extração de óleo, escritórios, casas de moradia de funcionários que vão desde alojamento dos homens coletores de fruto à casa da diretoria, escola, clubes, academia, pista de pouso – um universo (...) criado para a produção de cachos de frutos secos e o óleo de dendê bruto e de palmiste que são extraídos na usina de refinamento dentro da fazenda (VIEIRA, 2015, p. 10).

Em 2002, o Grupo Agropalma SA iniciou o processo de “integração” de agricultores familiares de seis comunidades rurais: São Vicente, Apeí, Arauaí, Curuperé, São Benedito e Soledade, todas situadas no município de Moju (VIEIRA; COSTA; FERNANDES, 2010). O projeto seguiu três etapas: a primeira teve início no ano de 2002, com o plantio de 500 hectares de dendzeiro na comunidade Arauaí (Projeto I), distribuídos em lotes de 10 hectares cada,

abrangendo 50 famílias; a segunda etapa ocorreu em 2004, com a implantação de mais 500 hectares de dendezeiro na vila São Vicente (Projeto II), também distribuídos em lotes de 10 hectares cada, para 50 famílias; a terceira etapa foi implantada no ano de 2005, novamente na comunidade Arauaí (Arauaí III), com o plantio de mais 500 hectares, distribuídos em lotes de 10 hectares cada, para 50 famílias. Outro projeto foi implantado em 2006, no projeto de Assentamento Calmaria II, localizado nas proximidades do KM 65, na PA – 150, abrangendo uma área de 210 hectares, distribuídos em 6 hectares para cada uma das 35 famílias (BASA, 2012; NAHUM e SANTOS, 2013; VIEIRA, 2015).

Estudos realizados sobre a expansão do monocultivo de palma de dendê têm apontado, dentre as principais mudanças advindas deste processo, a utilização de pacotes tecnológicos, como o uso de agroquímicos, relações verticais com as empresas, problemas socioambientais, contatos interculturais entre sujeitos com objetivos diferenciados e que passam a interagir com os grupos camponeses locais. Aqui, refiro-me aos técnicos e fiscais da Empresa, agentes de bancos, pesquisadores, dentre outros. Enfim, um encontro de diferentes *mundos*, caracterizados por diferentes formas de conhecimentos e papéis sociais que se mesclam nesse fluxo de contatos diários. Os técnicos, por exemplo, são os responsáveis por repassar os conhecimentos necessários para os tratos culturais do dendezeiro. Os fiscais são os sujeitos responsáveis por vigiar se os agricultores estão seguindo as regras impostas pela Empresa.

Impõe-se outro mundo marcado por obrigações, vigilância e controle. Como observa Paulilo (1990, p. 19), “A visita periódica dos técnicos tem por objetivo não só orientar como também controlar a obediência às instruções”. Em São Vicente agricultores tiveram que abrir contas bancárias e forçadamente, apreender as regras que ditam esse universo. Os pesquisadores, aqui englobando estudantes e professores universitários também passam a fazer parte do dia a dia dessas sociedades. E algumas vilas, por exemplo, se recusam a aceitar pesquisadores, porque a presença destes não é desejada pela Empresa, no caso, a Agropalma¹⁴.

Observa-se, pois, que com a entrada da dendeicultura há o surgimento de uma nova fronteira, uma fronteira que é tratada como símbolo de “modernidade”, segundo o discurso do governo federal e das grandes empresas instaladas no estado do Pará. No discurso destes, o

¹⁴ No dia 09/08/2015, reportagem exibida no programa Globo Rural sobre o dendezeiro na Amazônia o apresentou como uma alternativa sustentável que está contribuindo positivamente com o modo de viver do agricultor familiar, possibilitando acesso a renda e a bens que anteriormente eram mais difíceis de serem acessados. A reportagem em nenhum momento tratou sobre o uso de agrotóxicos.

dendezeiro entra como uma “opção” que irá melhorar a vida do agricultor, o qual terá a comercialização da produção ¹⁵ assegurada pela agroindústria e isso, desta perspectiva, garantiria o futuro das famílias que aderiram aos projetos de monocultivo. Nesse sentido, esses grupos:

(...) encontram-se sujeitos a atos de submissão resultantes, atualmente, da implementação de políticas definidas como desenvolvimentistas, que reconfiguram novas práticas de governança como forma de controle sobre tais povos (...). Dessa forma, o desenvolvimento tem sido concebido como fonte de salvação da economia, da política e do Estado-Nação (O'DWYER, 2013, p. 128).

4.3 O USO AMPLO E IRRESTRITO DE AGROTÓXICOS.

A inserção da dendeicultura no cenário amazônico é uma das “agroestratégias” da racionalidade capitalista que nos últimos anos vem impondo às sociedades camponesas da região do Baixo Tocantins novos arranjos e estruturas que até em um passado recente não faziam parte de seu universo social.

A utilização de agrotóxicos não era uma realidade no cotidiano na vila São Vicente, pois antes não se fazia o uso deste produto químico no âmbito da citada vila. Conforme exposto, a expansão do uso tem se acelerado em tempos mais recentes, guardando correlação com o incentivo governamental à agricultura de *commodities*.

Londres (2011) chama atenção para a ineficiência deste modelo de produção que mesmo utilizando-se de grandes quantidades de *veneno* é ineficaz contra determinadas pragas que conseguem desenvolver mecanismos para persistir no campo. Conforme a autora:

Isso se dá porque as pragas agrícolas possuem a capacidade de desenvolver resistência aos venenos aplicados: com o tempo, os agrotóxicos vão perdendo eficácia e levando os agricultores a aumentar as doses aplicadas e/ou recorrendo a novos produtos. A indústria está sempre trabalhando no desenvolvimento de novas moléculas, que são anunciadas como a “solução” para o controle das pragas, doenças ou plantas invasoras, que com o tempo serão substituídas por outras novas e assim infinitamente. Trata-se de um círculo vicioso do qual o agricultor não consegue se libertar (LONDRES, 2011, p. 21).

Nesse sentido, verifica-se que esse modelo de desenvolvimento, pautado no uso de agroquímicos, leva a um desequilíbrio ambiental que propicia o surgimento de novas pragas. E em outras situações, insetos ou plantas que anteriormente não provocavam danos à lavoura, podem

¹⁵ O trabalho de Martins que está sendo desenvolvido sobre as condutas econômicas dos camponeses integrados à agroindústria de dendezeiro mostra como a garantia da comercialização é importante na composição da cesta de motivos para a adesão (informação do grupo de pesquisa).

passar a se comportar como “pragas” e atacar as plantações. Questionando a velha afirmação sobre a relação necessária entre agrotóxicos e produção de alimentos, diz a autora:

(...) não é verdadeira a afirmação de que precisamos dos agrotóxicos para alimentar uma população crescente e faminta. Essa mensagem é propagada pela indústria de venenos, que visa promover seus lucros, e não a saúde e o bem estar das pessoas. Não deveria ser necessário repetir a informação, já amplamente divulgada em diversos meios, de que o mundo produz comida suficiente para alimentar a todos e o que falta é igualdade de distribuição e acesso à renda para produzir ou comprar alimentos (LONDRES, 2011, p. 23).

Ainda segundo Londres (ibid, p.22),

o chamado “uso seguro”, artifício usado pela indústria para mascarar os perigos de seus produtos, mostra-se absolutamente impossível – seja pela dificuldade de seguir no campo todas as recomendações de segurança, seja pela própria incapacidade destes métodos de fornecer real segurança.

Portanto, além dos determinantes sociais relativos ao uso do EPI, mencionados, pode-se supor que mesmo que o trabalhador esteja usando todos os equipamentos de proteção para se proteger dos perigos dos agroquímicos, sem sombra de dúvida, é possível que o mesmo de alguma forma se contamine com os produtos que manuseia.

Também, observa a autora, “(...) não existe uso de agrotóxicos sem a contaminação do meio ambiente que circunda a área ‘tratada’, e conseqüentemente, sem afetar as pessoas que trabalham ou vivem neste entorno” (p. 23). Do ponto de vista médico, seria um equívoco pensar que somente a área onde a aplicação ocorre pode ser afetada, pois a força do vento faz com que o produto dirija-se a locais mais distantes de onde ocorre a aplicação, mesmo onde esses tipos de produtos não são aplicados. Conforme Londres (2011):

São inúmeros os relatos de pessoas que desenvolveram sérias doenças provocadas pelos agrotóxicos. Muitas deixam sequelas graves. Muitas outras são fatais. Há casos de abortos, assim como de bebês que nascem com defeitos congênitos pelo fato de a mãe ou o pai terem tido contato com agrotóxicos em sua vida, ou mesmo durante a gravidez. Há pessoas que desenvolvem doenças apenas porque moram próximas a plantações onde se usa muito veneno, e a contaminação chega pelo ar. Há outros casos em que o uso intensivo de venenos agrícolas atingiu a água que abastece as pessoas de toda uma região. Até mesmo alimentos com altas taxas de resíduos de agrotóxicos podem ser capazes de produzir efeitos de longo prazo nos consumidores, que muitas vezes nunca sequer viram uma embalagem de veneno. E estes consumidores muito dificilmente saberão que as doenças que os afligem foram provocadas pelos agrotóxicos (p. 25-26).

No estado do Pará, estudos realizados pelo Instituto Evandro Chagas nesta região de implantação e expansão do monocultivo de dendezeiro, mostraram a presença de agrotóxico, utilizados em áreas de monocultivo de dendezeiro, em 14 pontos de um total de 18 amostras coletadas em uma área que está situada entre os municípios de São Domingos do Capim,

Condórdia do Pará, Bajarú e Acará. O local foi escolhido pela Instituição após os resultados presentes no Relatório “*Expansão do dendê na Amazônia Brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará*”, elaborado pela Repórter Brasil, com apoio da FASE, publicado no ano de 2013 e que apontam diversos relatos de comunidades e vilas situadas nessa região, sobre queixas de alergias, coceiras, erupções cutâneas, aparecimento de doenças em animais como patos e galinhas, dentre outros.

4.4. A CHEGADA DO DENDEZEIRO NA VILA SÃO VICENTE

Conforme mencionado, a vila São Vicente integra o projeto de dendezeiro da Agropalma. Essa área de monocultivo de dendezeiro localmente é denominada por quadra de dendê ou projeto de dendê e engloba 50 famílias. Desse total, 16 famílias residem nessa vila, as demais, nas vilas Soledade, Apeí e Arauaí.

Conforme demonstram os trabalhos de Vieira (2015) e Silva (2015) a implantação dos projetos de monocultivo e a proposta de “integração” camponesa são precedidos de uma mobilização social e política de construção de vantagens e de promessas sobre um futuro de consumo e bem-estar, que atrai tanto os mediadores sociais como os chefes de grupo doméstico que administram a complexa economia que se articula entre o mundo camponês e o mundo agroindustrial (Martins, informação do grupo de pesquisa).

Na história da implantação da dendeicultura e da industrialização do óleo de palma na Amazônia, São Vicente, Apeí, Arauaí, Soledade se inscrevem como as primeiras comunidades integradas.

Depois dos plantios de dendezeiros localizados nas propriedades da Agropalma, o plantio de dendezeiro foi introduzido na comunidade Arauaí no ano de 2002. No entanto, há relatos que indicam que alguns plantios de dendezeiro datam de 1999. Em seguida esse plantio chegou à vila São Vicente, pois lá havia grande extensão de terra que era habitada por cerca de quatro famílias que há tempo ali se reproduziam. Essas pessoas foram compulsoriamente deslocadas de suas áreas para terras circunvizinhas àquelas destinadas à “integração”¹⁶. Na visão de uma das moradoras da vila São Vicente o local onde o plantio foi introduzido, como também essa região é descrita da seguinte maneira:

¹⁶ Sobre o processo de expropriação e de transferência do uso das terras do Estado do Pará ocupada pelos camponeses para a Agropalma ver VIEIRA e MAGALHAES (2013).

“Ela [a estrada] tava parada sem movimento nenhum era assim aí pra sair isso aqui sabe o que [a] Agropalma fez? A Agropalma era só pra lá [na sua propriedade, nos plantios de monocultivo que se localizam dentro da Empresa] não existia saída pra cá [para São Vicente]. Esse Arauaí era uma vilinha que tinha só uma igreja católica e não tinha mais nada, o movimento dele era por água por esse [igarapé] Arauaí (...). Aí só iam lá no rio de casquinho, tinha barco grande também, aí daí que eles iam pro Moju e iam pra Belém era 8 dias, 15 dias que eles passavam fora pra trazer a mercadoria, a nutrição, o remédio, essas coisas tudo aí tinha essa mata grande que ainda existe essa mata que é da Agropalma, aí a Agropalma foi [e] comprou uma área lá que nesse tempo nós tinha um terreno lá, ela comprou o terreno onde pegava o fundo do nosso terreno (...). A Agropalma entrou pra fazer um ramal que caia no rio, aí foi preciso nós vender o pedaço que sobrava pra lá pra Agropalma pra ele poder passar a estrada, aí eles prometeram fizeram uma reunião grande na beira do rio, tinha ramal, ramalzinho de madeira, sabe? Aí, pra comprar dos colonos e [a Agropalma] prometeu pros colonos pra rasgar de lá desse ramal que eles iam pra beira do rio aí que vinha pro Arauaí onde é a Vila hoje nesse tempo não existia ramal nenhum, aí eles fizeram, isso foi em... (...) em 1995. A Agropalma prometeu fez reunião com eles [com os moradores de Arauaí] lá, com os colonos de lá pra fazer o ramal pissarrado que era pra eles poder trazer a balsa que não dava pela pista, o movimento deles não tava dando conta o óleo pra beira do rio, sabe? O Moju que ficava muito longe aí e eles queriam vim pra trazer a balsa pra deixar no porto como é hoje pra poder daí os “caminhão” carregar de lá pra balsa pegar como eles fizeram sabe?” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Pergunta: E quando foi pra vir pra cá pra São Vicente? O governo negociou?

“O governo negociou não, disque eles foram olhar [a área que se localiza às proximidades de São Vicente], a Agropalma planejou esse projeto, aí foram com o governo pra procurar uma área, onde é aqui que tinha aí acharam essa área no alto Moju desocupada aí não falaram com colono não, com dono não, aí quando eles viram aí no Arauaí aí na escolinha aí fizeram a reunião. Primeiro fizeram a reunião lá [em Arauaí],

esse de lá que eles fizeram no [Projeto] 1 que é o mais velho. Depois eles fizeram isso aqui era outra área de terra, de lá não, até confinar com esses um aqui, daqui esses um seguiu, entendeu? E aí eles [membros técnicos da Agropalma] vieram, viram pelo mapa, aí vieram e fizeram uma reunião com os colonos lá no Arauaí. O terreno de lá. Esse aqui ficou ainda. Depois foi que eles vieram pra cá, aí eles foram fizeram uma reunião lá e lançaram [o Projeto de dendezeiro] e aí muitos apoiou, muitos não apoiou, sabe? Aí sei que foram arriba foram abaixo, pelejaram até que conseguiram aí colocaram o 1. Aí do 1 eles viram que sobrava essa área aqui [em São Vicente], aí eles vieram, fizeram outra reunião grande, já tava com 2 anos o [projeto] 1 pra colocar o 2, esse aqui aí eles vieram, fizeram a reunião, aí pegavam o nome das pessoa [que se interessaram pela proposta], a pessoa levava o nome, o documento, tudinho, eles davam tudinho” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Depois de todo esse processo que consistiu em diversas reuniões feitas entre representantes do Grupo da Agropalma e lideranças e agricultores locais, o projeto II foi implementado no ano de 2004. Muitas foram as propagandas feitas sobre os projetos de dendezeiro para que os agricultores de São Vicente e de vilas e comunidades circunvizinhas a esta assinassem os contratos. A burocracia que é enfrentada quando determinado agricultor busca acesso a algum tipo de crédito para seu plantio, desaparecia quando se tratava de dendezeiro, pois tudo era facilitado. Os colonos de Nova Paz, por exemplo, estudados por Chaves e Magalhães (2014), reclamam das dificuldades que têm que enfrentar quando solicitam um crédito para mandioca, mas quando diz respeito ao dendezeiro, tudo fica mais fácil. E, além disso, quando conseguem acesso a crédito, o consideram irrisório quando comparam ao que recebem pelo dendezeiro¹⁷.

Ao chegarem à vila São Vicente, os pés de dendezeiro eram deixados por funcionários da Agropalma próximos aos locais de plantio. Antes desse momento, a área já estava preparada. As famílias, proprietárias das quadras, já haviam preparado a área, seguindo as normas de um fiscal da empresa que dizia como a área deveria ser feita. Depois de o terreno estar limpo, a área era alinhada e posteriormente os buracos eram feitos. Em seguida, os pés de dendezeiro eram colocados nos buracos. Todos deveriam estar alinhados. O trabalho todo era realizado por membros do grupo doméstico, sejam homens e mulheres. Abaixo há uma narrativa de Dona B, 57anos, dona de quadra de dendezeiro, que ilustra esse processo:

¹⁷ Em torno de R\$ 5 a 6 mil para o financiamento da mandioca, por exemplo.

“(...) foi [em] 2004, por aí assim e aí depois disso, depois que queimou [a área destinada ao plantio], aí vinha o dinheiro pra gente fazer o empilhamento, limpando... (...) empilhamento é as carreiras ó aqui (...) limpando, assim como quem vai limpando. Pra ficar aquelas carreiras bem limpinho, pra poder ir botando os piquetes. Aí vinha os fiscal ... Quando a gente já tava com as vara tudo pronta os fiscal vieram pra fazer a pontuação, bem certinho assim. Pra todo lado que se olha tem carreira né aí eles fazia... tudo retinho... aí olha cada planta de pé desse era um torninho que ele deixava assim dessa altura [,] um toco [vara para marcar onde deveria ser colocado o pé de dendezeiro] assim sabe! (...) butavam um ali, já tudo em alinhado, tinha linhazinha que o fiscal fazia, aí a gente pegava lá ó, ele deixava alinhado, aí o cara pegava no enxadeco e ia cavando o buraco (...)era o proprietário que ia fazendo, aí depois dos buracos cavados aí o caminhão chegava com as plantas, a gente ia com as plantas, a gente ia jogar as plantas [,] deixavam mesmo já encostada.... onde a gente ia trabalhar, se fosse essa área aqui, ele deixava aqui, deixava ali. O caminhão desembarcava aí o produtor ia só carregar e plantar”.

(...)

“O dendê não tinha luva, não tinha nada aí a gente pegava (...) porque ele pequenininho assim e quando você ver ele já tava grande, ele bem pequenininho assim, mas as folhas deles já tinha assim, e aí essa área aqui. Tudo foi feito assim”.

Pergunta: e quem fazia esse plantio? Era a família? Antes a senhora falou que era a senhora...

“Era eu [e] o D. [marido], o G. [filho], o F. [filho] e a H. [filha]... Quando nós plantava nós fazia assim, o D. cavou, cavamos. Primeiro, aí no dia de essas “espinha” aí, pra gente carregar ele ou carregava ele pendurado aqui, ou pegava um pano bem grosso, “butava” aqui, o outro vinha, o outro parceiro vinha botava ele aqui pra gente segurar com maior carinho pra não furar a mão pra poder levar [e] quando a gente chegava lá o buraco já tava feito, aí do jeito que a gente ia aqui [a] gente jogava “tchan!”, porque não tinha como a gente movimentar muito assim pegando nele, devido era assim, e aí essa área aqui tudo foi feita assim”.

““ prantar” eu com o F. carregava, o D. com o G. aprumavam e a H. ia na frente com o adubo, uma sacolinha de adubo que eles traziam assim ó ia jogando dentro do buraco, a gente ia atrás botando a planta dentro do buraco e ela na frente colocando aquele pacotinho tipo uma massazinha, um adubozinho, aí rasgava a sacolinha jogava dentro e a gente jogava a planta que era pra quando ele enraizar já tava adubado embaixo, aí outro vinha, um vinha “butando” eu com o F. vinha jogando e o D. e o G. vinha só aprumando pra fazer...”

Pergunta: aprumando é o que Dona B.?

“Pra ficar bem retinho como você olha aqui ó, vai embora né? Aí tava todo alinhadozinho, essa carreira ali, aquela aqui pra não ficar nada errado se um fiscal chegasse e olhasse errado você ia arrancar e fazer de novo”.

Pergunta: chegou a acontecer?

“Chegou! Chegou a acontecer em várias quadras a gente sem experiência não sabia, aí muitos deles fizeram errado, pelo menos lá no projeto 3 teve um cidadão que fez, o L. não foi F.? Foi arrancando todinho e cavado de novo” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Pergunta: nossa, ele que teve que arrancar?

“Foi... ele com os trabalhador dele que tava tudo errado, não tava como o fiscal deixou, aí tem que ser tudo na linha é por isso que você olha pra um lado, olha pra outro, todo lado tá tudo bem organizado” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Esta narrativa refere-se, portanto, ao projeto II que começou a funcionar em 2004, ano em que os pés de dendezeiro começaram a ser plantados.

O plantio de dendezeiro de São Vicente diverge de outros locais em que há outros monocultivos¹⁸. Por exemplo, na comunidade Nova Paz, localizada no município de Tailândia, estudada por Chaves e Magalhães (2014) os plantios encontram-se no lote do agricultor, em uma área de dez hectares. Assim também é no Assentamento Terra Nova, localizado em São Domingos do Capim (PA) (Gomes, 2015; Martins 2016). Já no caso de São Vicente há uma única área que

¹⁸ Além das quadras de dendezeiro localizadas na vila São Vicente também existe plantios mais recentes da Belém Bioenergia Brasil, cada um com 10 hectares e que estão plantados no lote de alguns poucos agricultores ali residentes.

concentra todos os plantios ou quadras. Cada área possui dez hectares e é de um morador. Os donos desses projetos de dendê são conhecidos no local por *projetistas* ou *donos de quadras*. Estes têm a responsabilidade de cuidar dos tratos culturais da espécie e de acionar os fiscais da Empresa sobre quaisquer tipos de problemas que porventura possam interferir no pleno desenvolvimento da planta. Contam com um trator que foi financiado por três sócios da Associação de Soledade e que geralmente é alugado pelos produtores para a coleta dos cachos de dendê. A Associação também paga um fiscal, residente na vila São Vicente, o qual é responsável por fiscalizar as atividades referentes aos projetos de dendezeiro.

Esses projetos ou quadras de dendezeiros (ver fotografias 7), na concepção de um dos moradores da vila São Vicente (D., 59 anos, dono de quadra de dendezeiro) são projetos da agricultura familiar, que por sua vez, são entendidos como projetos feitos pela Associação local com apoio da Agropalma. Portanto, para os camponeses, não é um projeto em si da Agropalma. Esta, na verdade, é entendida pelos agricultores de São Vicente como a empresa responsável pela compra da produção de dendê durante os 25 anos, tempo este estabelecido no contrato do produtor com a agroindústria. Segundo um dos moradores “*o contrato é de 25 anos [e durante esse período] não podemos vender para outro [produtor ou empresa] e ela [a Agropalma] não pode deixar de comprar [os cachos de dendê que produzimos]*” (D., 59 anos, dono de quadra de dendezeiro). No caso da Agropalma¹⁹:

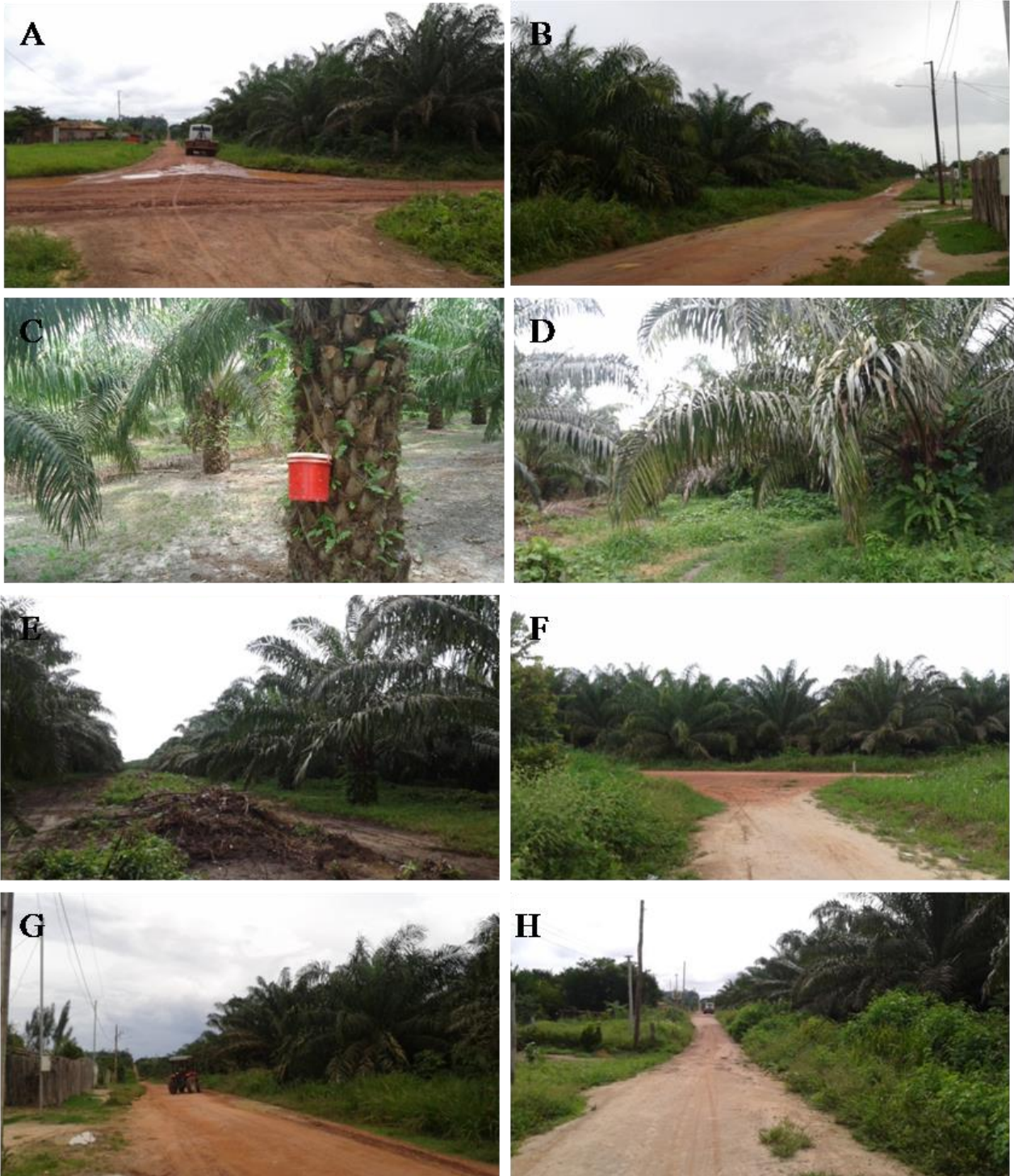
(...) a relação de “integração” se estrutura num formato de tríade, na qual participam o agricultor familiar (terra), o Estado (financiamento e incentivos) e Empresas (controle do processo de produção e comercialização). Ou seja, trata-se de uma tríade assimétrica na qual os jogos de poder são estabelecidos entre forças desiguais, capital, terra e trabalho. Neste contexto assimétrico os atores interagem com a produção e comercialização do monocultivo (VIEIRA, 2015, p. 39).

A chegada dos projetos de dendezeiro alterou consideravelmente a geografia e o modo de viver dos moradores da vila São Vicente. De uma vila que antes tinha sua reprodução sociocultural diretamente ligada ao ambiente aquático, especialmente por meio do igarapé São Vicente e dos elementos que o compõem – as casas à beira do rio, o casco no trapiche, os diferentes tipos de pescarias etc., - a vida passou a ser principalmente por meio das estradas e vicinais, construídas para a implementação dos projetos de dendezeiro que ali foram instalados. Essa mudança é descrita no seguinte depoimento:

¹⁹ Para compreender detalhadamente o contrato de “integração” de agricultores familiares com a agroindústria de dendezeiro do Grupo Agropalma, ver Vieira (2015, p. 64).

“Quem fez evoluir isso aqui foi esse projeto [de dendezeiro] que o governo botou pra cá e quando esse projeto foi lançado pra lá pra escolinha [se referindo a comunidade Arauaí, a primeira comunidade a receber projeto de dendezeiro] quando ele foi lançado, aqui ninguém tinha movimento nenhum, não. Só que essa vicinal não era utilizada, era parada que na época de [19]91, foi, nesse tempo era o prefeito Parola em Moju [que] (...) meteu os maquinário, foi. O pessoal contam que saiu a verba pra ele fazer, deixar essa estrada empicarrada e a ponte do Moju, aí foi o tempo que ele botou os maquinários só fizeram desmatar ela (...)” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Fotografias 7: Quadras de dendezeiro na vila São Vicente.



A) caminhão circulando pela vicinal Parola; B) quadras de dendezeiro acompanhando a vicinal Parola; C) armadilha para capturar insetos; D) e E) interior das quadras de dendezeiro; F) perspectivas das quadras de dendezeiro a partir do interior da vila São Vicente; G) trator transitando pela vicinal; H) dendezeiros beiradeando a vicinal Parola.

Fonte: Genisson Chaves, 2015.

Foi, portanto, a construção da vicinal que contribuiu para alterar significativamente esse modo de viver que, aos poucos, fez indivíduos e famílias de vilas, comunidades e até cidades vizinhas, migrarem para São Vicente devido à facilidade de transitar e de escoar a produção pelas estradas. Muitos dos que para lá se dirigiram, convidavam os demais parentes para fazer o mesmo. Algumas dessas famílias proprietárias de quadra de dendezeiro, por não disporem de terrenos em São Vicente, construíram pequenas casas dentro da própria quadra. Abaixo há a narrativa de uma dona de quadra de dendezeiro de São Vicente que ilustra esse período:

“[Vivíamos] dentro do projeto! Era do projeto (...), porque nesse tempo que foi disso aqui não tinha onde a gente disse assim “eu vou fazer uma casinha pra mim trabalhar no meu projeto”, como tá aqui agora né. Isso aqui não existia. Aí aqueles que não tinham casa, não tinham abrigo, não tinham onde se abrigar plantaram a planta como nós fizemos, porque você não foi lá onde fizemos nossa casa, plantavam e deixavam o bracinho pra fazer a casa como nós moremos ...Vários aí: o E., o pessoal lá na escolinha [Arauaí], como o pessoal do Apeí, muitos deles fizeram casa dentro do projeto pra poder trabalhar no projeto. Essas telhas aqui (...)nós moremos lá três anos, até mais de três anos, (...)de lá que nós foi embora pra Soledade, [porque] a escola dos meninos ficava muito difícil pra chegar, não tinha carro, não tinha estrada, não tinha nada; eles iam por lá pelos caminhos aí pegavam o barco lá na beira do rio ... aí ficava difícil. Foi o tempo que o F [se referindo a um dos filhos] passou para o primeiro ano, M. não tinha como ir, era de noite não tinha como nós ir aí foi que nós passamos pra lá, nós fizemos o primeiro, o segundo, o terceiro ano”.

Pergunta: então pelo que a senhora me disse muitas pessoas moravam dentro do projeto pra cuidar?

“É, pra cuidar do projeto, porque nós não tinha onde fazer um abrigo assim pra morar, aí nós moremos dentro do projeto (...) por causa do projeto. Não tinha como nós fazer, nós não tinha terra, nós não tinha nada, não tinha onde sobreviver, pra falar a verdade nós não tinha condição pra nada, dizer assim, chegar numa vila dessa comprar um terreno, fazer, ninguém tinha! A nossa condição nós ia começar do projeto. [Como nós] tinha muita gente, só que esse povo saiu tudo, o projeto 1 mesmo tinha muito morador dentro, morador com família grande, com criança só que depois que evoluiu mais o Arauaí aí eles saíram” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Como observado acima, as casas eram improvisadas, pequenas e de madeira. Muitas dessas famílias vieram de vilas e comunidades próximas e como não tinham condições materiais para adquirir um terreno em melhores condições, a alternativa mais viável foi construir casas dentro do dendezeiro, pois ficava mais fácil cuidar do plantio. No local, algumas famílias chegaram a viver mais de três anos, criando animais de pequeno porte como galinhas e cuidando do dendezeiro. Os apetrechos do **veneno** eram guardados com outros utensílios domésticos e de trabalho:

“O adubo, o veneno, a bomba era dentro de casa (...). Não podia deixar molhar tem que botar num lugar... ia dar prejuízo, (...) nós não usava dentro de casa. D. [o marido] sempre botava assim [fora da casa] e cobria, mas tinha gente que botava dentro de casa, eles reclamava, aí tinha gente que reclamava que não podia, que dormia ... aí puxava, não podia usar o adubo assim, mas tinha deles que botavam dentro de casa mesmo, dormiam aí se roçando no adubo. Era assim, muitas e muitas casas por aí a gente via” (B. 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Na história narrada pelos moradores, os funcionários da Agropalma sabiam dessas moradias localizadas dentro do dendezeiro e uma das agricultoras de São Vicente chega a afirmar com contundência: *“sabia sim, se o fiscal não saía da porta da gente... todo dia... tomava café, merendava, comia frutinha... era assim todo fiscal” (B. 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).*

Indagada se o fiscal falava alguma coisa sobre o uso e armazenamento do **veneno**, responde:

“Não, às vezes eles davam assim uma explicação, mas coisa boba, eles fiscalizavam mais sobre o tratamento da planta, como é que a gente roçava, como é que zelava pra ela crescer... Era mais esses trabalhos que eles faziam... como era que jogava adubo... Às vezes a gente não sabia, tava jogando demais, tava jogando menos, conforme o crescimento da planta tinha. No começo era meio litro que a gente jogava ao redor, depois ela cresceu mais, aí vieram 1 litro, 2 litros do adubo, aí sempre eles tavam junto com a gente pra tá andando” (B. 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Alguns camponeses de São Vicente relatam que quando o **veneno** era aplicado nas quadras de dendezeiro, a Empresa Agropalma sugeria que a circulação de pessoas deveria ser evitada, no entanto, poucas pessoas chegavam a atendê-la.

5. O AGROTÓXICO EM SÃO VICENTE: RECONHECIMENTO E RELATIVIZAÇÃO DO RISCO

Conforme Douglas e Wildavsky (2012), todas as sociedades humanas possuem algum tipo de risco. No entanto, os riscos variam de sociedade para sociedade e dependem de uma seleção que leva em consideração aspectos políticos e socioculturais e que são acionados para se conviver com eles. Assim como os riscos variam de sociedade para sociedade, também se apresentam de forma diferenciada para os indivíduos de determinada sociedade. Ou seja, vão desde o medo de uma picada de uma cobra à explosão de uma bomba atômica. E para conviver em meio a esse *mar* de riscos, as sociedades humanas criam justificativas aceitáveis socialmente. Um desses mecanismos é hierarquizá-los, ou seja, estabelecer quais desses riscos são mais perigosos e quais são mais brandos. Na prática, isso evita o caos e possibilita a vida em um mundo que constantemente é ameaçado por riscos/perigos, advindos de diferentes fontes.

Neste capítulo apresento como o agrotóxico é identificado e percebido na vila São Vicente, quem o aplica, como o risco advindo desse produto é compreendido dentro desse contexto, como a aplicação ocorria, quais os apetrechos utilizados, as categorias alusivas ao uso do veneno, as experiências de contaminação e o *status* do **veneno** hoje, na vila São Vicente.

5.1. O VENENO OU QUÍMICA: O RECONHECIMENTO DO RISCO

Veneno ou **química** são duas palavras utilizadas para designar o *Roundup*. Conforme será detalhado a seguir, pode-se observar que em São Vicente: a) o reconhecimento das propriedades é diferente quando ele é tratado como **veneno** ou química; b) os camponeses de São Vicente reconhecem uma positividade em relação ao uso para a planta e uma negatividade para o ser humano. Mas, as indagações mais superficiais sempre obtêm como elementos de resposta o risco - de morte.

Perguntei a algumas moradoras em São Vicente o que elas compreendiam por **veneno**:

“o que eu entendo por veneno é uma química forte que... mata!” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

“Eu não sei nem explicar né, sei que eu tenho medo dele, agora eu tenho medo dele, o veneno pra mim é o

perigo na minha família. Prá mim não dá mais, que tem muita criança e aí por onde eu ando eles tão atrás, aí eu tenho medo dele. Agora eu não vou usar mais nunca essa merda desse veneno” (C., 46 anos, dona de dendezeiro).

O Roundup é o nome comercial de um herbicida da Monsanto. Popularmente, é conhecido como “mata mato” e tem como ingrediente principal o glifosato. De acordo com Rubens Nodari (2016), professor da UFSC:

O glifosato é uma molécula química que foi sintetizada e que tem a capacidade de produzir um caminho alternativo para as plantas que recebem esse produto. E esse caminho alternativo acaba sufocando a planta quando ocorre, portanto, a interrupção da produção de três aminoácidos. Com isso, as proteínas que são formadas são defeituosas, e as plantas acabam morrendo porque não conseguem sintetizar as proteínas adequadas.

Conforme Bombardi (2014) o roundup é um herdeiro do agente laranja, um desfolhante químico, que foi utilizado durante a guerra do Vietnã²⁰, local onde até hoje pessoas nascem com má formação devido à intensa exposição provocada na época. É facilmente absorvido pela pele, ficando instalado na gordura e podendo, inclusive, passar pela placenta e atingir fetos humanos. Segundo Nodari (2010):

O glifosato é uma molécula que causa diferentes tipos de problemas para a saúde humana e também para o meio ambiente. Em relação à saúde humana, ele mimetiza certos hormônios. Por exemplo, ele pode entrar no cordão umbilical durante a gestação e afetar o desenvolvimento do bebê. Além disso, ele é considerado um disruptor endócrino, ou seja, ele vai acionar genes errados, no momento errado, no órgão errado. Então, ele altera a situação de controle dos genes. O glifosato também causa, por exemplo, diminuição da produção de espermas, conforme vimos em experimentos feitos em ratos, ou produz espermas anormais. No caso do sistema endócrino, ele pode, por exemplo, inibir algumas enzimas. Ele vai alterar os hormônios que entram na regulação da expressão gênica (NODARI, 2010).

O uso de agrotóxico, assim como outros instrumentos e insumos, faz parte de uma das cláusulas presentes e obrigatórias no contrato de “integração” do Grupo Agropalma SA com a sociedade camponesa da vila São Vicente. Conforme Vieira (2015, p. 68-69), a Agropalma:

(...) de acordo com sua disponibilidade técnica, operacional e administrativa deve prestar assistência técnica, ou seja, dar suporte técnico à implementação e manutenção do monocultivo de dendê. Ela deve fornecer, quando devidamente solicitado pelos camponeses, os instrumentos e insumos químicos necessários à produção de dendê tais como foice, sacho, machado, **agrotóxico**, fertilizantes, equipamentos de proteção individual como luvas, bota, roupa, etc. Esses produtos que são “fornecidos” pela empresa

²⁰A Guerra do Vietnã ocorreu entre os anos de 1959 e 1975, nos territórios do Vietnã, Camboja e Laos e foi responsável pela morte de mais de 1 milhão de pessoas, incluindo civis e militares. Deixou milhares de feridos e mutilados e destruiu campos agrícolas, casas etc.

não são contemplados pelo financiamento feito pelo Banco da Amazônia e não estão previstos nos investimentos da empresa para o processo de implementação do monocultivo de dendê. Sendo assim, é responsabilidade do camponês pagar por esses materiais fundamentais à implementação do protocolo de produção do dendê (Grifo meu).

Na vila São Vicente, inicialmente o Roundup foi utilizado no dendezeiro para o controle de plantas “ditas” invasoras e posteriormente, em outras atividades, como na roça e no açazeiro. Antes da entrada do dendezeiro na vila São Vicente não se fazia o uso de tal substância em qualquer tipo de atividade. No discurso local o **veneno** veio com o dendezeiro.

Dos indivíduos entrevistados, alguns disseram desconhecer o que era **veneno** antes da entrada do dendezeiro, outros conheciam o que era **veneno** devido as matérias de jornais televisivos. Interrogando-os se antes da chegada do dendezeiro se fazia uso de agrotóxico, obtive as respostas a seguir:

“Olha eu creio que não porque eu vim pra cá por causa do projeto né, que eu morava mais, mais ali pra cima, acima da [vila] Soledade um pouco que a gente morava, como ele [se referindo ao marido] pegou uma área de projeto aí a gente teve que vir embora morar pra cá [para São Vicente], fica mais fácil, perto pra cuidar [do dendezeiro], mas ninguém usava [veneno], ninguém tinha conhecimento desse veneno, só foi ser conhecido através do projeto [de dendezeiro]” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

“Foi, foi sim! Pra ver que foi o projeto, porque quando começou o projeto ninguém sabia disso aqui, depois que eles vieram foi que a planta começou a crescer, começou dar lagarto, dar o bicho aí foi que eles foram lançar isso o veneno, mas ninguém sabia não, ninguém sabia quem era que movimentava nem como era” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Apenas um dos entrevistados relatou que já fazia uso de **veneno** na sua terra natal, um município localizado no estado do Ceará e quando veio para o município de Moju, posteriormente para a vila São Vicente, trouxe consigo a utilização de **veneno**, como uma de suas práticas no trabalho na roça.

Os termos **veneno** e química designam formas diversas de apresentação do **veneno**: líquida e em pó, respectivamente. O **veneno** (líquido) vem em uma embalagem chamada carote ²¹. A

²¹ Variante utilizada no estado do Pará para o termo corote.

química (em pó) é apresentada em um pequeno saco plástico.

O líquido é compreendido pelos moradores de São Vicente como o mais perigoso, pois é mais forte, mais concentrado, devido ao fato de já vir preparado pela fabricante.

“(...) pra mim, modo, o líquido ele dava assim, modo um que fosse mais forte o líquido, porque a gente via que a água dele ficava mais bem traçada de que o pó dele né... a água, porque enche a coisa [a bomba] de água aí derramava ai dentro né, a gente via que a água ficava mais forte de que mesmo o pó quando era no começo que vinha aqueles pacotes. Assim o sistema dele, achava a grossura dele, sabe? Porque não tem o limite? Fica fino, fica grosso? eu achava que ele ficava, o líquido ele ficava mais apurado quer dizer assim mais forte, sabe?” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

O granulado ou em pó, por sua vez, é visto como mais fraco, pois pode ser misturado com a água, segundo a vontade do aplicador, o que, por sua vez, pode diminuir sua potencialidade, isto é, sua força de ação e conseqüentemente, o dano que pode causar no que for aplicado. A água, nesse sentido é o fator que controla seu poder. Já o **veneno** líquido é considerado o mais perigoso, pois já vem “na medida certa” e apesar de também ser misturado com a água, não deixa de perder sua força, seu poder. O **veneno** líquido também é descrito como o que possui o “cheiro mais forte”. E esse cheiro forte é, portanto, um dos elementos que os agricultores de São Vicente utilizam para atestar o argumento de que é o “veneno” mais forte, mais poderoso.

A escolha do tipo de **veneno** a ser utilizado, todavia, não depende da vontade dos agricultores de São Vicente, já que os mesmos não podem optar pelo líquido ou pelo em pó. Quem decide o tipo, se líquido ou em pó é a empresa e não eles.

“Logo que eles [os fiscais da Agropalma, responsáveis por trazer os materiais necessários aos tratos culturais] começaram a mandar, eles mandavam numa embalagem grande né, [uma espécie de] balde de 20 litros aí depois eles mudaram pra umas garrafas (...) garrafa pet, mais alta um pouco, eles foram mandando, aí depois da garrafa, já veio em sacola, aí fica mais fácil pra pessoa não utilizar né” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Cabe observar, todavia, que embora a maioria das pessoas considere que haja evidente diferença entre o “veneno” (líquido) e a química (pó), uma moradora disse-me que “eu acho que não! Tudo é veneno né?” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

É, portanto, o **veneno** ou a **química** o elemento que protege o dendezeiro da puerária (*Pueraria phaseoloides*) e de outras espécies vegetais que podem prejudicar seu pleno desenvolvimento. Na concepção local, o **veneno** é um produto que faz bem para a planta:

“Porque jogou lá [no dendezeiro], queimou aí mata aquele capim... aquele cipó que tá subindo na planta né, aí mata e ela [o dendezeiro] tem como subir, crescer bonita, mas pra eles [para os trabalhadores] faz mal porque eles não usavam luva, capacete, nem a máscara né, não usavam nadinha disso e aí pra planta era bom, mas pra saúde deles fazia mal” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Ao que parece, os rótulos contidos nas embalagens não tinham relevância, pois não eram lidos ou quando lidos, as suas recomendações não eram valorizadas e/ou eram interpretadas de maneira diferente do seu propósito. Isso, certamente, põe em cheque a validade e o sentido desses símbolos, ditos como universais (TOURNEUX, 1994). Perguntei a uma moradora sobre quais eram as informações contidas no rótulo do veneno e ela deu o seguinte depoimento:

“É, vem escrito que a gente não pode utilizar aquela embalagem um monte de coisa... a gente não grava tudo né... mas tinha muita gente que pegava o balde, vinha num balde grande assim... Depois que terminava ficava utilizando aquele balde, mas lá no balde sempre vinha indicando que não podia mais usar aquela embalagem, não podia deixar ao alcance das crianças, próxima a pele, o contato da gente” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

O perigo do uso é relativizado pelos camponeses de São Vicente que compartilham a visão de que o **veneno** para o dendezeiro não faz mal, pelo contrário, ajuda a planta a crescer e a ficar bonita, livrando-a do mato e de cipós que podem comprometer seu crescimento. Já para o ser humano, o **veneno** carrega uma negatividade, pois é um elemento prejudicial e que pode comprometer a saúde do trabalhador, que deve ter cuidado com o produto, não o deixando cair em qualquer parte do corpo.

Nos itens seguintes pode ser observado como há um descompasso entre o conhecimento das recomendações ou regras de uso e a sua utilização.

5.2. OS APLICADORES DE VENENO

Conforme visto, a aplicação de agrotóxicos é também um marcador social que discrimina quem pode ou não pode aplicar e que também estigmatiza os aplicadores. No estudo realizado por Chaves e Magalhães (2014) em Nova Paz, cujo universo social e simbólico é muito próximo ao de São Vicente, pude perceber que a aplicação de agrotóxico é uma atividade exclusivamente masculina, realizada por pessoas jovens, quase sempre sem a utilização do uso de Equipamento de Proteção Individual e onde a aplicação ocorre em horários que geralmente divergem dos estabelecidos pelas normas técnicas sobre aplicação e manuseio.

Em São Vicente, a aplicação de agrotóxicos é uma atividade exclusivamente masculina, normalmente realizada por pessoas maiores de idade, mais especificamente por indivíduos de idades que variam entre 28 e 59 anos, o que diverge um pouco de Nova Paz, pois lá, como visto por Chaves e Magalhães (2014), pessoas do sexo masculino e menores de idade, aplicam agrotóxicos. Em São Vicente, pelo menos durante o período de campo, não presenciei nenhuma pessoa com menos de 18/16 anos de idade trabalhando na aplicação de agrotóxico e também não escutei relato sobre essa situação. Em São Vicente, muitos desses trabalhadores são oriundos de outros municípios paraenses, como Tailândia e São Domingos do Capim, outros vieram da região nordeste do Brasil, principalmente do Estado do Ceará e que ali se encontram instalados há mais de três e cinco anos. Além de São Vicente, muitos desses moradores residem em vilas locais, como Soledade, Arauaí e Apeí, principalmente.

A aplicação de agrotóxicos é realizada pelos próprios proprietários de quadras de dendezeiros ou por outros membros da unidade familiar. Quem é proprietário de quadras de dendezeiro geralmente realiza a aplicação apenas na própria quadra, outros, além de aplicarem nas suas próprias quadras, também são solicitados para realizar o processo de aplicação em outras. Em São Vicente não há nenhum morador que trabalhe nas fazendas da Agropalma na aplicação de agrotóxicos, como acontece em Nova Paz.

Os aplicadores de agrotóxicos, de modo geral, geralmente realizam outras atividades, além da aplicação. Esta, na verdade, não é a atividade principal, mas um complemento da renda, uma atividade que como dito anteriormente, não fazia parte da maioria dos residentes da referida vila. A aplicação não é, portanto, um tipo de trabalho especializado em São Vicente. Dos indivíduos entrevistados e que trabalham nesse tipo de atividade, apenas dois moradores trabalham aplicando

veneno nas quadras de outros proprietários de dendezeiro; os demais, aplicam apenas nas suas próprias quadras. Quem é requerido para a aplicação de agrotóxico geralmente trabalha e recebe por bomba aplicada. A aplicação se dá mediante o convite do proprietário e no dia combinado o aplicador se dirige ao local e realiza a tarefa.

5.3. A RELATIVIZAÇÃO DO RISCO PELO CONHECIMENTO DAS REGRAS

Quando os camponeses falam sobre o uso do *veneno*, sugerem ser a realização do curso de aplicação um divisor de águas, um marcador de um tempo no qual recebem informações sobre o agrotóxico e começam a ter maiores cuidados com o seu uso. Ao longo deste item, especialmente comparando as informações pré e pós *curso*, o leitor poderá observar como os camponeses falam da *capacitação* para o uso do agrotóxico como um rito de passagem entre a ignorância e o conhecimento do risco e de suas medidas de prevenção. O leitor poderá ver também como há um *gap* entre capacitação e práticas, facilmente inteligíveis a partir dos aportes socioantropológicos sobre mediações culturais e risco, pressupostos teóricos neste trabalho.

5.3.1. A aplicação pré-*capacitação*

Logo que chegaram os agrotóxicos na vila São Vicente as pessoas realizavam a aplicação da maneira que julgavam correta. Dirigiam-se aos locais de aplicação trajando bermudas, sandálias, outros com roupa de trabalho, ou seja, roupa utilizada na roça, como calça comprida e camisa manga curta e fina. Na véspera da aplicação o aplicador enchia alguns recipientes de plástico, como baldes e tambores, com água do igarapé São Vicente e deixava-os em um local localizado na quadra de dendezeiro. No dia da aplicação, o aplicador pegava a água e a jogava dentro da bomba, seguido de determinada quantia de *veneno*. Esse *veneno* era misturado com um pedaço de pau e muitas vezes, com as próprias mãos do aplicador, quando este enfiava o braço dentro da bomba e mexia a mão através de movimentos circulares, fazendo com que os ingredientes se misturassem. A mistura também poderia ocorrer apenas pelo sacudir da bomba. Essa modalidade consistia em colocar os ingredientes dentro da bomba e balançar esta até a mistura ser concretizada.

Depois de realizada a mistura, o aplicador colocava a bomba nas costas, com ou sem o auxílio de uma pessoa que durante a atividade poderia auxiliá-lo. Essa pessoa que o auxiliava era algum membro da unidade familiar, como irmãos ou a própria esposa. Então, com a bomba nas costas, o aplicador segurava o jato da bomba com a mão direita e aplicava **veneno** na puerária (*Pueraria phaseoloides*), realizando a coroa, isto é, um círculo de **veneno** em volta ao pé do dendezeiro. Quando a puerária (*Pueraria phaseoloides*) estava alta, muitas vezes o aplicador se inclinava para jogar o **veneno** para cima, o que fazia com que os resquícios da química caíssem no seu rosto, demais partes do corpo e na sua vestimenta. Outros tentavam não jogar o jato com **veneno** para cima, mas apenas jogar **veneno** no pé da puerária (*Pueraria phaseoloides*) e não para cima de si. Na prática, consistia em uma tentativa de se prevenir ou de evitar o contato com as gotículas ou o sereno (como será visto posteriormente) de **veneno** que logo voltavam para baixo e poderiam atingir o aplicador. A aplicação é ilustrada na seguinte narrativa:

“Olha, quando ele [o marido] ia colocar, ele acordava 5 horas, ele ia colocava água pra lá [se referindo à quadra de dendezeiro] de véspera né, aí cinco horas levantava pra fazer um copo de leite, tomava porque tem que tomar disque antes um leite por causa de não prejudicar o pulmão disque, eles [os moradores de São Vicente] falavam né é! Logo antes do curso eles (os moradores da vila) falava(sic), tem que ir no... não podia tomar café, mas tinha que tomar um copo de leite (...) Levantava 5 horas se ajeitava tudo e ia embora porque 6 horas, 7, até as 8:30 ele já tinha que tá lá dentro borrifando aí chega lá derrama água pra dentro da bomba derrama o veneno e agita ela pra misturar água no veneno, aí põe na costa e...” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Em outra narrativa a aplicação é descrita da seguinte forma:

“Aí o caso desse povo aí é que quando a Agropalma lançou esse EPI, esse material, eles não falaram nada pro povo foi encoberto 3 anos 4 anos aí o povo trabalhava brutalmente aí dentro [das quadras de dendezeiro], eles [os fiscais da Agropalma] vieram descobrir isso aí, fazer essa correção disso aí quando a coisa de saúde deu em cima da Agropalma pra legalizar, até a Agropalma era, como é que diz? Era inválida, não era assim legalizada, aí foi que a saúde deu-lhe em cima e eles legalizaram lá aí foi que eles correram pra cá, aí o povo aqui nunca tinham trabalhado com isso [com EPI] né. Aí do jeito que eles tavam, eles entravam [nas quadras de dendezeiro],

andam sem camisa, de cueca, era com pé no chão, saiu muita gente doente daqui, gente com espinho no dedo, no pé, na perna, era assim ...sim, [espinho] da planta! Não existe, a luva não existe a bota, não existe (...) o óculos, não existia capacete, não existia nada, nada não, trabalhava como os que trabalha (sice) na roça, era! Saia pro projeto como quem trabalhava na roça eu digo, aqui nós trabalhamos desse jeito aí depois que a saúde deu em cima aí foi que eles fizeram a ocorrência é que muitos ainda hoje, ainda estranham, não quer usar o EPI é preciso o fiscal tá em cima, fiscal deu a costa eles tiram, porque não se acostumam, era assim, era acostumado a trabalhar assim, normalmente como a gente trabalhava na roça da gente, quando nós ‘prantemo’ esse dendê agente carregava na costa, mano eu carreguei foi muito lá no nosso projeto”(B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Pergunta: como era que o senhor trabalhava com a química antes de fazer o curso?

“Era do mesmo jeito que o pessoal trabalhava, só que eu usava calça, a bota, eu não usava a máscara, mas eu usava um pano amarrado aqui assim [na cara], pra não sentir aquele...mas não era com material adequando, depois que o pessoa da Agropalma começou a trazer a roupa, a máscara, a lente pra gente usar, o jaleco, o material que cobre o rosto da gente. Aí depois que eu fiz (o curso sobre aplicação de veneno)...hum que eles explicaram o que acontece, eu não quis nem olhar mais, nem aqui pra dentro de casa eu não trago, porque é um perigo pra saúde da gente como dos filhos, de quem faz parte da família da gente” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Sobre a aplicação:

“Olha mano, como eles aplicavam... eles, pelo menos eu via o G. [filho], eu via o D.[marido] ainda cheguei a ajudar eles, carregando pra jogar o veneno, eles utilizavam assim, eles enchiam a bomba de água, aí pegavam o veneno colocavam dentro, pegavam um pau mexiam dentro da bomba e tampavam ela e jogavam na costa e iam jogando o veneno(...) primeiro vinham os pacotes, depois vinha o líquido, depois passou a vim líquido, assim, numas garrafas assim aí vinha a medida o tanto da bomba ali cheia de água, tinha a medida que eles colocavam aí depois que passou a vim o líquido eles colocavam dentro do saco... pra poder ir

aplicando na planta” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

“Logo que antes deles participaram do curso, aí um ia falando pro outro “há, o rapaz da empresa disse que tem que tomar um copo de leite antes de aplicar o veneno, assim eles foram com aquilo né mas depois que vem o pessoal passar o curso eles falaram que não é pior de tomar o leite”(B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

“Eles [os funcionários da Agropalma] falavam assim que a gente não pode levantar o bico [da bomba] do jato acima da gente, tem que ser só nessa altura aqui assim [das pernas para baixo] e se o vento der ele vai levantar lá e a maioria do pessoal jogava por cima da cabeça e aí o vento dava e vinha tudo no rosto, aí sem proteção nenhuma... porque eles [os fiscais da Agropalma] sempre falavam, a gente tinha primeiro que roçar pra depois fazer o coroamento embaixo e aí aqui não, o pessoal queria fazer o projeto todo com química e aí a puerária embrulha [cobre] toda a planta... porque agora aqui esses projetos você não vê, antes você só enxergava o grelo da planta e a puerária tomava conta de tudo da planta e o cara jogava por cima e aquilo tudinho vinha e aquilo fazia mal. Antes eu fazia assim: roçava tudinho como eles falavam, arriava da palmeira tudinho e fazia a coroa no pé, acho que é por isso que graças a Deus eu não tenho esse problema [de doença, de química] porque de todos os exames que eu fiz graças a Deus...” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Ao percorrer as linhas de dendezeiro ²², muitas vezes, o movimento da locomoção fazia com que o aplicador fosse atingido por **veneno** que escorria da bomba. Geralmente a aplicação ocorria em qualquer horário do dia e contra o vento, o que fazia com que o **veneno** fosse jogado no corpo do aplicador. A pessoa que seguia o aplicador durante o serviço, também recebia uma parte do **veneno** jogado, seja por causa do vento, seja porque esbarrava na puerária (*Pueraria phaseoloides*). As regras contidas nos manuais de aplicação informam que depois de realizada a aplicação de **veneno** fica proibido o trânsito de pessoas no local de aplicação, pois o não cumprimento dessa norma pode provocar uma possível contaminação dos indivíduos. Mas isso, seja por um inicial desconhecimento da parte dos agricultores ou mesmo por ser algo que no

²² Linha faz referência ao posicionamento dos pés de dendezeiro que durante o plantio, foram todos postos de uma forma linear, que permitisse a posterior entrada dos tratores para a coleta dos cachos de dendê.

âmbito da lógica camponesa é visto como desnecessário, exagerado, nunca foi cumprido. Não é, portanto exagero de minha parte afirmar que isso nunca foi cumprido pelos moradores da vila São Vicente.

Em entrevista, uma das moradoras da vila São Vicente (B. 57 anos, dona de quadra de dendezeiro) relatou a história de um agricultor (residente na vila Apeí) que jogava **veneno** apenas trajando bermuda e em certa ocasião, este morador foi visto pela referida informante, aplicando **veneno** apenas de cueca e jogando **veneno** para cima da puerária (*Pueraria phaseoloides*), o que fez com que o **veneno** caísse sobre seu corpo. Esse agricultor morreu por complicações no fígado, sintomas que logo foram associados aos agrotóxicos.

De maneira diferente da maioria das pessoas que trabalhavam na aplicação de **veneno**, um morador, disse-me que sempre aplicou **veneno** de maneira bastante cuidadosa e precavida. Ao receber as embalagens com **veneno**, sempre lia os rótulos das embalagens e um pequeno encarte contendo algumas informações. Tanto no rótulo como no encarte, “*não vem aqueles desenhos, aquela cabeça, aquela caveira?*” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro), são informações que se referem a classificação do tipo de agrotóxico – se era herbicida, fungicida etc. – e como o aplicador deveria proceder durante a aplicação e os cuidados que deveria ter. O morador também me disse que a maioria das pessoas que aplicavam **veneno** não liam as informações no rótulo das embalagens e que muitos “*jogavam o papelzinho contendo informações sobre o veneno*” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Na sua concepção isso era grave, pois os aplicadores não procuravam conhecer o tipo de produto que estavam manuseando e quais as implicações que o mesmo poderia acarretar à saúde. Por ler os encartes e os rótulos das embalagens e por assistir reportagens transmitidas na TV aberta sobre **veneno**, o referido morador realizava a aplicação de **veneno** da seguinte maneira: colocava um pequeno pano para cobrir a boca e as vias aéreas, trajava-se de calça e camisa de mangas compridas e utilizava um avental, que funcionava como uma “capa de proteção contra os respingos do veneno”. Ao fazer a mistura do **veneno** com a água dentro da bomba, o morador já estava com o pano que cobria a boca e as narinas, no sentido de evitar respirar a fortidão do **veneno**. Perguntei se esse morador havia recebido algum tipo de orientação por parte da empresa ou de outra pessoa para usar o pano e ele disse-me que “*Não, aquilo [o pano] já foi uma ideia minha porque falaram que fazia mal*” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro). Narrou que também aplicava **veneno** nas primeiras horas do dia e quando não estava ventando porque:

“(...) [os funcionários da Agropalma] falaram que quando dá nove horas vocês param e começa a ventar porque antes das nove horas o vento não está arejando [ventando]. O vento batendo, joga pra lá, aí o vento traz o veneno pra gente. Aí eu só trabalhava até oito horas, às vezes quando dava oito meia e ainda tinha um pouco na bomba para acabar, eu pegava um pano e amarrava e aí terminava e vinha embora. Eu nunca passei do horário porque aqui tem gente que joga o dia inteiro”(J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

As roupas que utilizava eram por ele lavadas no igarapé São Vicente e os recipientes vazios eram queimados nas quadras de dendezeiro ou mesmo enterrados ali mesmo. Outro agricultor, (G., 28 anos, dono de uma quadra de dendezeiro), aplicava **veneno** trajando bermuda e sandálias, fazia a mistura sem EPI e sem mecanismos de proteção próprios, como os elaborados pelo agricultor acima. Fazia a mistura com um pedaço de pau, muitas vezes chegou a meter a própria mão dentro da bomba para misturar a água com o **veneno** e aplicava durante estar ventando.

De modo geral, o **veneno** era aplicado sem a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem quaisquer recomendações técnicas e, conforme mencionando, sem o respeito necessário aos horários recomendados, pois muitos jogavam **veneno** no horário que achavam pertinentes. No geral, o **veneno** não era visto como algo danoso e que poderia comprometer a saúde do aplicador e de seu auxiliar de aplicação. Por ser compreendido dessa forma, era manuseado de qualquer forma. Sobre a utilização de agrotóxico, uma das entrevistadas deu o seguinte depoimento:

“Não, só lá [no dendezeiro], antes deles [os técnicos responsáveis pelo curso de formação e capacitação de agrotóxicos] virem passar o curso ele [o marido] trazia né, colocava lá (no dendezeiro), o que sobrava ele trazia e espirrava aí no quintal e depois que eles (os responsáveis pelo curso de agrotóxicos) vieram e passaram o curso foram ensinar o que era de bom e o que era de ruim o que ele trazia né, ele parou, ele não trouxe, ele quando ele ver alguém espirrando na vila, ele fala que não é permitido, porque falaram lá que trazer e espirrar no quintal onde tem poço é prejudicável, faz muito mal desce pra água, faz mal pras crianças, não faz mal naquela hora, mas com poucos tempos vêm os sintomas aí ele parou” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

5.4. OS APETRECHOS DO *VENENO*

Também a relação com os apetrechos utilizados na atividade de aplicação de *veneno* pode ser dividida em dois momentos: o antes e o depois do curso de capacitação de aplicação de agrotóxicos.

Antes dos cursos a aplicação era realizada sem a utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Dessa forma, as pessoas utilizavam roupas do dia a dia, localmente denominadas como roupas de trabalho, tais como camisa de manga curta, calça comprida e sapatos. Outros indivíduos, a maioria, utilizavam camiseta, bermuda e sandália. Alguns utilizavam panos para proteger o rosto e outras invenções que objetivavam evitar o contato com o *veneno*. Em entrevista, uma moradora da vila São Vicente disse que antes de fazer o curso de capacitação da química:

“Ele [o marido] usava [o EPI], mas não era tão preparado né, antes do curso ele só ia mesmo com a calça dele de trabalho, a camisa, não manga comprida, não tinha luva, não tinha máscara, mas ele sabia do risco né, que era perigoso o negócio de veneno, aí ele ia cedinho” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

A bomba de aplicação de *veneno* era adquirida nas denominadas casas do campo ou do agricultor, estabelecimentos agrícolas localizados na sede do município ou em outras cidades, como Tailândia e Abaetetuba. Os indivíduos que não possuíam bombas de aplicação de *veneno* emprestavam de seus vizinhos, prática esta que é comum na vila em questão.

Os agrotóxicos, ao chegarem à vila São Vicente, eram guardados embaixo da própria residência dos moradores, na cozinha, atrás da porta, na casinha de materiais de trabalho ou mesmo dentro das quadras de dendezeiro.

“antes dele [o marido] saber disso [de como os materiais deveriam ser armazenados] até dentro de casa ele chegou a guardar ninguém sabia né e não batia cheiro forte eles tando lá vedado e até assim atrás da porta, ele metia a bomba, a garrafa com o veneno, ele chegou a guardar dentro de casa” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

[guardava os materiais em] *“um depósito localizado perto da casa e não pode, depois que a gente fez esse curso que a gente foi saber e eu dei fim de tudo que eu*

vou ficar com uma coisa que vai fazer mal pra mim e pro meus filhos pra depois gastar o que eu não tenho?” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Quando eram guardados nas quadras de dendezeiro, os recipientes eram colocados embaixo de folhas e paus, onde ficavam escondidos e protegidos do sol e da chuva.

Alguns moradores chegaram a relatar o furto de **veneno** quando estes eram guardados dentro das quadras. Também relataram que depois de lavadas, as embalagens de agrotóxicos eram reutilizadas para o armazenamento de água e para colocar gasolina.

No depoimento de uma moradora de São Vicente, as pessoas *“utilizavam muito (as embalagens)! Muita gente mesmo por aqui pegava aquela embalagem e utilizava”* (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro). A referida moradora disse-me que esses indivíduos *“tiravam (...) a boca (da embalagem) e guardavam a farinha, guardavam a água, armazenavam a água, muita gente por aí usava assim* (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Nesse sentido, muitos agricultores dirigiam-se às quadras de dendezeiro e levavam consigo as embalagens cheias de água para beber nos intervalos das atividades que realizavam. As embalagens tipo sacola eram queimadas, bem como as de tipo carote, nas próprias quadras de dendezeiro, pois nem todos os moradores reutilizavam os carotes para quaisquer finalidades. Os apetrechos eram lavados no igarapé São Vicente logo depois de utilizados. A bomba era lavada dentro do próprio igarapé pelo próprio aplicador ou por sua esposa:

“No igarapé, tudo era no igarapé [São Vicente], por isso que eles pediram depois que começou essa... começaram a dizer que tava ficando poluído, porque quando ele (o marido) chegou pra cá não tinha água encanada né, tudo era no igarapé, todo mundo era no igarapé, e aí com esse negócio de veneno vinha a chuva e lavava tudo a planta né e descia pra esse igarapé, que esse igarapé aqui vai cortando direto, atorando os projetos praí né, aí foi que todo mundo começou a fazer pedido, exigir do prefeito negócio de poço artesiano e até que a gente conseguiu, a maior parte por aqui tinha poço também, só ia pra lá lavar louça, lavar roupa, mas a água mesmo pra tomar que não tinha poço ia pegar no vizinho, pra tomar né, não utilizava mais água aqui do Igarapé depois que surgiu o projeto aí dentro, aí eles não usavam mais eu cheguei pra morar aqui no São Vicente em 2007 só tinha um poço, mas todo mundo ia lá nesse poço pegar água pra tomar aí pra utilizar nas outras coisas era todo mundo no Igarapé agora pra tomar ia todo mundo lá nesse

poço pegar água”(I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

As vestimentas utilizadas durante a aplicação geralmente eram lavadas a mão ou em máquina de lavar, juntamente com outras roupas de trabalho, pelas esposas dos aplicadores ou por suas filhas. A roupa “*era eu mesma que lavava, [quando] ele [marido] chegava eu tava batendo roupa, aproveitava [e] jogava na máquina, tirava as outra roupas né?*” [eu]) “*batia separado [pois], roupa de trabalho a gente sempre bate separado né? Aí batia a roupa dele lá na máquina [Batia separado] por causa do veneno, e a roupa do trabalho porque vem de lá do campo né, [e] a gente lava separado*”. [Depois coloca] “*junto com as outras tava assim um monte na corda, pega um pedaço de corda e estende*” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Depois de lavados, a bomba era guardada no retiro de farinha ou em outros locais, como na casinha de instrumentos de trabalho ou mesmo na própria residência. As vestimentas eram colocadas no varal, localizado perto da residência e posteriormente guardadas juntamente com as demais roupas da casa. Não havia, portanto, uma separação entre as vestimentas utilizadas no trabalho e as do dia a dia.

Conforme será exposto a seguir, observa-se que ao longo do tempo os moradores de São Vicente têm se dado conta dos riscos do agrotóxico. No meu entendimento, isso sugere a visão de que este seja compreendido, pelo menos no passado e para a maioria das pessoas, como algo que não fazia mal, mesmo sendo identificado como **veneno**. Era entendido como algo pouco perigoso e pouco danoso à saúde do camponês e de sua família. A percepção de que o Roundup faz mal não é imediata, ela vem com o tempo e ocorre principalmente quando acontece os cursos de capacitação para trabalhar com agrotóxico.

5. 4.1. O uso do *veneno* pós-capacitação ou o mito das regras

Por causa da palestra que vieram passar né, aí eles vieram passar a palestra e um foi falando pro outro, esse que não tava na palestra né, mas um foi passando pro outro, aí quando chega numa casa que vê um balde desse aí, aí dizem olha, isso aqui tu não pode usar mais, tira joga fora, veneno também no quintal não pode utilizar mais e assim foi acontecendo aqui (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Os camponeses de São Vicente referem-se aos cursos de capacitação denominado curso de química como um rito de passagem entre a ignorância e o conhecimento de seus riscos. Os relatos sobre este (s) curso (s) evocam a valorização atribuída ao novo conhecimento e, sobretudo à plena capacidade que dizem ter adquirido para viver no mundo ao qual acabaram de adentrar.

Na figura 8, apresento um painel com um conjunto de fotos que evidenciam como os apetrechos de aplicação do *veneno* são armazenados e utilizados na atualidade. Sobretudo, este painel evidencia como os camponeses - que fizeram os cursos de aplicação ou não - apropriaram-se e reproduzem a ideologia que lhes é subjacente, mas não necessariamente o seu conteúdo. Embora a partir da literatura sociológica e médica que estou trabalhando, possa afirmar que as medidas de proteção são construções sociais de relativização do risco da modernização agrícola, cabe destacar como um dos achados desta pesquisa esta relação de confronto e assimilação de ideologias e práticas, no contexto da subordinação camponesa.

O curso durou 40 horas, foi ofertado pela Agropalma, mas pago pela Associação dos Agricultores da Vila São Vicente. Foi realizado no barracão da Associação, localizada na vicinal Parola e foi ministrado por técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). No referido curso de capacitação e manuseio de agrotóxicos eram ensinados, através de cartilhas, textos fotocopiados, palestras, vídeos e apresentações em PowerPoint, a forma correta de manipular e manusear os agrotóxicos. Dessa forma, os instrutores ensinaram sobre os tipos de agrotóxicos, como os mesmos se classificam, podiam ser manuseados, misturados, aplicados, transportados, armazenados e guardados. Os agricultores informaram que, a pedido do instrutor dos cursos de capacitação, chegaram a encenar a forma como realizavam a aplicação.

Há uma espécie de unanimidade em afirmar o desconhecimento do risco do agrotóxico. No entanto, todos afirmam que sabiam que ele era *veneno*, mas não da forma que viram nos cursos de capacitação que participaram. Sabiam que era *veneno* devido as reportagens que passam nos canais de TV Aberta e também porque já haviam visto na Export, uma Empresa localizada na PA 150 e que utiliza agrotóxicos em suas áreas de plantio.

Fotografias 8: Locais utilizados para armazenar *veneno*, apetrechos e outros objetos.



(A) retiro de farinha; (B) interior do retiro de farinha (imagem 8-A), utilizado para armazenar bomba de aplicação de *veneno* (conforme a seta em vermelho), sacos de adubo (conforme a seta abaixo), roupas e instrumentos de trabalho,

bicicletas, dentre outros; (C) pequena construção de madeira, localizada a aproximadamente seis metros da moradia, utilizada antigamente como local de armazenamento de **veneno** e de outros materiais de trabalho; (D) bomba de aplicação guardada na parede de uma casa; (E) bomba descartada no mato ao lado de uma oficina e abaixo de uma caixa d'água; (G) banheiro de alvenaria, localizado a um metro de distância da moradia; (G) detalhe da construção localizada ao lado do banheiro (figura 8-G), utilizada para guardar recipientes contendo **veneno** (conforme a seta em vermelho) e dividindo espaço com bomba de aplicação, cabos, sacos, panela e bacia, dentre outros.

Fonte: Genisson Chaves, 2015.

Após e durante esses cursos, os moradores conversavam entre si, trocavam impressões, relatavam casos de envenenamento que seus pares, locais e de vilas adjacentes a São Vicente, estavam passando. Essas conversas geravam muitas especulações, pois muitos casos de adoecimentos eram atrelados aos agrotóxicos e o medo, de certa forma, tomava conta do imaginário local. Foram esses cursos e essas conversas que contribuíram para que grande parte dos agricultores de São Vicente que trabalhavam diretamente com os agrotóxicos, passassem a deixar a atividade de lado ou delegá-la a outra pessoa que poderia executar o serviço.

“Eu aprendi uma coisa que eu estava fazendo na coragem e não sabia que era tão prejudicial pra saúde da gente. Inclusive tem pessoas aqui nossas que tem problemas com esse negócio de química. É por causa que a gente trabalhava sem o material completo pra gente trabalhar. Trabalhava sem luva, sem calça, sem bota, a calça própria, porque tem a calça própria, sem máscara, sem nada. A gente jogava aí na doida, do jeito que dava. Aí depois que eles foram fazer as análises todinhas que eles foram ver que fazia mal pra gente e aí... tem pessoas nossas que já deu problema com esse negócio aí” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

“(...) eles [os instrutores do curso] explicavam: olha, vocês jogam pra baixo, vocês jogam pra baixo, aí tinha gente que não, a puerária estava grandona na planta e aí, lá por cima o pulverizador, aí quer dizer que aquilo lá vinha tudo em cima e o cara que está lá respirando sem máscara, sem nada, aí é claro que vai só pros organismos da gente, aí logo não aparece, mas vai passando o tempo, quando o cara vai no médico eles vão dizer olha, é por causa disso e disso. Aí foi por isso que eu parei de jogar química, por causa disso, porque é prejudicial à saúde e é um problema sério isso daí. Química é veneno ela mata o mato que mais o ser humano. Porque a gente é assim, assim como a planta tem os folícelos de manhã aberto para respirar, a gente também...isso aqui [se referindo aos poros da pele] da gente toda de manhã é aberto...a gente vai jogar o

veneno de manhã, cai na pele da gente e aquilo vai fazendo mal pra toda parte do corpo da gente, comprometendo porque cada cabelo desse vai ter um buraco, é um furo que a gente tem. Aí a gente fica jogando sem a proteção e cai no corpo da gente e aí vira uma coceira. Olha, ali no Arauaí tem um menino que joga só de sandália, isso aqui da costa do pé dele tem uma pira crônica que está caindo a casca. Ele joga só de sandália. Isso aqui dele [o pé] só está...aí quer dizer que uma pessoa dessas já está comprometida, quando ele chegar a sentir [a doença] já não tem mais jeito, não procura médico e nada. Aquilo lá é gente ignorante que é melhor nem falar. O cara fala pra ele e ele [diz] que todo mundo nasceu pra morrer. Todo mundo nasceu pra morrer, mas ninguém quer morrer, eu pelo menos, o que eu puder evitar pra não morrer logo, eu não quero ainda não, Deus me livre [risos], agora que eu só tenho um pouco de netos, eu quero ver meus netos progredir. Eu estou muito novo, com 47 anos praticamente. Eu abandonei esse negócio de química, joguei meu material, está tudo jogado por aí, bomba eu dei fim”.

Pergunta: por que o senhor jogou?

“Por causa disso, é um negócio sério pra saúde da gente, aí você não vai ficar trabalhando com um negócio que uma coisa que tá lhe matando, você tem que quanto mais puder se livrar, melhor é, porque é uma coisa...

Eu digo assim, o pessoal da Agropalma - que eles têm todo o material pra fazer. Porque eles não dizem... Olha nós faz nesse preço pra você? Aí eles vem fazer pra gente, porque eles tem a máquina de jogar [o veneno], no trator lá só tá uma pessoa (...). No projeto não, eles fazem botar aquela carga em cima da gente, eles não estão nem aí, a gente não é funcionário deles, aí a gente vai ter que arcar com as doenças da gente que eles não vão ajudar a gente, não é igual lá na empresa, que se adoecer algum funcionário eles têm o compromisso até o cara melhorar ou quando morre paga aquela parcela pela vida do cara e pronto, mas aqui não, eles nem olham pra gente. Aí o que já saiu de lá eles empurram pra nós aqui, aí tem pessoas que é matuto, não tem entendimento de nada e aí está com esses problemas porque tem gente com esses problemas aqui tem”

(...)

“A bomba eu larguei lá pra Moju, eu arrumei para um cara, pra lá deu o fim, a roupa foi jogado fora, queimado, eu tenho aqui um material novinho [referindo-se ao EPI], nunca foi usado, está aí guardado, calça, jaleco, camisa, máscara, eles [funcionários da Agropalma] trouxeram aquelas caixas com um monte, está tudo ali” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Outra moradora também relata o abandono do uso do **veneno** pelo marido:

“Não, [pois ele] ficou com medo tanta coisa que eles [os instrutores do curso] falaram lá, ensinaram como é que vestia a roupa né pra não ter o contato, como tirar! Porque pra vestir tá limpa ainda né, como tirar depois do aplicamento, e ele não foi mais jogar depois que ele participou do curso” (I., 35 anos, dona de casa).

E acrescentou: *“eu tenho pavor mesmo desse veneno, pra dizer a verdade ele chega com a roupa dele, chegava, não borrifa mais! Depois que ele participou da palestra ele não borrifa mais!” (I., 35 anos, dona de casa).*

“Aí o cara toma água com a mão toda lambuzada daquilo, tinha gente que metia a mão por dentro do veneno, o F. [morador de São Vicente, dono de quadra de dendezeiro] era um desses, ele mexia o veneno com a mão mesmo, agora pergunta pra ele se ele quer jogar veneno mais. Depois que ele fez o curso aqui... hum, ele quer sim [risos], ele não quer nem saber de veneno por causa disso, que é prejudicial pra saúde, não vem aqueles desenhos, aquela cabeça, aquela caveira? É o cara já sabe que é veneno, é um perigo pra saúde do cara, aí eu pelos menos, não quero mais aquilo não, Deus me defenda” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Com a chegada dos cursos de aplicação de agrotóxicos os aplicadores passaram a utilizar o EPI, constituído pelos seguintes apetrechos: viseira facial, respiradores, botas, luvas, avental e calça comprida.

Como acima mencionado, muitos indivíduos deixaram de aplicar **veneno** devido os riscos que poderiam correr, e mesmo sabendo de um possível agravante à saúde, outros continuaram a atividade de aplicação, inclusive, sem seguir as recomendações sugeridas pelos técnicos dos cursos. Ao que parece, utilizando-se das mesmas práticas que anteriormente empregavam.

De certa forma, isso sugere uma continuidade na forma de como esse tipo de atividade ocorria. Um de meus entrevistados, por exemplo, disse-me que “*as pessoas não estão nem aí, não se preocupam, não procuram saber com o que estão mexendo*”, por isso, aplicam “*da forma que bem entendem*” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Em relação ao igarapé São Vicente, os entrevistados acreditam estar contaminado, seja porque lá se joga muito lixo, seja porque lá se lavam sacolas que armazenam adubo - para colocar farinha e lixo, seja porque acreditam que a chuva leva o **veneno** dos dendezeiros para lá. Mas, mesmo acreditando que o igarapé está contaminado e reconhecendo que a sua água é ruim e de pouca qualidade, tomam banho quando está muito quente ou quando falta água no local. Essa narrativa é reforçada por Nahum e Santos (2013, p. 72):

Os dendezaís localizam-se predominantemente nas proximidades ou são cortados por cursos d’águas, igarapés, rios, lagos. Logo, os produtos químicos usados nos plantios acabam por ser carregados pelo processo de lixiviação que ocorre na região ou pelo processo de infiltração, para dentro desses corpos líquidos. O resultado de tudo é a configuração dos dendezaís como áreas de risco ambiental em função da possível contaminação dos recursos hídricos, comprometendo a saúde das comunidades tradicionais do entorno que utilizam dessa água.

As quadras de dendezeiro são também utilizadas como um espaço de brincadeiras infantis; como lugar de descanso de cachorros e outros animais, como alguns poucos jegues, utilizados no trabalho; e como um caminho alternativo à vicinal, para se chegar ao igarapé. O sol é forte, por isso é preferível utilizar as “sombras do dendezeiro” do que o sol da vicinal. Enfim, um local em que “bate um vento bom” e de onde, inclusive para o pesquisador, é possível perceber as relações de socialização ganhar forma.

No entanto, não são todas as quadras de dendezeiro que são utilizadas para essa finalidade, apenas as que acompanham os contornos da vicinal, pois estão mais próximas das casas e de lá é possível ver praticamente toda a movimentação da vila. Já as quadras que ficam mais para dentro dos projetos, são mais escuras e mais afastadas da beira da vicinal, por isso, não são comumente utilizadas pelos moradores de São Vicente como um local de socialização e de encontros diários. E também não é necessariamente na própria quadra ou de familiares que determinado morador vai passar o fim da tarde, mas sim na que se localiza mais próxima à sua residência.

Não é evidente nenhum tipo de preocupação atual dos moradores com a contaminação das quadras. Reconhece-se que nas quadras de dendezeiro o *veneno* é ou foi um produto por ali

aplicado, mas isso não impede as pessoas de por lá andarem e de passarem os fins da tarde para se proteger do sol, do calor e, ou para as conversas corriqueiras.

O que pude constatar é que na mesma sociedade em que se reconhece o risco, e valoriza-se o conhecimento das regras transmitido, encontram-se carotes e bombas, **veneno** em líquido e em pó não apenas no trabalho lá da quadra do dendezeiro, mas no cotidiano: na casa de farinha, no galinheiro, na cozinha, ao lado da enxada que capina a mandioca, na sombra fresca que sinistra e silenciosamente embala as conversas de fim de tarde de São Vicente.

Isto me sugere supor que o conhecimento das regras não se traduz linearmente em práticas. Há outros condicionantes socioculturais que se interpõem nesta passagem. O que parece certo, todavia, é que os camponeses apreenderam o discurso que atribuí o risco a uma ignorância nativa superável pelo novo conhecimento que lhes orientaria em novas condutas que anulam/anularão o perigo existente no mundo moderno.

5.5. AS CATEGORIAS ALUSIVAS AO *VENENO* OU AS DIVERSAS FORMAS DE RISCO

Na compreensão local, identifiquei algumas categorias que estão diretamente correlacionadas ao **veneno**: a *catanga*, a *fortidão* e o *sereno*.

A *catanga* diz respeito ao cheiro do **veneno**, aquilo que fica no ar e que contamina quem estiver por perto. É, portanto, um cheiro que “*é forte que só a catanga!*”, por isso, os camponeses da vila São Vicente acreditam que “*só com a catanga, a gente pega o veneno*” (D., 59 anos, dono de quadra de dendezeiro). Na prática, essa categoria sugere não apenas que o **veneno** exala um odor que lhe é característico, mas que a contaminação de pessoas pode ocorrer por aspirar o ar - esse odor que sai do **veneno**- e não necessariamente apenas por um contato direto com o produto. Subjaz aqui, uma clara analogia entre o termo *catanga* que, segundo o dicionário Aurélio (2010), está relacionado ao cheiro forte e desagradável que exala do corpo humano suado ou pouco limpo.

Outra categoria compartilhada por esses camponeses é a *fortidão*, um termo que também é associado ao cheiro emanado pelo **veneno** e que lhe dá ênfase: um cheiro forte, que não se deixa desperceber, mas que chama a atenção de quem estiver às proximidades do local em que o **veneno** é aplicado. Segundo um dos moradores da vila São Vicente “*o cheiro dele [do veneno] é o cheiro forte, cheiro de veneno pra ser sincero se tu tiver sem máscara, lógico que tu vai perceber o cheiro dele, sentir o cheiro do veneno*” (K., 49 anos, dono de quadra de dendezeiro). Poder-se-ia dizer,

então, que não é um odor ou uma *catinga* qualquer. É uma *catinga* com *fortidão* - uma "qualidade de algo que é forte, sólido, consistente, ríspido e violento", conforme o dicionário Aurélio (2010).

A narrativa abaixo ilustra a construção do que se entende por *fortidão* em São Vicente:

“É um cheiro estranho mesmo, que fica aí. Mora muita gente praí, muita criança... aí o cheiro fica no ar, respirando. Ai, não quero, não mais. O cheiro, quem cheira aquilo sente logo falta de ar (...)é o cheiro de amargo, sei lá! Logo que veio [o veneno], eu ia pra lá com eles [com a família], eu ajudei a colocar na bomba com a minha mão mesmo porque eu não sabia que era perigoso, só sabia que mata, mata, mas eu não sabia que cada pelinho da gente disque transmite, veneno na pele da gente”(C., 46 anos, dona de quadra).

Pergunta: como assim? Transmite?

“É, porque a gente não tem os pelinhos no corpinho? Disque por esses tronquinhos de cabelo é que transmite o veneno no corpo da gente, é que fica no sangue aí se deixar molhar né, se encher a bomba, a bomba gasta na gente a água que fica na costa né, aí se molhar a gente disque faz mal que transmite o veneno pelos cabelinhos que a gente tem no corpo” (C., 46 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Ademais, o odor do veneno é tão forte que decorridos alguns dias após a aplicação, as pessoas que transitavam pelo lugar sentiam “*aquela fortidão horrível*” (C., 46 anos, dona de quadra de dendezeiro), o que fazia com que as pessoas acreditassem que o **veneno** permanecia no lugar. A narrativa a seguir faz referência a essa compreensão: “*Eu acho que a fortidão do veneno continua ali né, naquele setor onde foi jogado o veneno e por isso que eu te falei, é proibido cara, é proibido a gente passar lá só depois de 15 dias, porque eu acho que durante aquele período de 15 dias o veneno deve tá lá com aquele cheiro forte, com aquele cheiro...*” (K., 49 anos, dono de quadra de dendezeiro).

O *sereno* é outra categoria associada ao **veneno**. Aqui este é definido como gotículas que ficam no ar quando a aplicação ocorre. Essas gotículas, por sua vez, andam conforme o vento e são a manifestação do **veneno** que fica no ar e, por isso, pode contaminar os indivíduos, o solo e subir para as nuvens e descer em forma de chuva, contaminando toda a vila. Segundo o dicionário Aurélio (2010) o termo *sereno* faz referência a calmo, tranquilo, manso, sossegado ou aquilo que detona paz de espírito. Por outro lado, pode ser compreendido como chuva fina e pouco duradoura.

Na forma como é utilizada em São Vicente, o sentido evoca o orvalho como na música de Jair Rodrigues "Vem chegando a madrugada, ô / O sereno vem caindo / Cai,cai, sereno devagar / Meu amor está dormindo".

Tanto a *fortidão*, como a *catíngá* e o *sereno*, ajudados pela força dos ventos, fazem com que o **veneno** circule na vila São Vicente, causando o adoecimento das pessoas. “*como ele passa aí bem na rua né colocam aí eu acho que a população toda sofre com isso né você pode ver que a cada mudança de tempo tem momentos de doença né e eu acho que essas doenças não vem à toa, vem por causa de química*” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Na prática, estas categorias representam uma maneira de identificar e de se pensar os agrotóxicos e denotam como os camponeses se apercebem do alto grau de risco - é algo que está no ar, que se transmuta em gotículas e entra pela respiração e pelos poros. Portanto, parece haver uma espécie de saber silenciado sobre o risco, cuja aceitação passa a ser mediada pela capacitação. Como observou Douglas e Wildavsky (2012), as sociedades humanas selecionam determinados riscos e criam justificativas aceitáveis socialmente para se conviver com eles. É por esta mediação que os agrotóxicos se impõem na chamada agricultura moderna e é retraduzindo-a que os camponeses de São Vicente embarcam na carroceria desta história.

5.5.1. As experiências de contaminação

A seguir, serão transcritos casos considerados de contaminação em São Vicente. Conforme poder-se-á observar, há um certo grupo de sintomas: irritações cutâneas, desmaios, mal-estar, de inchaços pelo corpo, morte - que são localmente atribuídos aos agroquímicos utilizados e que guardam correlação com as características expressas nas categorias *catíngá*, *fortidão* e *sereno*. Por outro lado, é comum certo comedimento que se fala sobre estes casos. Todos eles são tratados como suposições e como em outros contextos (Teixeira, 2014; Rigotto, 2011; Silva, 1998) parece ter havido dificuldades para o reconhecimento médico do diagnóstico. Os moradores da vila São Vicente acreditam que a empresa Agropalma foi injusta, pois não informou os reais perigos que a atividade de aplicação de **veneno** oferecia.

Tanto na vila São Vicente quanto em vilas próximas, há relatos sobre os efeitos do **veneno**.

A) Relato sobre a morte de um agricultor da vila Apeí, integrado ao projeto de dendezeiro,

“Ele era forte só que ele não era muito alto, assim meio baixo, musculoso assim, pernã, braço dele, ele era um homem de trabalhar brutalmente, brutal, serviço pesado qualquer peso, qualquer coisa era ele mesmo, um desses homens que têm força, sabe?”

“(...) ele ficou, a qualidade dele mudou, ele era assim, ele não era muito moreno, ele era mais claro que eu, ele ficou negro, a qualidade dele, o corpo dele todinho e aí ele inchou muito e a barriga dele cresceu aí o médico, (...) os filhos dele me falaram que o médico tirava muita água de dentro dele, inclusive nesse dia que eu fui visitar ele no hospital [ele] estava com a sonda desse lado assim pra tirar água, tinha dia que ele tirava 6,7 litros de água. O médico tirava, quando ele colocava de novo já tinha aumentado aquela água. Era assim, foi por isso que a barriga dele ficou grande...”

Pergunta: e o que a família fala sobre isso?

“Olha, eles [os membros da família do referido morador] não falam nada, o quê que eles falam? - É que eles sempre lutaram, eles sempre contra, mas ele não obedecia, sempre os filhos pelevavam [brigavam] pra ele largar, pra ele deixar [a atividade de aplicação], eles trabalhavam na semana, quando ele jogava se sentia mal, os filhos não queriam, ele tomava um remedinho daqui, acolá melhorava e jogava de novo, se fosse preciso jogar veneno ele ia, era assim aí a família o que puderam fazer, fizeram, pra ele ir lá pro hospital, pra Belém, mas não teve mais jeito, homem com 50 e pouco anos ele era novo, ele era, todo acabado”.

Pergunta: ele chegou a falar que era por causa disso? O que era que ele falava quando ele começou a ter esses sintomas?

“Olha, isso aí não sei, porque como eu cheguei [de viagem] ele já tava no hospital fazia tempo já que ele tava com essa doença. Os filhos dele lutaram muito com ele por Belém, uma vez eu tava conversando o J. e ele e a velhinha [moradores de vilas locais]. Eu vi de longe, ele era muito amigo da gente, eu não [o] conheci. Ele de lá me olhou, me conheceu, aí ele bateu onde eu tava, eu tava sentada no terminal, eu não conheci ele devido a qualidade dele, ele tava diferente, ficou diferente...”

“Quando ele começou a sentir aí, eles tratavam de outra doença, aí ia pelo Moju, remédio daqui, remédio

de acolá, hospital de Moju não é hospital de evoluir assim de descobrir qualquer tipo de doença pesada, né? Aí ficava aquele vai e vem e ia, tomava remédio, consultava ia embora, melhorou, pronto! Pra esses homens que trabalha assim qualquer melhora pra eles tá bom, aí quando ele arriou mesmo que ficou difícil até pra andar aí foi que o médico encaminhou pra Belém, pro Centro, ele ainda andava, quando ele morreu, ele parou de andar assim próximo dele arriar. Nesse dia que eu visitei ele no hospital, ele ainda andava, desse dia ele passou uma base de um mês e pouco mais ou menos que ele... dessa vez que eu tava com a L.[filha] no hospital, ele tava com... passou parece que um mês e pouco, o médico chegou a colocar ele no quarto de isolamento [em] Tailândia. Além da barriga d'água que dá nele, era insuportável aquela catinga, aquilo que saia dele parece assim que era podre... aquela água era só uma água, passou uns quantos dias, no primeiro dia que eu falei com o menino dele lá, ele tava no quarto do isolamento com ele lá, aí depois, passou uns 3 dias, eu passei uns 11 dias com a L. no hospital aí um dia eu cheguei lá e conversando com o filho dele “mãe, papai saiu dali, tá pra cá, a senhora quer ver ele?” eu disse “eu quero! Eu vou lá”, ele conversava bem, ele conhecia bem a gente mas naquele sistema”.

Pergunta: ele ficou quanto tempo assim nessa situação?

“Olha, ele ficou parece que uns 2 anos ou mais foi sim, custou muito essa doença. (...) Quando ele tava perto de morrer, eu não cheguei a ver, essa menina que é esposa do F. [do filho] ela nos conta tudinho, a esposa do F. é sobrinha legítima dele, ele morava tudo pertinho dos pais dele... é a família dele, aí alguém nos contou e ela também conta, ela contava quando foi pro... veneno, não tinha quem suportasse, aí deu a diarreia, não tinha quem suportasse a nora dele me contou eu não cheguei a ver quando ele já tava arriado, mas a própria nora dele me contou... não tinha quem suportasse aquela podridão, aquela coisa podre que vazava e aí o M. disse que quando já faltava uns 3 dias pra morrer começou quiticava aquilo e rachava assim, aí escorria aquela água de onde rachava... assim aquelas rachaduras assim, fica aquela pele seca aí racha aquela rachadura assim, aí elas diziam que... elas que cuidavam dele sabe, aí as mulher não deram conta deixaram pros homens, pros filhos, aí alguém conta que quando chegaram no cemitério que abriram

o caixão não tem que aguentassem acharam que ele já tinha estourado. (...) só diziam que era insuportável o cheiro, que eles cuidavam porque tinham que cuidar, acabavam de assear ele, botavam perfume, botavam talco, limpavam bem, bem aí de novo! Aí usaram ele na fralda descartável, a fralda descartável não resolvia aí resolveu botar o pano grosso de rede” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

B) Relato sobre duas crianças, de cinco e seis anos de idade, filhas de um casal de donos de quadra de dendezeiro da vila São Vicente, que adoeceram em razão da convivência com os apetrechos do **veneno**. Além das duas meninas, posteriormente, o pai também adoeceu. Essa família vivia em uma pequena casa, construída dentro de umas das quadras de dendezeiro, pois como dito acima, muitos camponeses, ao chegarem à São Vicente, não tinham um lugar apropriado para morar:

“Olha irmão, eu não sei contar mais detalhes assim delas porque a mãe delas se mudou logo pra cidade de Moju, sabe? Quando ela viu que a febre não passava eles pensavam que era febre normal que dava assim eles ficavam dando remedinho, remedinho passava hoje, amanhã dava, passava hoje, amanhã dava e era assim, e as meninas brincavam, mas pertinho, você jurava, eu ainda cheguei [...] ver as meninas ainda... você jurava que elas não tinham nadinha aí foi que ela viu que não passava, ela foi pro Moju aí passou uma semana ela tem a mãe dela lá, o pessoal dela, passou uma semana nesse passar dessa semana que os médicos foram repetir outros tipos de exames, aí que foram descobrir...”

Pergunta: atestou o exame? Que era veneno?

“É! Aí o médico encaminhou pra Belém, ela fez o tratamento das meninas em Belém, aí ela se mudou por causa disso até hoje eles moram pra lá que eles moravam aqui dentro do projeto, eles tinham uma casinha aqui dentro do projeto. (...) Como elas dormiam né? E a bomba ficava lá [dentro da moradia], elas respiravam e aí aquele vento que saía, aquele ar que saía, que com certeza fica saindo alguma coisa do veneno né? Aí ela respirando afetavam o pulmão das meninas com certeza todas as duas e até dele [do pai], porque ele causa o mesmo problema até hoje ele faz tratamento disso, aí depois passado um tempo que fizeram o tratamento delas aí ele ficou doente, vivia por aqui doente aí tinha um dia que dava um ataque nele era dor de cabeça, era dor no estômago que era isso

que ele tinha, aí foi que ele foi pra Belém aí fez o tratamento sobre o veneno acusou! (...) mas ele não achava que fosse do veneno não!” (B., 57 anos, dona de quadra de dendezeiro).

“O [pai delas] borrifava aí perto da casa [e] acabava indo pra dentro do quarto onde as meninas dormiam... era, era a bomba e os material aí ele afeta a pessoa até na respiração... (...) Tô dizendo da bomba aqui que dormia no quarto delas, porque a divisão do quarto das meninas era com dele né, então ele achou que afetou primeiro as meninas, quando acaba tava as meninas e ele, só que ele custou a fazer o tratamento dele, ele descobriu logo o das meninas porque fizeram vários tipo de exames não atestava outra coisa, aí atestou, fizeram repetiram os exames, aí atestou o veneno aí não ligou, só que ele vinha sentindo os sintomas já diferente das meninas”.

Pergunta: diferente como assim?

“É porque das meninas o sintoma delas era febre, aquela febrizinha que dava afetou o intestino ele sentia muita dor no estômago, dor na cabeça aí dava crise ele desmaiava era assim, ainda chegaram a levar ele daqui pra cidade de Moju de carro as pressa uma vez ele andou desmaiando aí, a gente acudiu ele aí levaram ele as carreira aí foi que ele foi procurar se tratar...” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

B.1) Comentário sobre o mesmo caso, no qual se afirma que o adoecimento por veneno foi comprovado quando o referido morador foi impedido de doar sangue por estar contaminado:

“Isso aí compromete o sangue da pessoa porque é assim, quando a pessoa vai pra um hospital que ele vai fazer os exames, o checape geral, lá que vai constar tudo. Enquanto está aqui, o cara diz que está tudo bem, mas às vezes não tudo bem pro cara não porque logo o que compromete é o sangue. Olha...o compadre G.[morador da vila São Vicente] não pôde doar sangue para o pai dele por causa desse problema”.

Pergunta: ele falou pra vocês?

“Foi, eles fizeram todo o checape [nele], aí... essa doença dele é através de veneno, tem gente que tem problema... porque ele afeta muito o fígado. É, por causa que o cara respira aquilo aí eles falam... ah, toma o leite, o cara toma e só vai acumulando no fígado...” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

C) Uma pessoa que está com doença no sangue, apresentando problemas de inchaço no rosto, que supõe estar associado ao **veneno** e que no momento da entrevista se encontrava em tratamento na capital do Estado.

D) Casos de morte

“aham, já morreu dois senhores, disque o diagnóstico que eles tiveram dos médicos foi que o pulmão deles tava muito comprometido por causa da química” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

(...) eu não tinha muito convívio com eles pra lá né, só o boato que corre que levaram eles pro médico, eles tinham muita tosse, falta de ar, aí veio vômito, quando eles procuraram e levaram procurar recurso tava avançado a doença deles, eu não sei muita história deles de lá não, só sei disso porque o povo veio de lá e vai contando né.

“já teve dois casos de pessoas bem idosas aí que já morreram disque por causa disso [e]que eles começaram ali no projeto 1 né e eles não tiveram estrutura nenhuma, não tinha EPI, não trabalhavam com EPI e não tinham aquela experiência se fazia mal ou não, eles achavam que só fazia o bem pra planta e não fazia danos nenhum pra eles, aí disque já morreu duas pessoas com esses sintomas, o pulmão poluído por causa desse veneno” (I., 35 anos, dona de quadra de dendezeiro).

Embora haja muito comedimento ao falar sobre os casos de adoecimento e morte, quem trabalhou na aplicação informou sentir dor de cabeça, cansaço, tontura, cheiro forte advindo do **veneno** e que alguns tiveram a visão prejudicada.

5.5.2. A utilização do **veneno** - hoje

Na vila São Vicente há duas condutas em relação ao **veneno**. Continua sendo aplicado nos plantios de dendezeiro e, por alguns poucos indivíduos, na roça de mandioca, no açazeiro, na pimenta do reino e nos quintais das residências, no intuito de matar mato. Já outros moradores preferem não utilizar o **veneno** e evitar o contato.

Interrogado sobre o uso do **veneno** hoje, um dono de quadra respondeu:

“Hoje não porque eles ficaram com medo de morrer, depois que eles foram vendo o resultado aí eles ficaram com medo”. (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

“Não, não, não jogo e nem mando porque eu não quero comprometer a saúde dos outros” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Alguns dos moradores, por exemplo, substituíram o agrotóxico utilizado nos plantios de dendezeiro por terçado ou roçadeira manual.

“Nós deixemo [de usar veneno], não joguemo mais veneno, agora só usa a roçadeira mesmo, só pra fazer coroa e usava veneno né, agora nós não usa mais” (C., 46 anos, dona de quadra de dendezeiro).

“(...) eu faço o coroamento no terçado mesmo... é porque o meu já é desde 2002 e o mato já está fraquinho já, quando não eu uso a roçadeira, até minha roçadeira eu vou vender que atorou meus dedos e eu não quero mais, quebrou a lâmina e cortou meus dedos” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Apesar da maioria dos donos de quadra ter abandonado a atividade de aplicação de química, há outras pessoas que continuam aplicando **veneno**. Essa questão pode ser percebida na narrativa abaixo:

“Assim, depois que eles [os agricultores da vila São Vicente] fizeram o curso e que foram explicando como é o veneno, o que ele faz e aí foram ficando com medo e aí foram parando, mas até hoje tem gente que joga o dia inteiro, lá pro rumo do três, tem gente joga o dia inteiro química, de manhã e de tarde, aí nesses projetos da Petrobrás, tem cabra que é pra fazer só isso” (J., 46 anos, dono de quadra de dendezeiro).

Na busca nativa para o controle sobre os riscos do **veneno**, os agricultores desenvolveram um produto para aumentar a sua eficácia e diminuir a quantidade. Trata-se do que chamam de "cola" - uma mistura de óleo diesel e/ou sabão em pó que tem por objetivo fixar o **veneno** no mato que compete com o dendezeiro e assim, matá-lo de forma mais eficaz.

6. CONSIDERAÇÕES

De modo geral, os camponeses da vila São Vicente continuam trabalhando na aplicação de *veneno* no dendezeiro e na roça. No referido contexto o *veneno* tem um marcador temporal que é o curso de capacitação de *veneno*. Pelo que se pôde inferir, a partir desse curso os camponeses de São Vicente começaram a fazer uso do discurso de que o agrotóxico traz riscos, mas esses riscos são controláveis a partir da utilização de determinadas regras. Há, portanto, uma ampla valorização deste como um evento, mas não há correspondência nas práticas dos agricultores. Nesse sentido, é perceptível que a maioria dos indivíduos porta o discurso de que deixou de aplicar agrotóxico, no entanto, as situações encontradas em campo, refletem o contrário.

Ademais, parece haver uma propriedade no *veneno* que é sua ambiguidade que se expressa no lado positivo, para a planta, e negativo, para o ser humano. Essa ambiguidade, de certo modo, aparece sob a forma de uma inexorável relação com o *veneno*. Denota, portanto, no sentido proposto por Douglas (2014), uma *pureza* e ao mesmo tempo, um *perigo*, reconhecidos e compartilhados socialmente pelo grupo, como lados complementares e opostos de uma mesma moeda, de uma mesma situação. Pois é bom para a planta, ou seja, é positivo para seu bem e, portanto, para seu pleno desenvolvimento, “para que ela cresça bonita”. Por outro lado, paira sobre o veneno um perigo, que se corporifica no medo de se contaminar, de “pegar o mal” que paira sobre uma substância que é vista e sentida pelo corpo, através da pele que sente seu toque e das narinas que se apercebem do líquido venenoso. Essa situação, certamente, reflete uma maneira de lidar com a corporeidade – ainda que não tratada neste trabalho.

Ou seja, ao mesmo tempo em que os camponeses da vila São Vicente reconhecem o risco e o discurso das regras, não há como evitá-lo, no mínimo apenas desenvolver soluções próprias para lidar com essa ambiguidade, que vão desde formulações como o uso de panos à cola, por exemplo. A cola, por sua vez, é uma forma de concentrar o *veneno*, para que ele não voe. É, portanto, o elemento que fixa o potencial de evaporação do orvalho, para que o *sereno* e a *fortidão* não se propaguem. Nesse sentido, a cola impede que o veneno *ande*. Na prática, estas categorias são formas de se pensar os agrotóxicos e denotam como as sociedades camponesas se apercebem do alto grau de risco - algo que está no ar, que se transmuta em gotículas e entra pela respiração e pelos poros. Portanto, parece haver uma espécie de saber silenciado sobre o risco, cuja aceitação passa a ser mediada pela capacitação do *veneno*.

Assim, este é, ainda que de modo exploratório, o primeiro trabalho que versa sobre o agrotóxico com esse campesinato amazônico. Não é, portanto, um estudo do agrotóxico pelo agrotóxico, mas sim, sobre o significado do agrotóxico nas transformações sociais, no sistema de produção, classificação e, portanto, no modo de viver dessa sociedade camponesa, que exemplifica um processo social vivenciado por muitas outras sociedades amazônicas que estão passando por um processo similar a este. Essa pesquisa fornece subsídios para se pensar como o agrotóxico entra no mundo camponês e mostra como o discurso produzido na sociedade ocidental sobre o controle do risco do agrotóxico é relativizado no mundo camponês. Nesse sentido, este trabalho sugere a continuidade de pesquisas sobre o tema, o que, certamente, será feito no âmbito de outras sociedades amazônicas.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Focalização do problema. In: _____. **O planejamento de pesquisas qualitativas**. São Paulo: Pioneira, 2. ed., 2001, p. 147-159.
- ANDRADE, L. C. D. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)** – Possibilidades e limites do desenvolvimento econômico e da inclusão social para a agricultura familiar na Amazônia: o assentamento Calmaria II, Moju (PA). Universidade Federal do Pará, 2009.
- AURÉLIO: Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 5ª Ed., 2010.
- BARBOSA, A.; CUNHA, E. T. **Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- BANCO DA AMAZÔNIA. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. **Revista contexto Amazônico**, Ano 5, n. 22, jun. 2012.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, H. S. **Observação social e estudos de caso sociais: métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 117-133.
- BECKER, B. K. Amazônia, nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, Martin e KOHLHEPP (Coords.). **Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. Rio de Janeiro: Garamond; Tubinger: Geographischen Instituts der Universität Tuninger, 2005, p. 23-44.
- BERREMAN, G. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 123-175.
- BOMBARDI, L. M.. Agrotóxico é nova faceta da violência no campo. **Jornal Brasil de Fato**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/content/agrot%C3%B3xico-%C3%A9-nova-faceta-da-viol%C3%Aancia-no-campo>>. Acesso em 19/11/2014.
- _____. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Data Luta**, v. 45, p. 1-21, 2011.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. UNESP; Paralelo 15. Brasília; São Paulo, 1998, p. 17-35.
- CARVALHO, H. M. **A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil**. Curitiba, 2013.

CHAVES, G. P.; MAGALHÃES, S. B. O uso de agrotóxico na dendeicultura por colonos da comunidade Nova Paz, município de Tailândia, Pará. **Amazônia: Ci. & Desenvolvimento**, Belém, v. 10, n. 19, jul./dez. 2014.

DA MATTA, R. Ciências naturais e ciências sociais. In: _____. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 3 ed., 1987, p. 17-27.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo: Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu**. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sónia Pereira da Silva, Purity and Danger, 2014).

EMBRAPA. Glossário. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Feijao/FeijaoVarzeaTropical/glossario.htm>>. Acesso em: 29/01/2016.

EVANS-PRITCHARD, E. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 243-255.

FONSECA, M. G.*et. al.* Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo dos agrotóxicos. **Ciência & Saúde coletiva**, 12 (1), 2007, p. 39-50.

FOOTE-WHITE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 77-86.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOMES, L. Agricultores integrados ao dendê e questões relativas ao sistema de produção, no P.A. Terra Nova, Pará. In **ANAIS: I Congresso Nacional de Residência Agrária**. Brasília, 2015.

GOMIDE, M. Agrotóxico: que nome dar? **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n.4, 2005, p. 1047-1054.

GUIVANT, J. Percepção dos olericultores da grande Florianópolis (SC) sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos. **Revista brasileira de saúde ocupacional**. N. 82, vol. 22, abril/maio, 1994, p. 47-57.

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. Instituto Evandro Chagas detecta contaminação por agrotóxicos na Região de Expansão do Dendê. Disponível em: <<http://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/140231123/belem-instituto-evandro-chagas-detecta-contaminacao-por-agrotoxicos-na-regiao-de-expansao-do-dende>>. Acesso em: 15/06/2014.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/comunicacaoinformacao/site/home/namidia/brasil_1idera_ranking_consumo_agrotoxicos>. Acesso em: 20/12/2015.

LEAL, A. **Avaliação do saneamento ambiental em comunidades rurais do município de Moju, PA.** 128f. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária) – Universidade Federal do Pará: Belém, 2013.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTINS, T. B. “Do planta e arranca à arriscada do dendê”: condutas econômicas camponesas no assentamento Terra Nova em São Domingos do Capim - PA. Projeto de Qualificação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

MAUSS, M. As técnicas corporais. In: _____. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EPU/EDUSP, vol. 2, 1974, p. 209-234.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul.** 279f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Agrotóxicos.** Disponível: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/agrotoxicos>>. Acesso em 19/11/2014.

MONTEIRO, M. D. A. Os impactos dos biocombustíveis nas trajetórias dos camponeses na Amazônia. In ANAIS: **VII Congresso da APDEA; V Congresso da SPER, I Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural.** Évora [sn.]: 2013, p. 3317-3336.

MOREIRA, E.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. In: GODOI, E.; MENEZES, M.; MARIN, R. (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 1, p. 187-207.

MUNICÍPIO DE MOJU. Disponível em: <http://www.muju.pa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=31>. Acesso em 14/11/2014.

MÜLLER, A. A. *et al.* **Dendê: problemas e perspectivas na Amazônia.** Belém: EMBRAPA-UEPAE, 1989.

NAHUM, J. S.; VIEIRA, L. L. Camponeses, dendeicultura e agricultura familiar: rupturas e continuidades no município Moju. In: NAHUM, J. S.(Org.) **Dendeicultura e dinâmicas territoriais no espaço agrário na Amazônia Paraense**. Belém: Editora Açai, 2014, p. 115-156.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. **Acta Geográfica**. Boa Vista, 2013, p. 71-80.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br>>. Acesso em: 08 out. 2007.

____. **Lavradores e pequenos produtores de cana**: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NODARI, R. **Glifosato: ‘todo veneno deveria ser proibido’**. [09.04.2010]. São Leopoldo. Instituto Humanas Unisinos. Entrevista concedida a IHU On-Line. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/31271-glifosato-todo-veneno-deveria-ser-proibido-entrevista-especial-com-rubens-nodari>>. Acesso em: 20/01/2016.

OCTAVIANO, C. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**. Campinas, n. 120, 2010.

O VENENO ESTÁ NA MESA. Direção: Silvio Tendler. [S.l.]: 2011 (50 min.).

O'DWYER, E. C. IVO, A. B. L. (Coord.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013 (Coleção Trabalho e Contemporaneidade), p. 123-128.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

REPÓRTER BRASIL. Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>>. Acesso em 20/10/2013.

RIGOTTO, R. “Há um uso sem controle de agrotóxico”. **Caros amigos** [30.11.2011] São Paulo. Entrevista concedida a Caros amigos.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 8, nº 7, jul./dez. de 2005, p. 1-21.

SILVA, S. B. S.; RAMALHO, C. W. A indústria dos agrotóxicos e seus desdobramentos. In **ANAIS: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Campinas, 2014.

SILVA, J. M. *et al.* Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.10 n.4 out./dez. 2005.

SILVA, E. P. **Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense.** 241f. Dissertação (Mestrado em Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

SILVA, T. C. **Corpos em perigo uma análise sobre percepção de risco em caso de desastre radiológico.** In: **XXII Encontro Anual da ANPOCS.** Caxambu, 1998, v. 1.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

TEIXEIRA, R. O. S. **“A gente tem que falar aquilo que a gente quer provar”: a geopolítica do riso e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte – MG.** 323f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso: 19/11/2014.

TOURNEUX, H. **L’interprétation paysanne des pictogrammes phytosanitaires.** Agriculture et développement, n. 1, 1994, p. 39-42.

TV BRASIL. **Agrotóxicos no Brasil.** Caminhos da Reportagem. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cG8BzwTqB7Q>>. Acesso em 07/01/2016.

VIEIRA, A. C. **A “integração” camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico.** 125 f. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas). Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

VIEIRA, A. C. C.; MAGALHÃES, S. B. **Transformações no Espaço Rural Amazônico: O Plantio de Dendê em Comunidades Camponesas do Baixo Tocantins, Município de Moju/PA.** In **ANAIS: IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em sociologia da UFSCAR.** São Carlos, 2013.

____; COSTA, A. C.; FERNANDES, T. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental de 150 famílias envolvidas no Programa de Agricultura Familiar em parceria com a Agropalma. Programa Dendê Sustentável.** Belém: Instituto Peabiru, 2010.

VITAL DA COSTA, G. S. **A injustiça socioambiental no campo: as consequências dos agrotóxicos sobre a saúde dos trabalhadores rurais.** **Âmbito Jurídico**, v. 99, 2012.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WORTMANN, E. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 2, p. 119-129.